

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

XI Legislatura Número: 98

III Sessão Legislativa Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Presidente: Deputada Ana Luís

Secretários: Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se o debate de urgência sobre "Políticas de prevenção e combate às toxicodependências", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Seguiram-se as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Ávila (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Mónica Seidi (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Jaime Vieira (*PSD*), Luís Maurício (*PSD*), bem como do Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

No decurso do debate, usou da palavra para defesa da honra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), tendo sido prestados esclarecimentos pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*).

Proferiram um protesto e contraprotesto o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), respetivamente.

Deu-se continuidade à agenda da reunião com o debate da <u>Proposta de</u> <u>Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – "Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional"</u>, não sem antes ter sido rejeitado por maioria um requerimento, subscrito pelo PSD, CDS, Bloco de Esquerda, PCP e PPM, para que o diploma baixasse novamente à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*), seguindo-se as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Jorge Jorge (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e José Contente (*PS*).

Usaram da palavra para um protesto e contraprotesto o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e o Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), respetivamente. Em votação final global a proposta foi aprovada por maioria, tendo sido proferidas declarações de voto pelos/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Jorge (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 04 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Eram 10 horas e 09 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria da **Graça** Oliveira **Silv**a

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

XI Legislatura Número: 98

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila de Matos

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Jorge Azevedo Paiva

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao ponto 2 da agenda: debate de urgência sobre "Políticas de prevenção e combate às toxicodependências", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; o PCP e o PPM, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Portugal está a assinalar 20 anos da estratégia nacional de luta contra a droga. Mas os Açores não podem assinalar 20 anos. Na verdade, não podem sequer assinalar 20 dias, porque, nos Açores, ainda não foi definida a estratégia regional de prevenção e combate às dependências.

Deputado Francisco César (PS): É falso!

O Orador: Na Região, tivemos um plano regional de combate às dependências, de 2010 a 2012, que se pensava ser o início de um trabalho sério, planeado e devidamente estruturado para atacar o fenómeno nas nossas ilhas, mas, assim que tomou posse como Presidente do Governo Regional, em 2012, o Dr. Vasco Cordeiro decidiu extinguir a Direção Regional de Combate às Dependências, criada 4 anos antes e responsável pelo desenvolvimento daquele plano. Resultado: dados oficiais que colocam esta Região no pódio nacional ao nível da prevalência de consumo de quase todas as substâncias.

E poderíamos até pensar que foi sempre assim. Mas não, não foi sempre assim. Não foi sempre assim. No dia 11 de junho de 2008, em Angra do Heroísmo, perante a apresentação dos resultados do segundo inquérito nacional ao consumo de substâncias psicoativas na população portuguesa, relativo a 2007, o então Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Dr. Domingos Cunha, registava a importância desses estudos, destacava o facto de o consumo de drogas nos Açores ter estabilizado entre 2001 e 2007 e congratulava-se pelo consumo de drogas nos Açores ser mais baixo nesta Região do que no resto do País. Isto com dados de 2007.

Pois, os relatórios oficiais do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências revelam que ao longo dos últimos anos tudo mudou para pior. O último relatório, concluído a 10 de dezembro de 2018, o

relatório anual de 2017 – a situação do País em matéria de drogas e toxicodependências – declara que os Açores estão no pódio nacional das maiores prevalências de consumo recente de qualquer droga na população: no consumo de cocaína, na prevalência do consumo recente de ecstasy, na prevalência do consumo de anfetaminas, alucinogénios e sedativos não prescritos. E o quadro respeitante às novas substâncias psicoativas é de uma extrema gravidade, pois o consumo recente de novas substâncias psicoativas continua a subir e é, de forma esmagadora, mais prevalecente nos Açores do que no resto do País.

De facto, uma década depois, os dados oficiais revelam que estamos pior. Muito pior. E o Governo parece estar sedado e não sai do estado de hibernação em que mergulhou, apesar do esforço da oposição para o despertar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em janeiro de 2017, foi aprovada por unanimidade, nesta Assembleia, uma iniciativa a recomendar ao Governo a realização de um estudo sobre as dependências nos Açores, de forma a obter uma caracterização atualizada da Região e de cada uma das ilhas. A Resolução foi publicada em Diário da República a 7 de fevereiro de 2017 e o estudo deveria ter sido apresentado no prazo de 1 ano. Mas 2 anos e 4 meses após a publicação dessa iniciativa do Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade, com mais uma legislatura quase a entrar no seu último ano, continuamos à espera da apresentação do estudo.

Ao longo das últimas legislaturas, também o processo relativo ao Solar da Glória foi estranho, erróneo e deve ser motivo de reflexão para que os erros não se repitam. Anunciado no ano eleitoral de 2008 pelo então Presidente do Governo, deverá abrir finalmente as portas em 2019, após 11 anos de atrasos

sucessivos que resultaram num enorme prejuízo para o tratamento das dependências nos Açores. E também aqui não se pode esquecer o caminho erróneo e as opções estranhas tomadas pelo Governo Regional do Partido Socialista. No lançamento da obra, o Governo decidiu, vai-se lá saber porquê, entregar de mão beijada a gestão do Solar da Glória à ARRISCA. Isso mesmo foi confirmado neste Parlamento, no dia 15 de março de 2017, pelo atual Secretário Regional da Saúde que, questionado por esta bancada, afirmou que a gestão do Solar da Glória foi atribuída à ARRISCA, e cito, "por ser a única entidade que é considerada como tendo competências para o efeito".

Após contestação e exigência do Grupo Parlamentar do PSD/Açores de abertura de um processo claro, justo e transparente para que todas as instituições com conhecimento e experiência na área pudessem candidatarse à gestão do Solar da Glória, foi aberto tal concurso e, veja-se, afinal havia mais instituições com conhecimento e experiência na área.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E foi outra entidade que venceu o concurso para a gestão do Solar da Glória.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Então não foi de mão beijada! O que é que o senhor quer afinal?

O Orador: Mas há uma dúvida que fica para sempre: porque quereria o Governo Regional entregar diretamente o Solar da Glória a uma entidade em concreto?

Ainda no âmbito do relacionamento do Governo com as instituições que operam na área das dependências, o Tribunal de Contas está a realizar uma auditoria aos apoios públicos concedidos à ARRISCA, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E à Câmara da Ribeira Grande!

O Orador: ... por proposta do Grupo Parlamentar PSD, aprovada por unanimidade neste Parlamento, na sequência de uma auditoria da Inspeção Regional de Saúde que detetou irregularidades graves na utilização de dinheiros públicos e a falta de mecanismos de controlo de diferentes departamentos do Governo.

Por último, no último mês, o PSD/Açores apresentou um Projeto de Decreto Legislativo Regional para a criação de comissões para a dissuasão da toxicodependência em todas as ilhas dos Açores, uma iniciativa que poderá ainda ser enriquecida com o contributo de todos os Grupos e Representações Parlamentares, no sentido de melhorar as condições de funcionamento das comissões e incrementar a eficácia da sua intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Falta, no entanto, a parte do Governo. Existem algumas iniciativas avulso, é certo, mas falta a definição da estratégia do Governo para abordar este fenómeno.

E, neste momento, porque está na ordem do dia, importa saber quais as intenções do Governo quanto à produção de canábis para fins medicinais nos Açores. É, hoje, notícia num órgão de comunicação social que se realizou, no passado dia 30, uma reunião para abordar o tema. Porque esta é também a oportunidade para questionar o Governo, Sr. Presidente e Sr. Secretário, quais são as intenções do Governo Regional quanto a esta matéria?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para concluir, após o agendamento deste debate, lá apareceu o Governo, na segunda-feira de manhã, a assinar o contrato de concessão do Solar da Glória e declarar também, publicamente, que o estudo sobre as dependências está pronto e vai ser apresentado em breve.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma chatice! Já deu para perceber o incómodo!

O Orador: Pois, Sras. e Srs. Deputados, este é também um Governo com uma grave dependência. É um Governo que depende das iniciativas da oposição para despertar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E nós não podemos perder legislaturas consecutivas sem abordar problemas desta gravidade com a eficácia que se exige, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... enquanto milhares de açorianas e de açorianos se vão perdendo no mundo da toxicodependência.

Os Açores precisam, efetivamente, de uma nova forma de governar. Precisam de um Governo que não ande a reboque.

Deputado Carlos Silva (PS): A presunção também é um vício!

O Orador: E, neste caso em concreto, os Açores precisam, urgentemente, de uma estratégia regional de prevenção e combate às dependências.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas Membros do Governo: Esta temática dos comportamentos aditivos e dependências é um assunto muito sério, sensível, transversal à sociedade e às instituições e deve levar-

nos a consensos alargados tendo em conta as preocupações que são comuns, sem necessidade de protagonismos individuais ou coletivos.

Relativamente àquilo que agora acabei de ouvir, lembrei-me de um ditado popular: presunção e água benta, cada qual tem a que quer.

O Governo Regional está, obviamente, disponível, tal como se verificou na discussão da Resolução, do Bloco de Esquerda, sobre a realização de um estudo, está disponível para discutir e analisar em conjunto esta matéria.

Independentemente das estatísticas, que, obviamente, são preocupantes, das percentagens, estamos a falar de pessoas, cidadãos deste arquipélago, jovens que necessitam da nossa atenção, sejam as estatísticas melhores ou piores.

Uma nota prévia sobre os fundamentos deste debate de urgência: na sua nota de imprensa é referido que há números estatísticos dramáticos. Há, de facto, estatísticas que são muito preocupantes, mas que números novos existem, recentes, para que tenhamos um debate de urgência? Os números novos que existem até são melhores para os Açores. Mas nós estamos disponíveis para discutir sejam eles quais forem. A nota também diz que parece querer caracterizar todos os consumos, classificando os cidadãos e os jovens como toxicodependentes. Isso, da minha parte, não posso admitir. Nós estamos a falar de comportamentos aditivos e dependências. Não estamos a classificar os jovens e os cidadãos açorianos como toxicodependentes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Depois também é referido que o Governo tem fechado os olhos, tem recebido com apatia os dado estatísticos. Isto é falso! Completamente falso! Tivemos e comprometemo-nos aqui, demonstramos abertura, em janeiro de 2017, na realização do estudo, na altura com dados de 2012. E tomamos, de facto, a opção de que era necessário um estudo mais aprofundado. Este estudo, tal como já foi dito por mim esta semana e na resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda, é entregue no mês de

junho. Haverá uma equipa com a equipa de investigação para o efeito e o mesmo será tornado público. E, portanto, estamos disponíveis para, posteriormente, analisarmos os resultados deste estudo.

As estatísticas atuais o que nos vêm dizer e nós não podemos escolher só aquelas que nos convêm, existem estatísticas onde melhoramos significativamente, outras onde, de facto, no inquérito nacional, numa amostra de 12 mil pessoas a nível nacional, onde os Açores representam cerca de 800 pessoas, num universo de idades entre os 15 e os 74 anos, há, de facto, estatísticas onde pioramos, há outras onde melhoramos significativamente.

O dado novo desse último relatório que foi divulgado em janeiro de 2019, é o estudo do Dia da Defesa Nacional feito a mais de 2 mil jovens nos Açores e para todas as substâncias. Seja na prevalência ao longo da vida, nos últimos 12 meses ou nos últimos 30 dias, os Açores baixam efetivamente as estatísticas em todos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é como na Quaresma!

O Orador: Dessas 18 posições que nós poderíamos falar, em 8 delas, de facto, os Açores estão em primeiro. Em 8 de 18. Portanto, não vale a pena estar a dizer que os nossos jovens são os piores do País, porque há situações onde, de facto, temos vindo a melhorar. E estamos a falar de 2017. E se estamos a falar de 2017 e todos concordamos que todas as ações de prevenção que possam ser feitas nessa vertente demoram alguns anos, ora, para em 2017 se ter melhorado é porque nos últimos anos, nos anos anteriores alguma coisa se fez em prol da prevenção das dependências nos Açores.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Foi dito aqui no debate e foi consensual o debate de janeiro de 2017, que era necessário o estudo que tinha sido aprovado para que, de facto, o Governo Regional apresentasse um plano de ação estratégico. E foi esse o nosso compromisso e é isso que nós vamos apresentar de imediato posteriormente ao estudo ser entregue.

(Risos do Deputado da bancada do PPM)

O Sr. Deputado está a achar piada à questão dos comportamentos aditivos e dependências. Muito bem. Ainda bem que está bem disposto, Sr. Deputado. Bom, nós temos uma estratégia que está em ação, Srs. Deputados, com medidas transversais. Nós não estamos a receber com apatia todos esses resultados. Aliás, nós promovemos vários debates com os nossos parceiros: houve um Conselho Regional de Saúde, específico, em 2017, para tratar das temáticas das dependências; recentemente, houve o Conselho de Juventude dos Açores onde a temática das dependências também foi o tema central e onde, com as associações, falamos de forma aberta sobre essa questão.

Qual foi análise que nós tínhamos feito e a divulgamos aqui na Assembleia? É que todos nós sabemos que o álcool e o tabaco são as substâncias psicoativas mais consumidas pelos jovens. E o que é que nós fizemos? Apresentamos dois planos específicos para essas temáticas, discutidos com os nossos parceiros no âmbito do Conselho Regional de Juventude.

Temos vindo a alargar a saúde escolar, não só ao ensino regular, mas ao ensino profissional e aos centros de desenvolvimento e inclusão juvenil. Isto não é medida pontual! Isto é uma medida estruturante, única no País, abrangendo mais de 40 mil jovens, os quais, para além de fazerem o sistema de vigilância de comportamentos de risco, têm planos específicos com a escola!

O programa "Giros", no âmbito da dissuasão e minimização de riscos, que no ano passado percorreu os principais festivais de verão apoiando os jovens nesta temática com uma campanha sobre os consumos e as dependências.

Foi feito até, este ano, sensibilizações com os jovens finalistas do 12.º ano.

A 8 dos 11 grupos que se iriam deslocar em viagens foram feitas ações específicas. E todos nós sabemos a apetência que existe nesse tipo de viagens para determinados consumos.

Temos também um programa que não é avulso, que é estruturante, com os alunos do 4.º ano do ensino básico – "Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo", onde, desde o primeiro ano da sua aplicação, tivemos já resultados bastante importantes, com 21% dos encarregados de educação a deixarem de fumar na presença dos seus filhos e cerca de 5% efetivamente até deixaram de fumar.

Projetos como o "Prevenir em Família e Comunidade" e o "Trajeto Seguro 0", que estão em projeto piloto nalgumas áreas, serão estendidos a toda a Região.

Fortes ações de formação que temos vindo a fazer a profissionais de saúde das IPSS, dos CDIJ, no sentido de lhes capacitar cada vez mais para toda esta problemática.

No álcool, apresentamos uma alteração ao regime jurídico de venda e consumo de bebidas alcoólicas com medidas inovadoras no País.

A implementação do Fórum do Álcool e da Saúde, onde 36 entidades já aderiram e apresentaram os seus compromissos de ação e que vão desde associações de consumidores até à própria indústria, passando por escolas, autarquias, universidade, entre outras entidades políticas e governativas, IPSS, etc.

Ao nível do tabaco tem havido um aumento substancial das consultas de cessação tabágica. Aumento de 48% em 2018, de 2017.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E recaídas?

O Orador: Portanto, um investimento grande para aqueles que efetivamente querem deixar de fumar.

E, portanto, Srs. deputados, apresentei-vos aqui um conjunto de medidas que estão a ser tomadas e que, com certeza, a médio e longo prazo terão efeitos na nossa população.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Está aberto o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, trazer aqui o tema das toxicodependências é sempre positivo e discutirmos esse tema. E o PSD traz aqui esse tema, hoje.

Mas, como já foi aqui dito, mais do discutir apenas e só a toxicodependência, temos que falar de dependências. E por trás dos números das dependências e da adição estão pessoas, histórias de vida, de sofrimento de muitas famílias açorianas.

Atrás da dependência e da adição, muitas famílias açorianas vivem em sofrimento ao verem, impotentes, a perda de liberdade dos seus familiares que vivem subjugados pelas substâncias que dependem, num caminho que leva muitas vezes à exclusão social, ao hospital e a outras situações mais graves de saúde.

Coloca-se, por isso, o desafio permanente dos competentes órgãos da Administração Pública Regional de adequar as respostas regionais necessárias para, através da prevenção, do tratamento e da reinserção, enfrentar o problema. E, Sr. Secretário, há aqui duas palavras que são

fundamentais: prevenção e reinserção. No meio fica o tratamento. Mas, prevenção!

Sabemos que, com certeza, como já disse aqui, está a ser feito alguma coisa, está-se a fazer nalgumas frentes e, com certeza, muito já foi feito. Não se pode negar isso. Mas, ao que parece, não está a funcionar ou não está a funcionar como devia funcionar. Para se combater este flagelo, Sr. Secretário, é preciso conhecê-lo, conhecer as suas características, o seu peso nas várias camadas sociais e as suas tendências de evolução. E para isso é necessário eficiência e eficácia na disponibilização da informação. E espero que esse relatório que agora nos vai entregar em junho traga algo que nós possamos perceber melhor o problema.

Contudo, tem que se dizer e é preciso ser dito que fazer estudos é apenas uma parte do processo do diagnóstico. O combate à dependência e à adição, e não me refiro só à toxicodependência, é o combate à dependência e à adição, fazse de forma transversal e multidisciplinar. Só assim é que se pode ter resultados.

Para se combater o flagelo deste caso da toxicodependência é necessário ter uma perceção global de todas as vertentes do contexto da doença e das suas medidas para o seu combate, incluindo as iniciativas tomadas, os seus resultados e as perspetivas futuras, Sr. Secretário. Os seus resultados, o que é que quer dizer? Avaliar. Fazer, mas depois, no fim, avaliar.

E lembro-lhe, Sr. Secretário, que faço parte do Conselho Regional de Saúde em representação, permita-me que também diga aqui isto da Ordem a que pertenço, e foi referido no último Conselho Regional de Saúde que, exatamente, teria que ser feita uma avaliação da política do Governo nessa matéria e das medidas tomadas nessa matéria e que, naturalmente, no próximo Conselho Regional de Saúde faremos isso.

Está, pois, em causa um combate, Sr. Secretário, que não nos podemos resignar a perder. Não podemos. A sociedade açoriana não pode perder esse combate. É indispensável, por isso, que ao mais alto nível dos órgãos do poder político regional, se tome consciência da situação para que possam ser tomadas as medidas necessárias. E repare que eu disse: ao mais alto nível dos órgãos do poder, onde inclui, naturalmente, esta Assembleia, que não se pode demitir do assunto.

Mas, Sr. Secretário, também gostaria de lhe dizer, que aqui não foi referido e é uma coisa que a mim me mete alguma confusão, estamos aqui a tratar da vertente do efeito na saúde das substâncias aditivas, temos que falar também do álcool que é uma substância aditiva, do tabaco como V. Exa. aí falou. Eu queria lembrar a V. Exa., Sr. Secretário, duas coisas: a taxa de mortalidade por cancro do pulmão e a taxa de mortalidade por doenças respiratórias. O que quer dizer que temos que incidir a nossa luta também, sem tréguas, não apenas na toxicodependência, mas nas dependências de uma maneira geral. Ou seja, a taxa de mortalidade por doença pulmonar obstrutiva crónica, o senhor sabe tão bem como eu que ela é elevadíssima nos Açores, e presumo que os Açores estão em primeiro lugar a nível nacional nessa matéria. E, portanto, há que tomar medidas também para reduzir o consumo de tabaco, avaliar estes programas que estão a ser implementados, quantas pessoas saíram e as recaídas que houve e quantos estão efetivamente livres de fumo. Mas o que me parece mais difícil, Sr. Secretário, é o combate ao alcoolismo. E nessa matéria também é um problema grave nos Açores. Não somos nem mais nem menos que os outros. Não podemos é fechar os olhos aos problemas e a esses problemas aditivos que temos. Isso na parte que diz respeito à saúde, ou à doença, se assim quiser.

Mas há outro pormenor que me preocupa, que é um outro tipo de combate, embora não esteja aqui implicitamente referido, que é o combate ao tráfico. III Sessão Legislativa

E nas novas substâncias psicoativas, como sabe, Sr. Secretário, os Açores é a região do País que mais aumentou esse consumo. Era preciso haver aqui um entendimento e acho que o Conselho Regional de Saúde é a entidade certa para fazer essa ponte com as forças de segurança para se perceber porque é que não há fiscalização nos aeroportos, porque é que não há fiscalização nos portos, porque nós vivemos em ilhas e a droga não vem do espaço e os nossos foguetões que nós mandamos lá para cima ainda não trazem. E, portanto, ou entra por mar, ou entra por ar. Não há fiscalização de encomendas que vêm pelos correios. Não há fiscalização de contentores que vêm por navios. Não há nada. E, portanto, há uma ou outra ação pontual. Era preciso, Sr. Secretário, haver um entendimento entre as forças de segurança, porque não se entendem. A informação que tenho é que não se entendem. É que um acha que no sítio x quem tem competência é a GNR, no sítio y é a PSP e no sítio z é a Polícia Judiciária. E, portanto, não há aqui um entendimento de combate concertado que é preciso também ter. E o Conselho Regional de Saúde tem que ter essa preocupação.

Mas, Sr. Secretário, falou aí em programas e diminuição de números. Eu gostaria de saber, Sr. Secretário: nós temos nos Açores apenas programas de baixo limiar e presumo que esta nova unidade que vai abrir dê resposta depois a um programa, ou tenha um programa pelo menos de alto limiar, porque o que eu percebo e a perceção que tenho e que nós temos é que neste programa não sabemos quantos saíram efetivamente e, sobretudo, não sabemos quantos voltaram. E, portanto, eu diria que este programa é um programa de entra e sai e não é um programa de sai. A Metadona, que se usa em algumas ilhas, as pessoas vão e vêm, conforme. E depois são penalizados se consomem. Enfim, parece que há que fazer ajustes e correções nesse programa.

Mas, como se dizia e bem, Sr. Secretário, depois há outra questão que também eu não entendo e, como se lembra, eu já aqui falei: porque é que, eu gostaria de perceber e é uma questão que eu lhe coloco, nalgumas ilhas é Metadona e noutra ilha, nomeadamente aqui na que estamos, é o Suboxone, a Buprenorfina e a Naloxona. Eu não percebo, Sr. Secretário, qual é a vantagem de ter, numa, uma substância e, noutra, outra substância. Eu gostaria de perceber porque é que aqui se optou por essa. É mais barata? Tem melhores resultados? E eu gostaria de perceber se há avaliação entre os efeitos quando o tratamento, a substituição da droga, que é isso que se faz, é feito pela Metadona ou pelo Suboxone. É uma pergunta que também lhe deixo.

Mas também, Sr. Secretário, gostaria de lhe lembrar, e citou aí vários programas e citou aí vários apoios que o Governo tem em ação, mas há um fundamental que me parece que não está em ação, que é o apoio às famílias. É porque o flagelo da droga, neste caso, não atinge só o indivíduo que a consome, atinge a família toda, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: ... atinge o seio familiar. E é isso que nós temos também de dar ajuda, a esses pais que precisam saber como hão de lidar com os filhos que consomem drogas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ensinar-lhes o que é que um pai ou uma mãe vai dizer a um filho que chega a casa e que às vezes o pai até sabe que ele levou ou tirou um objeto de casa para ir vender para comprar droga para consumir. Que apoio têm essas famílias? É necessário, Sr. Secretário, olhar para a família, para o núcleo familiar, apoiar a família com uma equipa multidisciplinar de psicólogos, enfim, eventualmente de nutricionistas. Nós sabemos os efeitos que a droga tem num adolescente a nível da sua alimentação, a nível dos

efeitos que tem na sua saúde. E eu acho que este aspeto era um aspeto que se devia ter em consideração, que o Governo devia ter em consideração equipas multidisciplinares. Às vezes há mães absolutamente desesperadas, todos nós reconhecemos isto, que não sabem... Naturalmente, é a mãe que se preocupa quase sempre, que é a que está mais presente, sem ofensa aqui ao Bloco de Esquerda, até talvez seja o elemento feminino. Mas é fundamental esse apoio às famílias para que possam saber lidar com essas situações do consumo de drogas e, sobretudo, quando são adolescentes que o fazem e às vezes na escola. Porque, Sr. Secretário, também nós sabemos todos, porque todos vemos com os nossos olhinhos que no lado de fora das escolas se vendem substâncias psicoativas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É mesmo isso!

O Orador: E o Sr. Deputado Carlos Ferreira sabe e eu sei e os senhores sabem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Todos sabemos!

O Orador: Todos nós sabemos. E, portanto, é preciso também, e eu falavalhe nessa articulação com as forças de segurança, fazer alguma coisa nesse sentido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E talvez retomar, eu não sei se a "Escola Segura", que é um programa que me parece que está um bocadinho desativado, era preciso também que se iniciasse esse programa e se tivesse atenção àquilo que se passa no exterior das escolas.

E ficava, nessa primeira intervenção, por aqui. Muito obrigado, Sra. presidente.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Bem, todos nós tivemos, ontem, notícia de que entrará em funcionamento, em princípio, dentro dos próximos 80 dias, um centro destinado a jovens com comportamentos aditivos e dependências, portanto, um centro reabilitação juvenil. Ora, da notícia que nós tivemos acesso e àquelas que foram as declarações do responsável pela instituição a quem foi concessionado este centro de reabilitação juvenil, ficamos a saber que este centro é constituído por duas valências: uma unidade de desabituação e outra unidade, dita unidade residencial. Ora, isso faz-me lembrar aquela que é uma terminologia que é completamente adequada, mas que também consta daquela que é a rede de cuidados continuados integrados em saúde metal. E é curioso que nesta mesma notícia utilizam-se outros termos como: os jovens que serão referenciados, as triagens que serão feitas para que os jovens sejam encaminhados para esse centro de reabilitação juvenil, aqueles que assim o necessitem. Ora, e faz todo o sentido que esta instituição, à semelhança de outras no tratamento das toxicodependências estejam integradas naquela que é uma rede de cuidados continuados integrados em saúde mental. Isso surpreendeu-me um pouco pela negativa e se calhar por ter um desconhecimento parcial da realidade no que diz respeito à gestão destas unidades, mas, pela experiência que eu tenho tido em contacto com alguns hospitais da Região, quero crer que há aqui um problema. E o problema aqui tem a ver com a inoperância desta rede regional de cuidados continuados integrados em saúde mental. Suponho até que esta rede venha a ter o mesmo caminho, infelizmente, que a outra rede, a rede de cuidados continuados integrados tem tido. Espero que assim não seja. Seria de esperar que assim não fosse, mas parece-me que vamos pelo mesmo caminho.

Ora, quem é que faz a referenciação dos utentes para este centro de reabilitação juvenil? Não deveria ser, tal como institui o diploma que criou e, no fundo, orienta aquela que é a rede regional de cuidados de saúde mental, o hospital de Ponta Delgada, a unidade de saúde ilha e também, é claro, a própria instituição?

E, já agora, essa referenciação deveria ser feita numa plataforma informática específica a ser criada. A minha pergunta é se essa plataforma informática para a referenciação já existe. Eu suponho que não.

E, já agora, para haver este tipo de encaminhamento, para haver esta referenciação é necessário também o parecer da equipa de coordenação regional dos cuidados continuados integrados em saúde mental. Esse parecer existe atualmente? Ou seja, um jovem, sempre que é encaminhado para estas valências, responde àquele que é um parecer desta equipa regional? É porque eu desconheço o trabalho desta equipa regional de cuidados integrados em saúde mental. Soube, através da comunicação social, que existe um coordenador, ainda bem que assim o é, o enfermeiro Eduardo Azevedo. Mas eu, por acaso, não encontro o despacho de nomeação desse coordenador. Também não conheço aqueles que são os membros dessa equipa de coordenação regional de cuidados de saúde mental integrados.

Portanto, há aqui aspetos que devem ser salvaguardados. Este centro, à semelhança de outras unidades, deveria estar integrado nesta rede. Pareceme que não está. Tanto não está que até me parece que esta rede não tem funcionado. Espero que venha a funcionar se ainda não funciona. E é importante, porquê? Porque, quem é que avalia os cuidados prestados na área da prevenção e tratamento das toxicodependências? Será esta equipa de coordenação regional de cuidados continuados integrados em saúde mental? Será uma outra comissão, outra equipa, aliás, que foi instituída pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007/A, que define os princípios orientadores da

organização, gestão e avaliação dos serviços de saúde mental da Região Autónoma dos Açores e inclui, como é óbvio, os cuidados prestados na recuperação de toxicodependentes? Aliás, isso é bem explícito nesse diploma.

E seria também de esperar que a comissão regional de acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde mental tivesse tido também uma palavra a dizer acerca da criação desta valência, deste centro de reabilitação juvenil e até mesmo do modelo de gestão, porque essa é uma competência dessa comissão regional de acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde mental. Esta comissão, eu não tenho tido conhecimento acerca do seu real funcionamento, quantas vezes tem reunido por ano, se emitiu parecer no âmbito da criação desta nova resposta, ou seja, deste centro de reabilitação juvenil, se deu algum parecer quanto ao modelo de gestão que deveria ser adotado. Bem, pela notícia que eu tenho tido do contacto, quer com o hospital de Angra do Heroísmo, quer com o hospital de Ponta Delgada, ninguém conhece atividade desta comissão.

E quem é que avalia, no fundo, estes cuidados? Se é a equipa de coordenação regional em saúde mental, se é esta comissão regional de acompanhamento, se é a Direção Regional de Combate às Dependências. E aqui se calhar sublinho: quem avalia, por exemplo, neste momento, a ARRISCA? Será que será a Direção Regional de Combate às Dependências, que é subentendida, que é dirigida na realidade por uma, que não deixa de ser trabalhadora desta associação, que também fiscaliza e avalia a atividade da ARRISCA? Seria importante perceber como é que se faz esta avaliação.

Na realidade, Sr. Secretário Regional, eu gostaria de saber em que estado é que está a rede de cuidados continuados e integrados em saúde mental. Se está, digamos, a integrar esta resposta que foi criada recentemente. E quem é que avalia estas valências, à semelhança de outras, como por exemplo as

respostas de baixo limiar, que atualmente existem em quase todas as ilhas dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, o Governo já deixou bem patente que para ele não é uma urgência. Que esta questão não é uma questão grave, que não é uma questão que tem que ser atacada já e de forma contundente, de uma forma enérgica, com a convicção de que é necessário salvar os nossos jovens e as nossas famílias desse flagelo. Se não fosse assim, se fosse uma prioridade, se fosse uma urgência, não se deixaria que a realização de um estudo que aqui foi aprovado logo no início desta legislatura atrasasse 1 ano e 4 meses. Um atraso destes significa que o Governo não tem urgência na resolução desta questão! A verdade é essa!

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E digo-lhe mais, Sr. Secretário, e esta questão é muito relevante: a partir do momento que V. Exa., na sua intervenção, defendeu a implementação de uma estratégia regional de combate às dependências de uma forma articulada e coordenada, exatamente, fez depender do quê? Da existência deste estudo. E, portanto, a partir daí, a operacionalização das medidas de combate às dependências está dependente de um estudo que V. Exas. não têm capacidade, não têm vontade política de colocar cá fora! E, a partir daí, V. Exas. têm uma desculpa, uma desculpa para não implementar um plano de combate às dependências. E estamos a perder uma legislatura inteira. Este Parlamento teve a oportunidade, logo no início da abertura dos

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

trabalhos, de ter uma preocupação efetiva em relação a esta questão tendo em conta uma realidade que todos percecionamos, tendo em conta uma realidade que todos os estudos apontam: o facto dos Açores constituírem a região do País com a mais alta taxa de incidência de consumos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: E nesse sentido, para este Parlamento foi uma urgência. Nós, os Grupos Parlamentares e as Representações Parlamentares que aprovamos desde logo a realização deste estudo tivemos esta perceção. Mas, mais uma vez, a inércia do Governo, a falta de competência do Governo paralisou o trabalho que há a fazer nesta matéria! Muito podia ter sido feito e não está a ser feito pela inércia do Governo Regional nesta matéria! Todos os dias vivenciamos tragédias pessoais nesta matéria. Todos os dias há jovens açorianos que caem nas dependências, que têm as suas vidas destruídas, o seu futuro destruído devido à inércia do Governo Regional nesta matéria! Muito podia estar a ser feito. Muito podia estar a ser feito e não está a ser feito porque o Governo nesta matéria está a ser incompetente, porque não imprimiu a celeridade necessária, porque não imprimiu a prioridade necessária! Porque esta matéria é uma matéria prioritária, esta é uma matéria de combate todos os dias, em que deveríamos estar com toda a energia, com toda a conviçção, com toda a pressa para resolver este problema! E V. Exa. não tem esta celeridade! V. Exa e o Governo que integra não têm esta perceção de urgência em relação ao combate às dependências nos Açores! E quero dizer-lhe mais também, já, aqui: além da prevenção, é necessário referenciar que em relação às forças de segurança... pois, todos nós sabemos que as forças de segurança não contam, neste momento, com os meios para poderem combater de forma eficaz este tráfego.

Deputado Francisco César (PS): Nem com os meios, nem com os oficiais! **Deputado João Paulo Ávila** (PS): E o que é que o senhor já fez?

O Orador: E por isso é necessário que o Governo Regional, nesta matéria, também seja proativo, que use as suas competências do ponto de vista estatutário e que exija que aqui sejam instaladas as forças de segurança, os efetivos, os meios necessários para que este combate se faça, desde logo, como aqui foi referenciado numa intervenção que me antecedeu, junto das nossas escolas em que este tráfego se faz de forma praticamente livre, em que todos nós sabemos que acontece, em que os nossos jovens são aliciados para o consumo quando saem das escolas ou quando entram nas nossas escolas. E isto é intolerável! Isto não pode acontecer! E é necessário que exista esta urgência! É necessário que existam estes meios! E é necessário que o Governo tenha a perceção que este é um combate que se tem que fazer! Este não é um combate que se possa adiar! Este é um combate que se tem que realizar! E nesse sentido é evidente que V. Exas. têm graves responsabilidades! Graves responsabilidades pela inércia que é o vosso desempenho, que significa o vosso desempenho nesta matéria!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

Deputado Francisco Coelho (PS): O populismo é uma droga dura!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** (PS): Sra. presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O âmbito deste debate demonstra bem a forma como o PSD olha e analisa estes assuntos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Seria muito mais produtivo discutirmos políticas de prevenção e combate às dependências!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Mas o PSD, conservadoramente, coloca todos no mesmo saco. Srs. deputados, o PSD completamente alienado da realidade, das novas realidades até, das novas dependências e da necessidade de novas ações.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O PS não ajuda ao debate!

O Orador: Srs. deputados, não, nem sempre foi assim. Antigamente, nós não tínhamos dados de pessoas com problemas sociais. Hoje, temos. Nós, hoje, sabemos onde estão os dependentes, as famílias. Nós, hoje, sabemos onde eles estão! Nós temos estatísticas que nos permitem até fazer debates nesta Casa! Não, nem sempre foi assim. E antigamente não era assim!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quando é que não era assim?

O Orador: O Partido Socialista não compactua com essa tentativa de estigmatização das pessoas e das famílias que precisam é de alguém que lhes dê a mão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aquele senhor do Governo que falou deve saber disso!

Deputado Francisco César (PS): Calma, homem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Calma o quê?

Deputado Francisco César (PS): Está tão excitado, pá!

O Orador: O PSD vem a esta Casa ignorando completamente o trabalho que já foi feito, até por um grupo de trabalho criado na Comissão de Assuntos Sociais. Completamente trabalho. ignorando até Ignoram este propositadamente dados que demonstram evolução positiva em alguns dados. Não se pode ignorar esses dados! Para vir aqui tentar arranjar um título para mais uma nota de imprensa. Eu arranjo-vos uma: nós não somos os piores do País!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não somos os piores do País!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que vai pegar nisso?

O Orador: Alterem essa retórica, ela não é verdade! Não corresponde à verdade! E os senhores não podem vender essa retórica aos açorianos! Nós não somos os piores do País!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Somos! Em termos de droga, somos! O Orador: O PSD ignora propositadamente um Projeto de Resolução, do Bloco de Esquerda, aprovado nesta Casa por unanimidade, que pede ao Governo Regional a elaboração de um estudo. E vamos falar do estudo, Srs. deputados. Em janeiro, foi respondido a um requerimento do Bloco de Esquerda que o estudo ia para além dos 1 500 inquéritos, que iria demorar mais tempo porque iria ser alargado a todos os jovens das nossas escolas. Isso é bom ou é mau, Srs. deputados? Isso é muito bom! Os senhores marcaram um debate de urgência nesta Casa, na mesma altura em que o Governo Regional anuncia que até ao final do primeiro semestre vai elaborar o estudo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi respondido em janeiro a um requerimento do Bloco de Esquerda! Que os senhores ignoram! Aliás, os senhores ignoram um Projeto de Resolução da sua autoria!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Os senhores quando são picadinhos, vêm cá fora dizer qualquer coisa!

O Orador: Os senhores ignoram um Projeto de Resolução da sua própria autoria que se calhar seria melhor debatido depois da saída do estudo! Os senhores ignoram isto! Nós todos concordamos, em janeiro de 2017, que o estudo seria essencial...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Janeiro de 2017!

O Orador: ... para a redefinição das políticas atuais e da definição de novas políticas.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Há 2 anos atrás!

O Orador: O PSD ignora propositadamente esse tipo de informações!

Aliás, é preciso que se lembre aqui, a única proposta do Partido Social Democrata, nesta legislatura, sobre esta matéria, foi o Projeto de Resolução sobre as CDT

Deputada Mónica Seidi (PSD): Qual foi a vossa?

O Orador: Sobre as CDT.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Qual foi a vossa proposta?

O Orador: Alteram o tom do debate dessas matérias e apresentaram uma proposta!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Que propostas é que o Partido Socialista teve?

O Orador: Apresentaram uma proposta! Notas de imprensa são todas as semanas!

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): E as propostas do Partido Socialista?

O Orador: Propostas nesta Casa, uma, nesta legislatura!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Alguns exemplos desta memória seletiva do PSD de que nada se faz nessa matéria na Região:

Dezembro de 2016, a criação de um programa de apoio às famílias de utentes com problemas de dependências;

Maio de 2017, o programa "Domicílios e Carros sem Fumo";

Março de 2018, alteração da idade para o consumo do álcool.

Está aqui, Srs. deputados, três exemplos das muitas iniciativas...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): A gente tinha apresentado essa proposta 10 anos antes!

O Orador: Ó Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Nós apresentamos essa proposta em 2008!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): E aqueles que estavam aí atrás, alguns,

chumbaram! Seja sério!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sejam sérios!

Presidente: Sras. e Srs. deputados...

Deputado Francisco César (PS): Aqui somos todos sérios, que eu saiba!

Há alguém que não seja sério aqui?

Deputado Luís Maurício (PSD): 10 anos antes, apresentamos nós isso e

chumbaram!

O Orador: Sra. Presidente, eu gostava de continuar, se o Sr. Deputado Luís

Maurício me deixar.

Deputado Francisco César (PS): Somos todos sérios, que eu saiba, aqui!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas pouco eficazes a resolver os

problemas dos açorianos!

O Orador: Porque sobre seriedade estamos conversados, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Somos todos! Politicamente, falta alguns!

O Orador: Por outro lado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não

ignora nada! Não ignora o trabalho dos técnicos que diariamente trabalham

arduamente nesta área. Não ignora o trabalho das forças de segurança

públicas que diariamente trabalham para mitigar as consequências dos

comportamentos aditivos e dos comportamentos ilegais. O Grupo

Parlamentar do Partido Socialista não ignora o trabalho de outros

intervenientes neste contínuo combate, como o exemplo até dos torneiros de

futebol de rua realizados pela Direção Regional da Juventude.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Sim, sim!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há todo um trabalho social conjunto que está a ser desenvolvido nos Açores. Há tantos exemplos deste trabalho no Governo, nas autarquias e nas associações. Se bem que algumas autarquias lideradas pelo PSD que

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Vocês estão fora deste mundo! Louvado seja Deus, misericórdia!

efetivam esta estigmatização que os senhores fizeram daquela tribuna, ...

O Orador: ... numa total desresponsabilização da sua exigível ação social e política, sei lá em nome de quê e em nome de quem.

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Grande resposta! A culpa é das autarquias! **Deputado Marco Costa** (*PSD*): Nem os deputados do PS acreditam em si! **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Vai ser nota de imprensa deles!

O Orador: Srs. Deputados do PSD, essa estigmatização que eu falei no início é efetivada pelos senhores! Efetivada pelos senhores! Perguntem ao Sr. Deputado, Presidente da Junta das Lajes e ao Sr. Deputado, Presidente de Junta de Rabo de Peixe...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... se não efetivam essa estigmatização das pessoas nas suas freguesias!

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Saia à rua, nem sabe o que está a dizer! **Deputado Francisco César** (*PS*): Muito bem!

O Orador: E sabem, Srs. deputados, é o trabalho que terá, com certeza, um novo fôlego...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma vergonha!

Deputado César Toste (PSD): É preciso ter vergonha!

Presidente: Sras. e Srs. deputados...

O Orador: É um trabalho que terá, com certeza, um novo fôlego com a chegada do estudo.

E por isso é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de uma forma responsável e consequente, informa os Srs. Deputados que irá chamar o Sr. Secretário da Saúde à Comissão de Assuntos Sociais para virmos discutir, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... todos, de forma séria, o estudo que será apresentado! Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção foi realmente de uma infelicidade tremenda, Sr. Deputado!

Deve ter sido por isso que o Sr. Presidente do Governo se ausentou da sala,

foi para não ter que a ouvir!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas vamos voltar a recentrar aqui o debate, esclarecendo aqui duas ou três questões: ó Sr. Deputado, nós não omitimos os dados, referimos os dados do último relatório nacional do SICAD relativo à situação das drogas e toxicodependências no País. E por isso mesmo é que dissemos que os Açores ocupam o pódio nos consumos de quase todas as substâncias. Porque se estivéssemos a falar e considerando os resultados do último

inquérito, no Dia da Defesa Nacional, porque se falássemos apenas nos resultados do relatório de 2017, concluído a 10 de dezembro de 2018, Sr. Deputado, nós tínhamos que dizer que os Açores estão no primeiro lugar do consumo de quase todas as substâncias!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: Por isso é que dissemos o pódio. E o Sr. Deputado, a não ser que esteja habituado a estar no pódio sozinho, deverá considerar que o pódio tem três lugares e não apenas um.

E é importante recentrar, e aí o Sr. Deputado referiu um aspeto importante e também já foi aqui referido por outras duas bancadas: nós estamos a falar de pessoas, estamos a falar de números que correspondem a pessoas. Estamos a falar de situações familiares muito graves, de famílias, de pais e mães, já o dissemos aqui anteriormente, que se sentem abandonadas, que sentem que não têm o apoio que deviam ter das instâncias públicas para ajudar essas famílias, os dependentes a saírem da droga e ajudarem à reestruturação familiar. E precisam efetivamente daquilo que está a faltar: que estas iniciativas avulsas que têm sido desenvolvidas sejam devidamente articuladas numa verdadeira estratégia regional.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Porque quando nós dizemos que um torneio de futebol de rua é uma medida para combater a dependência, nós estamos a minimizar tudo aquilo que temos que fazer em rede para combater o fenómeno com outra eficácia.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor está a minimizar a ação das IPSS!

O Orador: E perdemos 10 anos! E o Sr. Secretário Regional está no Governo há poucos anos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): São só chavões e nada!

O Orador: ... não esquece e não despreza este fenómeno. O fenómeno é tão grave porque nós perdemos uma década inteira para o abordar de forma conveniente! E, portanto, não podemos perder mais esta legislatura e estamos a perdê-la!

E, Sr. Secretário e Srs. Deputados, o estudo é fundamental. Foi aprovado por unanimidade. Foi uma iniciativa do Bloco de Esquerda neste Parlamento, logo no início da legislatura. E não está feito porque se decidiu alargar, mas também porque se atrasou o início e porque para algumas escolas foi remetido um email, no dia 29 de maio, a dizer que tinham até ao dia 31 para responder ao questionário e para submeter dezenas ou centenas de alunos ao questionário! E por isso houve incompetência ou incúria ou algum desleixo inicial na abordagem ao estudo!

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Foi o Governo! Foi o Governo que fez isso!

O Orador: Porque se o estudo tivesse sido realizado na oportunidade em que foi aprovado e depois publicado, já estaria pronto!

E, portanto, voltando aqui às questões das drogas e da toxicodependência, nós temos fenómenos graves de criminalidade, nomeadamente criminalidade contra o património, furtos e roubos para obter rendimento para adquirir o produto estupefaciente. Temos problemas de violência doméstica e outros fenómenos graves que estão associados ao fenómeno das dependências.

Deputado João Vasco Costa (PS): Estamos no pódio nacional nessa área! **Deputado Francisco César** (PS): Não ofenda as forças de segurança!

O Orador: Temos degradação familiar resultante do caminho de dependência de alguns dos seus membros. E, portanto, tudo isto tem que ser combatido de forma articulada com uma verdadeira estratégia regional, que é isto, Sr. Secretário, é isto que está a faltar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Perguntei e o Sr. Secretário não respondeu. Sr. Secretário, colocando aqui algumas questões concretas: qual é, neste momento, o ponto de situação? Qual é a posição do Governo, neste momento, relativamente à produção de canábis para fins medicinais nos Açores? É ou não é verdade que houve uma reunião recentemente? E qual é, neste momento, o ponto de situação em relação à posição do Governo Regional?

Deputado João Paulo Ávila (PS): O que é que isso tem a ver com as dependências?

Deputado Francisco César (PS): Nada!

O Orador: Qual é a taxa de sucesso, numa outra vertente, Sr. Secretário, dos utentes de alto limiar, ou seja, aqueles que tenham uma elevada expectativa de libertação dos consumos e reinserção saudável na vida social? E quais são também as reincidências relativamente a estes utentes de alto limiar? E quais são os resultados relativamente aos utentes de baixo limiar, nas mesmas circunstâncias?

Era isto que lhe perguntava, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A problemática do consumo de substâncias psicoativas, do uso e abuso das mesmas é, por definição, multifatorial, pois envolve uma multiplicidade de variáveis.

Não podemos, nem devemos continuar a olhar para os números de forma absoluta e transparente. Importa, claro está, enquadrá-los em termos sociais e imediatamente políticos e só depois, então, se for caso, celebrá-los.

Infelizmente, o caso não é, de todo, esse. Não porque os números não exemplifiquem, aqui e ali, algumas virtudes, mas, sobretudo, por não fazer sentido, de um ponto de vista sociológico e por decorrência político-social, querer fazer de um estudo assente em perceções individuais ou autorreferenciais, uma validação, decerto, das políticas empreendidas nos últimos anos. Importa ainda dessacralizar esses mesmos números, visto os mesmos refletirem uma tendência que é nacional e não regional, atentos os resultados para todo o País, disponibilizados pelo Instituto de Drogas e Toxicodependências, e atenta a oportuna convergência com esses dos resultados obtidos, *a posteriori*, com a Universidade dos Açores.

Sra. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não faz, por outro lado, qualquer sentido também falar-se de jovens açorianos, como se de uma categoria unidimensional se tratasse. A perceção que um jovem universitário tem dos seus consumos, reputando-os de meramente recreativos, ocasionais, ou nem sequer isso, de experimentais, diverge por inteiro quando confrontada com as perceções de um jovem quase iletrado, não raras vezes desestruturado em matéria de ambiente familiar ou de enquadramento social.

Não, não tem qualquer adesão à realidade pura e dura de um arquipélago onde a desigualdade na redistribuição dos recursos é gritante, onde o subdesenvolvimento de certos grupos de pobreza extrema, bem populosos aliás, é um facto que serve para ilustrar noticiários nacionais e internacionais. Ver numa residual redução de certos consumos de substâncias psicoativas motivo para agitar as diligentes bandeirinhas do sucesso governativo, também nos parece, no mínimo, desadequado.

Sra. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Posto isso, o PCP reconhece a necessidade de discutir e repensar a realidade da toxicodependência no nosso território, sempre e quando esse estudo e essa

discussão se apoie fora do mero enquadramento político-partidário e das

prioridades de agenda do seu proponente.

Reconhecemos, em suma, que o debate que ora nos ocupa é pertinente e não

podemos, no entanto, prosaicamente falando, "cair em saco roto".

Desejamos, pois, que esta possa ser a mote que permita acelerar a

materialização dos estudos e dos modelos de intervenção mais assertivos, na

crescente necessidade de inventariar todas as dimensões da problemática,

isto é, num debate capaz de proporcionar respostas que atenuem

aleatoriamente de mudança social e de quanto essa, por vezes, se distancia

da previsão dos padrões até criados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para responder aqui a algumas das questões que foram colocadas, não

obviamente para comentar as propostas feitas neste âmbito porque elas não

existiram, começaria pelo Sr. Deputado do PPM, Sr. Deputado Paulo

Estêvão. Sr. Deputado, deixe-me só lhe dizer que não é pelo facto de levantar

a voz que o problema se resolve...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também é!

O Orador: ... ou que nós vamos estar mais atentos para isso, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, eu demonstrei aqui, Sr. Deputado, que eu não me resigno, que

este Governo não se resigna e tem estado a trabalhar para combater esse

flagelo!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Tem, sim, senhor!

37

Sr. Deputado, deixe-me só que leia aqui duas ou três afirmações durante o debate, em janeiro de 2017, sobre a questão das dependências: "Há uma alteração que existe de política por parte deste Governo Regional, nomeadamente pelo novo Secretário da Saúde. Há uma nova atitude e é uma atitude de enfrentar este problema, reconhecer que ele existe e que se trata de um problema de enorme gravidade." Citei o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, sim!

O Orador: O Sr. Deputado também acrescentou a dizer que "esse estudo, da forma como está escrito, é proativo, no sentido em que se pretende identificar um conjunto de estratégias que podem vir a ser implementadas para combater com sucesso esse flagelo". É isso que nós estamos a fazer, Sr. Deputado! Também é a minha opinião, Sr. Deputado, e foi opinião de toda esta Casa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor ainda não confirmou a minha opinião!

O Orador: ... que tínhamos que aguardar pelo estudo, da forma como estava delineado, para termos uma estratégia mais coerente. E esse estudo não é da responsabilidade do Governo Regional. Esse estudo foi adjudicado a investigadores da Universidade dos Açores.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Carlos Ferreira, estar a discutir a metodologia não é para aqui chamado, Sr. Deputado!

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Não foi isso que o senhor disse!

O Orador: Ó Srs. Deputados do PSD, Sr. Deputado Luís Maurício, Sra. Deputada Mónica, nós anunciamos, em fevereiro deste ano, que o estudo ia ser entregue no final do primeiro semestre. É isto que está a ser cumprido. Em fevereiro, numa resposta a um requerimento oportuno do Bloco de Esquerda. Portanto, o estudo vai ser entregue, o estudo vai ser disponibilizado, o estudo teve a ambição de ser alargada a amostra de 2 mil para 12 mil jovens...

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: ... para ser muito mais definidor daquilo nós precisamos fazer nesta Região. E, como tal, se atrasou 6 meses ou 1 ano, atrasou porque foi necessário melhorar a amostra...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que de facto tenhamos aqui todas as condições para termos um estudo com resultados ilha a ilha, que é isso que nós vamos ter, que é isso que não encontramos nos estudos nacionais.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: É um estudo que nos vai dar quais são os fatores de risco e de proteção de quem consome e de quem não consome para o plano acrescentar apenas questões específicas para essas comunidades, porque, de resto, o plano está feito e está a ser executado. E é aquilo que eu já aqui demonstrei. Sobre, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, a questão das bandeirinhas do sucesso governativo, deixe-me só dar-lhe um exemplo de como nesta matéria nós não andamos com bandeirinhas. Aliás, porque, é interessante, quando os dados estatísticos sobem, a culpa é do Governo; quando descem, o Governo não tem nada a ver com isso.

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: E, por outro lado, em janeiro deste ano, quando nós apresentamos e divulgamos os resultados do Dia da Defesa Nacional em que descemos em todas as drogas, o Sr. Deputado não vê no comunicado que o Governo Regional fez uma única referência ao Governo dizer que aquilo era o sucesso das suas ações. Não, aquilo é o resultado da consciencialização dos jovens e dos açorianos para este fenómeno da droga.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nessa questão nós não andamos a levantar bandeirinhas, ao contrário de outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sobre questões que foram aqui colocadas, e muito bem, pelo Sr. Deputado Artur Lima e que depois com certeza lhe serão transmitidas, esclarecer que nós não temos na Região apenas programas de baixo limiar, temos também de alto limiar, aliás, foram agora referidas nesta última intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira. Sobre isso já tínhamos tido oportunidade, até com a Sra. Deputada Graça Silveira, na discussão do estudo, de falarmos sobre essa temática do tratamento em ambulatório. E eu transmiti aqui as minhas dúvidas também sobre essa temática. Aliás, há uma reportagem no Açoriano Oriental, em julho de 2017, onde eu próprio também manifesto dúvidas sobre todas essas questões relacionadas com o tratamento em ambulatório e, nomeadamente, com a Metadona.

E a pergunta que se seguiria era: então, o que se fez sobre essas dúvidas? Foi feito um manual para a prescrição dos agonistas opiáceos, portanto, definindo para os profissionais de saúde a possibilidade de utilização da Metadona ou da Buprenorfina. E, portanto, fica, nomeadamente, com as situações que estão lá descritas em termos científicos e clínicos à escolha dos Srs. profissionais de saúde sobre a sua aplicação, ou seja, definimos as regras que existem e aquilo que é conhecido em termos científicos para cada uma delas.

Foram constituídas as equipas de comportamentos aditivos e dependências em todas as unidades de saúde de ilha, às quais foram dadas variadíssimas formações, entre elas a intervenção clínica em dependências.

E foi criada uma plataforma, que não existia, de recolha de dados de tratamento em ambulatório, ou seja, todas as entidades que são responsáveis

pelo tratamento em ambulatório passaram, a partir do final de 2018, a ter que inserir toda a informação dentro desta plataforma. Já temos cerca de 2 500 utentes lá inseridos e, portanto, vamos poder começar a fazer aquilo que na altura também era a minha preocupação.

Podem-me dizer que as pessoas estão há 1 ano, há 2 anos na Metadona. Eu quero é saber, quando saíram, porque é que voltaram. Nós estamos a falhar é naquele período em que as pessoas efetivamente saíram. E, portanto, com os dados completos já do ano 2019 poderemos começar a fazer uma intervenção muito mais realista sobre essa questão da substituição opiácea. Mas posso-vos dizer que, é um dado que foi referido esta semana, nós, pela primeira vez, em 2018, tivemos ao longo do ano mais utentes em programas livres de droga do que em programas de substituição opiácea. Cerca de 1 220 em substituição opiácea e 1 471 nos programas livres de droga E, portanto, já é um bom sinal sobre a evolução que está a existir.

Com os dados que não são totais relativamente aos que foram inseridos no final de 2018 e respondendo também a uma pergunta que foi feita sobre taxas de sucesso, onde ainda neste momento não tenho essa informação, mas posso-vos dizer que entraram, novos utentes, para o programa de substituição opiácea, 47 na entidade ARRISCA e reentraram 136. Nos programas livres de droga entraram, novos utentes, 222 na ARRISCA e 44 na Alternativa, são apenas dessas duas entidades que temos, reentrando 320 e 26, respetivamente. Ou seja, nós vamos começar a ter informação muito melhor para que possamos... Não existia a plataforma, aquilo que nós fizemos com as dúvidas que tínhamos foi, efetivamente, termos uma plataforma que nos vai permitir, em todas as ilhas, ter esta informação sobre a componente do tratamento.

Relativamente à parte do internamento, Sr. Deputado Paulo Mendes, dizer que, obviamente, o Solar da Glória irá funcionar de acordo com o diploma

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

da saúde mental, uma vez que tem uma parte de desabituação, de tratamento. Aquilo que lhe posso dizer é que está a ser preparada toda a componente do circuito de referenciação. Mas posso-lhe dar um exemplo daquilo que nós também fizemos em 2018, que não existia: foi fixar as regras e os procedimentos para as unidades semelhantes que existem a nível nacional, portanto, o Manual de Procedimentos para o Tratamento e Reabilitação em Comunidades Terapêuticas, um despacho que está publicado e que definiu todo o acesso ao tratamento, como pode ocorrer, quais os procedimentos das encaminhamento de nível da comunicação, do estruturas ao acompanhamento, dos programas de alta, de um plano individual de reabilitação para o acompanhamento pós-alta. Portanto, todas as dúvidas que nos tínhamos, algumas delas resultantes do debate que aqui tivemos, nós

O Sr. Deputado Artur Lima também referiu...

pensamos que as coisas estão a funcional muito melhor.

Sr. Deputado Paulo Mendes, só para lhe dizer que também, no âmbito contratual, o Solar da Glória tem um gestor nomeado para o efeito, que irá acompanhar toda a componente de tratamento.

impusemos alterações nas metodologias, definimos critérios. E, portanto,

Sobre a parte do apoio às famílias, dar-vos o exemplo do programa "Prevenir em Família e na Comunidade", que tem como objetivos: melhorar as relações familiares, o aumento de níveis de comunicação e coesão de agregado familiar. E, como tal, algumas das preocupações aqui dadas de que efetivamente estamos a começar a apoiar as famílias que necessitam.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Eram 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos

Está inscrita e dou a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta é, obviamente, uma temática séria, que exige de todos nós uma postura muito séria. Mas, infelizmente, o que aqui assistimos por parte do Sr. Deputado João Paulo Ávila foi uma intervenção teatral.

Deputado Carlos Silva (PS): Uma lição de seriedade!

A Oradora: Uma intervenção que serviu apenas para atacar o PSD e que não deu um único contributo à discussão deste tema.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: O contributo do Partido Socialista neste debate foi anunciar que vai chamar o Sr. Secretário Regional da Saúde para vir falar de um estudo a uma Comissão, um estudo que leva 1 ano e meio de atraso. E conseguiu ainda negar a realidade. É este o contributo do Partido Socialista no que concerne...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E os seus quais são?

A Oradora: ... a políticas de dependências nesta Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Gostaria de relembrar ainda ao Sr. Deputado que o Partido Socialista governa nesta Região há 23 anos. E que desde então temos assistido a políticas nesta matéria...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E estão na oposição há quantos?

A Oradora: ... que vêm consecutivamente mudando ao longo do tempo. Basta recordar o que aconteceu, por exemplo, na extinta Direção Regional de Combate às Dependências, que foi extinta e que depois voltou a ser criada, mais recentemente, na presente legislatura.

Portanto, Sr. Deputado, se não há estratégia, a culpa não é do PSD, a culpa é dos senhores que governam na Região há mais de 20 anos e que até agora os resultados nós não os sabemos de forma transparente, ou melhor, aquilo que sabemos são resultados que nos envergonham.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois, Sr. Secretário, foi ao Conselho Regional da Juventude, em março, falar de uma estratégia. Foi pedir contributos às associações de jovens. Fez muito bem, de facto, os jovens podem dar um contributo. Mas, curiosamente, não falou num único resultado. Portanto, isto não é uma forma séria de fazer política, que é pedir contributo às associações de jovens e não conseguir apresentar um único resultado. Porque será, Sr. Secretário?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que lhe disse isso? Foi a JSD? A JSD estava lá?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Porque será? Enfim, o estudo está atrasado, o senhor desculpase que não foi o Governo que fez o estudo, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A JSD estava lá?

A Oradora: ... mas foi o Governo que pagou o estudo! E, portanto, o senhor pode exigir muito bem a quem de direito os resultados, porque nós queremos saber, de facto, os resultados desse estudo, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A JSD não estava!

A Oradora: ... porque sem os resultados não é possível montar uma estratégia adequada ao problema...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A JSD não estava lá!

A Oradora: ... e a um flagelo que, infelizmente, atinge a nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: O senhor falou também num conjunto de medidas, medidas que também já foram aqui referidas que podem ser encaradas como medidas em avulso para resultados a médio e longo prazo. Sr. Secretário, nós queremos resultados para ontem! Para ontem, Sr. Secretário! Queremos medidas com impacto imediato, porque, infelizmente, isto é um flagelo que atinge a nossa sociedade!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é seriedade, resultados para ontem! **Deputado João Paulo Ávila** (*PS*): Onde é que estão os contributos do PSD? A Oradora: Exemplo disso são os relatos que nós assistimos no grupo de trabalho que avaliou as respostas sociais para crianças com idade superior a 12 anos. Foi transversal! As instituições que foram ouvidas e as instituições que foram visitadas assumiram que isto é um problema, isto é um flagelo! E não basta estar confortavelmente sentado na sua secretária, quando no terreno a realidade é outra, Sr. Secretário!

Deputado João Paulo Ávila (PS): A senhora tem uma proposta durante a legislatura toda!

Deputada Graça Silva (PS): Seja séria!

A Oradora: É outra, Sr. Secretário! É preciso ir para o terreno e é preciso avaliar as respostas, que impacto é que essas respostas estão a ter no terreno e estão a ter nos jovens! Isso é que é importante! Não é estar sentado no conforto da sua secretária! É ir para o terreno e avaliar o impacto dessas medidas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a realidade que a senhora está a falar: do continente ou da Região?

A Oradora: Sr. Secretário, ninguém percebe ainda, de forma clara e transparente o que está a ser feito e muito menos a efetividade e a articulação que existe entre a Direção Regional de Combate às Dependências e as próprias instituições e até mesmo as escolas.

E, volto a dizer, esta matéria requer um plano estruturado. Um plano que até agora os senhores não conseguiram criar! E não é um problema de agora, é um problema que já subsiste há vários anos, Sr. Secretário, portanto, não há desculpa. Não há desculpa.

É preciso uma estratégia que assente na prevenção, uma prevenção adequada a faixas etárias, uma prevenção dirigida à comunidade educativa, dirigida aos pais, dirigida a toda a sociedade, uma verdadeira campanha de prevenção. E isso não está a acontecer.

É preciso também formar técnicos na Região, Sr. Secretário. Não é com um manual de bolso. Não é com um manual de bolso que se formam técnicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E o senhor bem sabe disso. É preciso apostar numa formação intensiva, numa formação que seja adequada à nossa realidade, porque, infelizmente, a realidade do Corvo não é a realidade de São Miguel e a realidade do Faial, obviamente, não será a realidade das Flores. É preciso formar esses técnicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não somos só nós que dizemos isto, até o próprio Dr. Luís Patrício, que, na altura, há uns anos atrás, elaborou um estudo que foi pago pelo Governo Regional, o próprio Dr. Luís Patrício reconhecia a necessidade de ter médicos e de ter profissionais de saúde com formação específica, com formação certificada nesta área. E digo-lhe mesmo: olhe, eu sou médica e não tenho qualquer tipo de formação para prescrever Metadona, porque não

tive certificação nessa área, não me foi dada e também não recorri a isso mesmo.

Deputado Carlos Silva (PS): Faça formação!

A Oradora: Portanto, gostaria de lhe perguntar, Sr. Secretário: até agora, quantas ações de formação foram feitas a estes técnicos? Que entidade é que fez estas ações de formação? E quantos técnicos é que receberam estas mesmas ações? Porque, de facto, se temos assimetrias a nível terapêutico nas nove ilhas dos Açores, também iremos ter uma grande dificuldade em avaliar a eficácia das capacidades, quer dos técnicos, quer das respostas que os utentes irão apresentar.

Depois, a nível de tratamento, também ao longo destes 23 anos já assistimos a bastantes alterações ao nível do tratamento. Recordo, como já disse, que em 2010 houve aqui uma separação dos utentes de alto limiar e de baixo limiar, a nível das instituições onde lhes era facultada a medicação. Na altura, como já referi, um estudo pago a peso de ouro que foi elaborado pelo Dr. Luís Patrício e que a conclusão é que devia haver uma separação a nível das instituições que davam aos utentes do alto limiar e do baixo limar.

Mais tarde, curiosamente, o que se voltou a assistir foi uma nova junção ao nível dos doentes que eram tratados. Portanto, na mesma instituição tínhamos doentes de alto limiar e de baixo limiar. E, como deve calcular, obviamente que isso gera confusão e aumenta o risco de haver aqui questões ligadas com trocas ao nível da dose de terapêutica, entre outras realidades.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, já foram utilizadas, certamente, nesta Região, imensas e avultadas quantidades de Metadona. Mas, infelizmente, a eficácia destes tratamentos nós não a conhecemos de forma clara e transparente.

Sr. Secretário, estão mesmo a ser eficazes os programas de tratamento da Região? Fale-nos sobre os números. Fale-nos de forma aberta. Estamos aqui para discutir. Fale-nos dos resultados. Fale-nos dos números de utentes que transitam do baixo limiar para o alto limiar. Fale-nos dos utentes que conseguem escapar a este flagelo, que conseguem ser admitidos numa sociedade, que conseguem fazer uma vida livre deste flagelo da droga.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Fale-nos sobre isso! As famílias querem ouvir, os açorianos querem ouvir!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Os senhores é que não querem!

A Oradora: E nós também estamos aqui para ouvir os resultados e para saber o que é que tem sido a política do seu Governo e do Partido Socialista em relação a este assunto.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: E queremos saber mais, Sr. Secretário! Queremos também saber qual é o papel do Governo a nível da fiscalização destes programas. Que papel é que o senhor tem a nível da fiscalização dos tratamentos que são dados a estes doentes? Quem é que controla isso, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sou eu!

A Oradora: Pois, se calhar deve ser. Por isso, por ser o senhor é que se calhar os resultados são tão maus e por isso não quer falar sobre isso!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Deputada Mónica Rocha (PS): Que horror!

Deputado Francisco César (PS): Isso é de uma deselegância!

A Oradora: Portanto, deixe-se estar sentado no conforto da sua secretária e venha falar com isso!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Um bocadinho menos do que a sacerdotal! **Deputado Carlos Silva** (PS): Isso é que é um debate com seriedade!

A Oradora: Para finalizar, Sr. Secretário, as famílias, de facto, esperam uma

resposta de quem governa e o que é certo é que ao longo destes 23 anos não

tem havido uma resposta adequada ao flagelo que se vive em relação às

dependências na nossa Região. Portanto, será altura, certamente, de assumir

que isto é um flagelo e é um flagelo que tem que ser combatido de forma

séria e responsável. É isso que os açorianos e as suas famílias esperam de si!

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário Rui Luís, não fique intimidado com o meu tom de voz! Este

tom de voz forte...

Deputado José Ávila (PS): Não intimida ninguém!

O Orador: ... é uma bênção! Eu sei bem porque eu perdi a voz há dois

plenários. E este tom de voz é o tom de voz da convicção, de quem sabe que

está a dizer a verdade, de quem tem convicção naquilo que está a dizer. Não

se intimide!

Mas devo dizer-lhe também, Sr. Secretário, citou as palavras que lhe dirigi

no início do exercício das suas funções. V. Exa., de facto, reconheceu aquilo

que o seu antecessor não tinha reconhecido no mandato anterior e isso foi

positivo.

Deputado Francisco Coelho (PS): O que muito nos preocupou!

49

O Orador: Mas só é positivo se esse reconhecimento que existe um problema e um problema grave no âmbito das toxicodependências tiver depois consequências práticas. E eu, na minha perspetiva, considerei que era importante dar-lhe umas palmadinhas nas costas, dar-lhe um reforço positivo, dar-lhe um incentivo, uma espécie de doping motivacional. Foi essa a minha preocupação para que V. Exa. ficasse mais animado, mais cheio de energia. É isso que eu costumo fazer aos Secretários no início do seu mandato.

Ora, V. Exa. desiludiu-me profundamente! V. Exa., deixe-me dar-lhe esta imagem futebolística, integrou a equipa do "tiki-taka", ou seja, ganhar tempo, passar bola, não passar ali do meio-campo. Depois não marcou golo, nunca. Não faz chegar a bola aos pontas de lança. Não faz nada, ou seja, o marcador não se mexe.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): O senhor reconhece que a gente está a ganhar!

O Orador: E sabe que o "tiki-taka" ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O "tiki-taka" é o melhor futebol do mundo! O Orador: ... acabou na decadência que se conhece, porque, efetivamente, não é efetivo, ou seja, não marca golos, não resolve coisa nenhuma!

E V. Exa. está aqui desde o início da legislatura neste assunto e em quase todos, na falta de médicos, no combate às listas de espera, etc., etc. V. Exa. está aqui no jogo do "tiki-taka". Isto já cansa. Nós estamos aqui e os açorianos para ver resultados! Isso é uma coisa que V. Exa. não apresenta! Não apresenta! Isto é dramático nestas matérias, porque todos os dias que se perdem no combate efetivo, eficaz a esta problemática são dias que significam muita infelicidade para muitos jovens, para muitas famílias. Muitos problemas que poderiam ter sido evitados se V. Exa. fosse mais

determinado, se V. Exa. tivesse realmente o sentido de urgência que, nesta legislatura, nós, todos os Grupos Parlamentares, lhe assinalados. Esta questão é uma questão urgente, que deve ser resolvida com urgência e V. Exa. leva mais de metade da legislatura no "tiki-taka", sem fazer nada. E por isso V. Exa. desiludiu-me profundamente.

Eu, nesta fase, não lhe posso dar mais palmadinhas nas costas. Já percebi que V. Exa. não vai lá com motivação positiva. Portanto, a partir de agora é mais outra técnica, que é para realmente colocar V. Exa. em frente ao espelho, em frente às suas responsabilidades e dizer-lhe: o senhor não resolve isto. E a culpa de muito daquilo que está a acontecer é sua! Esta técnica também funciona, é colocá-lo ao espelho e colocá-lo em frente às suas responsabilidades e às consequências da sua inação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu percebo a importância de olharmos para números para fazer o cenário mais preciso da situação das toxicodependências na Região. Mas eu devo-lhe dizer e penso que concordará comigo, que não precisamos de estudo nenhum para saber que as taxas de reabilitação nos programas de baixo limiar são como eles próprios, baixíssimas. Todos nós sabemos que não é preciso nenhum estudo para saber que uma estratégia em que a única coisa que se faz é substituir uma droga de adição, como é o caso da heroína, por uma droga de substituição, como é o caso da Metadona, as taxas de reabilitação vão ser baixíssimas, porque o único objetivo é, no fundo, anular ou mitigar os sintomas de privação, mas que depois a sua reinserção é baixíssima! E dizia: ah, eu, a partir de agora, vou ter os números da quantidade de toxicodependentes que voltam. Isso não é nenhuma boa

novidade, porque todos nós sabemos que as drogas de substituição, mais dia, menos dia, vão elas própria se tornar drogas de adição! Foi assim no passado com a heroína. Todos nós sabemos que era a droga de substituição no vício do ópio, passou para o mercado negro e passou a ser ela própria a droga de adição. Hoje em dia, já temos gerações e gerações de adictos à própria Metadona na Região. Só com um único agravante: é que somos nós os açorianos a pagar essa adição. É que não vão comprar ao mercado negro, continuam a fornecer.

Todos nós também sabemos e eu prefiro não fazer o exercício da demagogia, todos nós sabemos que é preciso fazer um controlo social, que, neste momento, se retirássemos a Metadona a uma série de focos, de questões sociais gravíssimas de toxicodependentes, ninguém queria isso! É que ninguém quer ser cínico e andar a varrer para debaixo do tapete um problema gravíssimo, mas também ninguém quer, neste momento, tirar debaixo do tapete todo esse problema de uma vez só! A verdade é esta!

E, portanto, não vou sucumbir ao exercício das culpas porque a verdade é que também o Governo, nesta história, não pode ser sozinho o responsabilizado. A verdade é que nós não temos grupos de integração social de proximidade na Região. Nem sequer para uma das dependências mais antigas ou clássicas, nem sequer existem alcoólicos anónimos na Região. Não temos grupos de proximidade de ajuda.

Deputada Mónica Rocha (PS): Temos, temos!

A Oradora: Temos, pronto, peço desculpa.

Deputada Mónica Rocha (PS): Temos, sim, senhora!

A Oradora: Pronto, ok.

Deputada Mónica Rocha (PS): Podem é não ser suficientes.

A Oradora: Provavelmente não são em todas as ilhas. E digo-lhe, em relação às toxicodependências não há. Não há grupos de apoio à família.

Senão, pergunto-lhe: disse e respondeu ao CDS que neste momento já tinha um programa que penso ter dito que era "Prevenir em Família e na Comunidade", de apoio à família. É, seguramente, uma iniciativa importante e necessária para agregados familiares mais destruturados e onde, é verdade, todos nós sabemos, a incidência é maior. Mas as toxicodependências são transversais a todos os grupos socioeconómicos. E nós quando perguntamos daqui o apoio à família, é exatamente às famílias que eram estruturadas e que desestruturaram quando tiveram a infelicidade de passar a ter situações de toxicodependência nas suas famílias para gerir...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e que não sabem gerir. E então pergunto-lhe: estas mães que têm que tomar decisões dificílimas, nomeadamente ter que resistir àquela chantagem emocional, que nós sabemos que é dificílimo a uma mãe ver um filho desesperado a precisar de uma dose e a pedir pelo amor de Deus, e dá e vende isto e vende aquilo e vende aquele outro, ter que tomar uma decisão firme e difícil, muitas vezes até de pô-los fora de casa, têm que ter um apoio fortíssimo de pessoas que passaram pelas mesmas situações, de apoio psicológico, para poder decidir aquilo que é melhor para os seus filhos. Então pergunto-lhe, Sr. Secretário: neste momento, uma mãe numa situação destas a quem é que telefona, a quem é que pede ajuda? Não pode ser à família, porque a própria família já está toda ela doente com esta situação! E é difícil tomar decisões desta natureza com os mais próximos. É preciso equipas treinadas, equipas que saibam ajudar e a dar opinião certa no momento certo. E essas equipas, neste momento, não existem na Região.

E pergunto-lhe também onde é que estão as equipas de apoio, não na situação ainda antes da adesão ao tratamento, mas quando já estamos na fase de recuperação, onde temos um deserto enorme a percorrer, jovens a lutar todos os dias para se manterem na abstinência. E todos nós sabemos que neste

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

universo das dependências as recaídas são muitas e quase todos os dias e que a cada recaída é o recomeço de um novo inferno. E onde é que estão as equipa de apoio a estas famílias que estão todos os dias a lutar em relação à abstinência e à manutenção da abstinência? Que eu saiba, neste momento, não existe. Portanto, não vale a pena estarmos com conversas muito políticas e muito teóricas. Há coisas simples que são urgentes e necessárias. E não podemos ficar 1 ano e meio... e não preciso de falar alto como o Paulo Estêvão, mas digo-lhe com a mesma sinceridade: não podemos ficar 1 ano e meio à espera de um estudo da Universidade dos Açores para resolver coisas que toda a gente, sem nenhum estudo, sabe que são essenciais e que as pessoas que estão a passar pelos problemas sentem que precisam! E eu sei que o Sr. Secretário concorda comigo! E sei que estas coisas são difíceis de resolver, mas têm que ser começadas por algum lado! Têm que ser começadas, isto é urgente!

Nós temos as novas drogas, Sr. Secretário, que ainda por cima nem sequer são ilegais. Porque aquela conversa de que o proibido é o fruto mais desejado, que era o que se dizia na minha geração, não é o que se passa hoje. As novas drogas são feitas com substâncias ativas quase todas elas legais.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): É verdade!

A Oradora: Tornaram-se foi criativos para juntar isto com aquilo e com aquele outro, que nem nós sabemos o que é que são!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

A Oradora: E o Sr. Secretário sabe que tem dado entrada de jovens, nas faixas dos 14, 15 e 16 anos, com surtos psicóticos que ninguém sabe como é que os vai encaminhar! Se vão ser tratados como se fossem pessoas de doença mental ou se são miúdos que estão sob ação de uma substância, que nós nem sequer sabemos qual é que é a substância que se vai pesquisar no

sangue! É que estamos a este nível de olhos tapados! E esta situação é galopante e está-nos a ultrapassar!

E não me interessa nada saber se o SICAD diz se é mais 1% ou menos 1%! Todos nós sabemos que, neste momento, a Região está à frente das novas drogas. Não sabemos como é que ela chega. Eu, por acaso, não acho que seja como o Dr. Artur Lima disse, nem de avião, nem de barco.

Deputado Francisco César (*PS*): A senhora achar o que o Dr. Artur Lima acha é novidade!

A Oradora: Estas estão disponíveis em todo o lado. Até fertilizantes se utiliza hoje em dia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Gravíssimo!

A Oradora: Com surtos psicóticos que os técnicos de saúde mental estão completamente perdidos e não sabem o que é que vão fazer. E, portanto, temos que, rapidamente, tomar decisões!

E devo-lhe dizer, Sr. Secretário, continuar a usar estratégias clássicas com abordagens conservadoras para problemas completamente novos, com novos contornos, com diferentes abrangências, vamos só continuar a correr atrás do prejuízo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: O Governo não pode fazer tudo, mas o Governo tem a obrigação de chamar a sociedade a participar, de criar mecanismos, de criar grupos, de criar incentivos. Não sei, mas trazer todos para participar neste que é um objetivo de todos, de todas as classes sociais, de todas as famílias açorianas. E continuar a fazer de conta que mantendo a vergonha dentro das nossas casas vai resolver o problema, não vai, porque isto, ainda por cima, agrava mais. As pessoas acham que é quase um castigo ter-lhe ido calhar a casa, o meu filho que era tão inteligente e que era um miúdo tão bom e isto e aquilo e aquele outro e agora completamente desestruturado. Quais são as respostas

que nós temos para dar? Não podem ir as famílias inteiras para Lisboa para centros, temos que arranjar coisas de proximidade para tentar gerir a situação e mantê-los no seu convívio, penso eu.

Bom, já agora, em relação à conversa do costume, mantendo a conversa, há um nível que é baixo, que é das terapias de substituição, da Metadona versus Suboxone, já respondeu que fez o manual em que está lá dito claramente quando é que vai ser prescrita Metadona, quando é que vai ser prescrito o Suboxone. Eu penso que isso tenha a ver, ponto um, com as características do toxicodependente. E, portanto, não se percebe que as diferentes abordagens sejam por ilha, porque, ao contrário daquilo que já se tentou dizer aqui, hoje, que os toxicodependentes não têm cor partidária, também acho que não têm características de ilha. Portanto, se as diferentes abordagens são nas diferentes ilhas, por alguma razão há de ser. E pergunto se houve dados que tenham demonstrado que o Suboxone ou a Metadona tenha taxas de sucesso maiores ou menores ou que sejam diferenciados para determinados casos. Porque se foi feito o manual, já devia haver alguma informação em relação a isso. Por exemplo, se na Terceira se faz Metadona e o jovem vem para o Faial ou porque tem uma namorada ou porque arranja emprego, às vezes é difícil nessas situações mas ainda acontece numa fase inicial, e chegam ao Faial como é que é? Aqui está instituído o Suboxone, passa a fazer Metadona. Há um que está a fazer Metadona, outro está a fazer Suboxone. Ok, pronto, é assim.

E, já gora, gostava que o Sr. Secretário nos pudesse dizer qual é que é a taxa de sucesso de adesão à terapêutica, ou seja, de todos os que vão à consulta e que são sinalizados com um problema de toxicodependência, quantos é que, por sua iniciativa, querem aderir a um tratamento.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Reginais:

Bem, Sr. Secretário Regional da Saúde, uma coisa são manuais de boas práticas na prevenção e tratamento das toxicodependências e disso eu não retiro qualquer mérito nem qualquer validade, antes pelo contrário, mas outra coisa são os trâmites legais instituídos pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2016 que cria a rede regional de cuidados continuados integrados de saúde mental e que estabelece aqueles que são os trâmites que devem ser seguidos no que diz respeito à referenciação, por exemplo, e até a avaliação das próprias valências. E foram essas as questões que eu coloquei ao Sr. Secretário.

E, sinceramente, já fico na dúvida se, no caso do centro de reabilitação do Solar da Glória e mais precisamente nas suas unidades de desabituação e unidade residencial, se estas unidades fazem parte da rede. Eu fico com essa dúvida. Parece-me que, às tantas, não fazem e que, às tantas, não só não existe, de facto, uma equipa de coordenação regional dos cuidados continuados e integrados em saúde mental, assim como também a rede não funciona de maneira nenhuma. E eu gostaria de saber se, neste momento, a referenciação é feita tal e qual como está instituída e prevista pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2016/A. Isto porquê? Porque a própria equipa de coordenação regional tem um papel determinante na referenciação de casos. E gostaríamos de saber se, no caso, por exemplo, do centro de reabilitação do Solar da Glória, a referenciação de utentes para estas unidades de desabituação e residencial é feita sob parecer desta equipa de coordenação regional. Porque fico com a impressão que não. E não é, porquê? Porque dáme a impressão que esta equipa não existe. Existe um coordenador, que eu tive notícia através da comunicação social que existe. Eu não conheço

nenhum despacho de nomeação e gostaria de conhecer. E gostaria também de conhecer outros trâmites que deveriam estar a ser seguidos neste momento no âmbito da concretização desta rede regional.

E passo mais uma vez a reformular as perguntas que lhe fiz inicialmente, por exemplo: é necessário, é imprescindível, de acordo com esta legislação, que a referenciação se faça em plataforma informática a ser criada. Esta plataforma informática já foi criada?

Já agora e muito importante, para haver uma proposta de referenciação é necessária a definição daquele que é referido como um instrumento único de grau de incapacidade psicossocial e de dependência. Esse instrumento já foi selecionado, já foi definido? Porque parece-me que não. Porque eu reuni com pelo menos dois conselhos de administração de hospitais aqui da Região, nomeadamente o de Ponta Delgada e o de Angra do Heroísmo, e ninguém me sabe dizer que instrumento único de grau de incapacidade psicossocial e de dependência foi adotado pela rede, porque, de facto, não existe. Aliás, e parece-me que a rede não está a funcionar neste momento. E se não está a funcionar, quem é que avalia e monitoriza os cuidados prestados na área da prevenção e tratamento das toxicodependências? É, de facto, a equipa de coordenação regional de cuidados integrados em saúde mental? Parece-me que não, porque até o Sr. Secretário me dizer o contrário, fico com a impressão de que esta equipa não existe, ou, existindo, é só no papel e não efetiva realmente as suas competências.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ora, e mais importante do que isso, neste momento, quem avalia o quê? Quem monitoriza o quê? Se não é esta equipa de coordenação regional, poderia ser a comissão regional de acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde mental, que também ninguém sabe o que neste momento está a fazer. Senão, nós estamos aqui a criar legislação que na

realidade não serve para nada! Nós tivemos já o péssimo exemplo que foi a organização dos cuidados continuados integrados sem serem os de saúde mental e agora perece que vamos pelo mesmo caminho! Eu só espero que não! E devo lembrar que isto não é uma coisa recente, isto foi criado em 2016! E já lá vão 3 anos e nada foi feito! É a impressão que tenho. Aliás, esta rede deveria ter sido implementada no período de 1 ano a contar da data de aprovação desta legislação. A pergunta que eu lhe faço também é se rede foi, de facto, implementada. E se não foi, já deveria ter sido há bastante tempo. Falando agora nos tratamentos de baixo e alto limiar. E falando naqueles que são os tratamentos de baixo limiar, com recurso à substituição de opiáceos, é uma resposta, de facto, já ao nível da prevenção terciária, ou seja, visa a redução de danos, mas esta resposta deve ser complementada e é complementa, creio eu, na segunda fase com antagonistas de opiáceos. Ora, se a substituição de opiáceos através, por exemplo, da Metadona é disponibilizada de forma gratuita e ainda bem que assim o é, o mesmo não se pode dizer relativamente aos antagonistas, porque, neste momento, os utentes que comecem a tomar antagonistas de opiáceos têm que pagar 30 euros. Ora, isso acaba por colocar em causa a adesão à terapêutica e a prevenção de recaídas. Gostaria de saber, Sr. Secretário, para quando é que será disponibilizada também de forma completamente gratuita os antagonistas de opiáceos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, é preciso ter lata! É preciso ter muita lata em vir falar do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais! A quantas visitas é que a senhora foi? Em quantas audições a senhora esteve presente? É que nós tivemos dois tipos de Deputados naquele grupo de trabalho: primeiro, tivemos aquele que quis à força provar que o problema das dependências e das toxicodependências era um dos mais desfavorecidos, queria à força provar isso; e depois tivemos aquele grupo de Deputados que nunca estiveram no grupo de trabalho.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Não é verdade!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, nós não somos os piores do País! Os senhores não têm o direito de passar essa mensagem! Eu vou repeti-la até à exaustão: os senhores não têm o direito de passar essa mensagem negativa e que não corresponde à verdade da nossa Região!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Carlos Ferreira, os torneios de futebol de rua foi um dos exemplos que eu dei na minha intervenção. Eles contribuem para o aumento do combate aos comportamentos desviantes, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

O Orador: ... sejam eles dependentes ou não. A todos os comportamentos desviantes. E desmerecer o trabalho que essas instituições estão a fazer com estas ações fica muito mal a si e aos Deputados do PSD nesta Casa!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Programas de substituição, Srs. Deputados, vamos ser muito claros, porque mais uma vez a oposição quer meter tudo no mesmo saco. Há cerca de três grupos de pessoas em programas de substituição: há aquelas que ficam de 1 a 3 meses; há aquelas que ficam de 1 a 3 anos; e há aquelas que, infelizmente, ficam toda a vida naqueles programas. O que é que nós temos que fazer, Srs. Deputados? Dizer presente a essas pessoas que

precisam, às pessoas e às famílias. E é isso que o Partido Socialista e que o Governo Regional, com estudo ou sem estudo, está a fazer, continua a fazer e quando vier o estudo, fará ainda melhor a favor de todos os açorianos!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, não é marginalizando, e repito, como algumas autarquias do PSD fazem, ou estigmatizando como fez o Sr. Deputado Carlos Ferreira ali daquela tribuna, que se consegue a inserção aquelas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não apoiado!

O Orador: Uma inserção tão necessária para evitar que haja as recaídas daqueles que, infelizmente, passam toda a vida com este problema.

Eu sei que o Sr. Deputado Jaime Vieira vem aqui nos explicar o que é que é isso da marginalização que é feita, por exemplo, na freguesia de Rabo de Peixe. Eu sei que ele vem aqui fazer e eu fico a aguardar as explicações dos ping-pongs que tem feito na sua freguesia com essas pessoas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Mónica Seidi pedia a palavra para...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da honra a...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Às palavras proferidas pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Presidente: Tem a palavra, dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento, de facto, aquilo que foi proferido pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila, por quem tenho algum apreço, na medida em que vir a uma

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Assembleia destas onde se discute um assunto tão sério, onde há açorianos, famílias de açorianos a verem este debate, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): O que ele disse é verdade!

A Oradora: ... vem o senhor aqui utilizar termos tão deselegantes como "ter lata".

Deputada Mónica Rocha (PS): Quais? Quais são?

A Oradora: Vem o senhor aqui contestar as minhas ausências no grupo de trabalho onde se, de facto, debateu este tema. O que é que o incomoda, Sr. Deputado? É, de facto, o problema da droga, ou são as ausências da Deputada Monica Seidi? O que é que o incomoda? Por amor de Deus!

Deputado Francisco César (PS): A gente, de facto, fica tristes por não estar.

A Oradora: De facto, a Deputada Mónica Seidi faltou a algumas das visitas, mas fez-se substituir e o grupo de trabalho continuou a funcionar. E a Deputada Mónica Seidi deu contributos para o relatório. E a Deputada Mónica Seidi este presente nas visitas e teve intervenções. O senhor está-se a esquecer, por exemplo, da visita à UMAR. A Deputada Mónica Seidi esteve presente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quantas visitas nós fizemos?

A Oradora: Pelo amor de Deus, Sr. Deputado! Vir aqui dizer que a Deputada Mónica Seidi não esteve presente é uma deselegância da sua parte, quando debatemos aqui um problema tão sério, tão sério como o flagelo da droga. E com essa postura não conta com a Deputada Mónica Seidi para fazer política, porque a Deputada Mónica Seidi está aqui para contribuir para uma melhor vida e para uma melhor sociedade que constitui a Região Autónoma dos Açores!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não sei se quer prestar esclarecimentos... Sr. Deputado João Paulo Ávila, dispõe também de 3 minutos.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, o problema não são as suas ausências.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Deve ser!

O Orador: O meu problema é vir-se debater um assunto tão urgente e que o PSD aumenta o tom de voz para dizer que ele é urgente e quando é preciso trabalhar para a resolução dos problemas, a Sra. Deputada Mónica Seidi não esteve no grupo de trabalho.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Isso é mentira! Isso é mentira!

O Orador: Esse é que é o problema!

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Isso é mentira! Seja sério! Isso é mentira!

Deputada Graça Silva (PS): Seja séria a senhora!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria referir que já não é a primeira vez que alguns Deputados do Partido Socialista vêm a público querer que as juntas de freguesia, principalmente as do PSD, resolvam problemas que são da competência do Governo Regional, sem essas próprias juntas de freguesia terem ferramentas para resolver. Isto é simplesmente vergonhoso!

Em segundo lugar, dizer que também já fomos habituados nesta Casa que a culpa é sempre dos autarcas do PSD e que estes é que têm que resolver os problemas que o Governo Regional não consegue resolver.

Mas devo dizer, há pouco quando a Deputada do CDS referiu a quem era que as mães ligavam quando tinham algum filho que estava ligado à toxicodependência, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É um problema de todos!

O Orador: ... agora faço a pergunta: alguns dos senhores já teve conhecimento, com uma mãe agoniada, com uma mãe sem ter respostas vir ter com um presidente de junta para poder resolver? Isso é simplesmente drástico! E, neste momento, não há nenhuma solução para essa situação. Mas posso garantir, de certeza absoluta, que as juntas de freguesia tudo fazem para que não deixemos essas mães sem outro tipo de reposta!

É verdadeiramente triste e deselegante que o Sr. Deputado João Paulo Ávila tivesse vindo a esta Casa ofender todos os rabo-peixenses e ofender todos os lajenses, dizendo e afirmando que nessas duas vilas é que estava concentrado o antro ou então o centro da toxicodependência!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isto é verdadeiramente vergonhoso! E os rabo-peixenses e os lajenses exigem do Sr. Deputado um grande pedido de desculpas, porque, efetivamente, são pessoas de bem e são pessoas que não merecem ser tratadas dessa maneira!!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E mais, Sr. Deputado, o que o senhor fez aqui foi estigmatizar, foi marginalizar essa gente. Não digam que são os outros é que fazem! Não digam que o PSD é que fez! O que o senhor fez foi exatamente isso!

Deputada Mónica Rocha (PS): Essa gente! Essa gente, não é mau!

O Orador: Ó Sra. Deputada, tenha calma! Tenha calma, Sra. Deputada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Tenha calma, Sra. Deputada! Pelo amor de Deus!

Deputada Mónica Rocha (PS): Essa gente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Lamentamos mais que um assunto seriíssimo e grave como esse tivesse sido aproveitado pelo Partido Socialista para atacar mais uma vez os autarcas do PSD de forma mesquinha.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu participo neste debate por vários motivos, mas, em primeiro lugar, porque gostaria também de contribuir para o debate. Gostaria também de contribuir para o debate manifestando a minha discordância e a minha dúvida em relação à caracterização que foi feita quanto à situação da Região, pelo menos à leitura que me pareceu resultar da caracterização que é feita ou que foi feita pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira em relação à situação da Região no contexto nacional.

Eu tive o cuidado de, em relação ao relatório anual da situação do País em matéria de drogas e toxicodependências referente ao ano 2017, consultar os anexos desse estudo, sobretudo os dados estatísticos que constam desse estudo. E o cuidado de ver nas duas grandes componentes desses dados estatísticos: um, o inquérito nacional ao consumo de substâncias psicoativas

na população geral; e outro, aquilo que são os resultados do inquérito aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional. E o facto é que em nenhum desses documentos, nem no inquérito nacional, quer no inquérito feito aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional, resulta a imagem e a ideia que o Sr. Deputado Carlos Ferreira aqui quis passar. Aliás, há dados bastante curiosos. Se nós pegarmos, por exemplo, naquilo que tem a ver com os dados do inquérito feito aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional, a situação dos Açores no contexto das outras regiões do País é exatamente a inversa daquela que o senhor disse da tribuna. Ou seja, tomando como referência os resultados desse inquérito aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional, enquanto que a média nacional demonstra uma tendência de agravamento da situação, no caso dos Açores aquilo que resulta desse inquérito é exatamente uma situação de melhoria acentuada da Região. Isso já é indiciado por aquilo que consta do texto do relatório, mas torna-se mais evidente e mais claro em relação àquilo que consta dos dados e dos anexos que acompanham esses relatórios. Por exemplo, se nós virmos a prevalência de consumo de qualquer substância ilícita – de canábis e de outras drogas que não canábis – por região, no caso dos Açores, nos anos 2015, 2016 e 2017 há uma redução. De 2015, 26.6% para 24%. Aquilo que se verifica a nível nacional é, tomando como referência a média nacional, uma subida de 23 para 26%. E essa subida é alimentada pela situação de regiões como o Norte, como o Centro, como Lisboa, que demonstram uma tendência de subida. E, portanto, a situação dos Açores, nesse contexto, pelos resultados deste inquérito, não é aquela que resulta ou que pelo menos eu interpretei como sendo aquela que resulta da leitura que o Sr. Deputado fez daquela tribuna a dizer que a situação nos Açores é a pior situação possível a nível nacional. Foi essa ideia com que fiquei e é isso que suscita a minha intervenção, no sentido de clarificar que, se porventura mais alguma das Sras. ou dos Srs. Deputados ficou com essa impressão, ou quem nos ouve ficou com essa impressão, isso, pura e simplesmente, não é sustentado pelos números.

Mas nós até podíamos dizer que essa é a situação que se verifica em relação aos inquéritos feitos aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional, mas que o inquérito feito à população tem resultados completamente diferentes. Também não é verdade. Aliás, também resulta daquilo que é o inquérito feito à população em geral que, por exemplo, na prevalência de consumo ao longo da vida, segundo a região (NUTS II) e por tipo de droga, a situação dos Açores é uma situação de melhoria de resultados entre 2012 e 2016/2017, quer na população total entre os 15 e os 74 anos, quer na população jovem adulta entre os 15 e os 34 anos. Mais uma vez aqui ao contrário da maioria das regiões do País que revelam uma tendência de agravamento dessa situação. Posso citar, por exemplo, situações como: o Norte, que sobe de 11 para 12; o Centro, que sobe de 12 para 17 (eu estou a falar dos valores relativos a jovens adultos); o caso, por exemplo, também da Região Autónoma da Madeira, que sobe de 6 para 15. Ou seja, no caso dos Açores, quer num inquérito, quer no outro inquérito, o que resulta é uma melhoria dos indicadores da Região neste domínio, ao contrário do que acontece num caso com a média nacional e noutro caso com aquilo que são os resultados de várias regiões.

O que é que isso releva? O que é que isso interessa? Na minha perspetiva interessa única e exclusivamente para, se alguma das Sras. ou Srs. Deputados ou algum daqueles que nos ouvem considerou que nos Açores nós estamos desse ponto de vista na pior situação do País, que estamos desse ponto de vista a fazer um trajeto divergente em relação a melhorias que se verificam no País, esses dados, para mim, o único valor que têm é demonstrar que isso não é verdade.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Deputado João Bruto da Costa (PSD): (Aparte inaudível)

O Orador: Não, estamos melhores! Estamos melhores! O Sr. Deputado se quiser contrapor com números, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não desvalorize a questão!

O Orador: ... estamos aqui para conversar sobre números.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não desvalorize a questão!

O Orador: E estou, aliás, também disponível, se houver uma outra fonte que o Sr. Deputado Carlos Ferreira tenha consultado e que invalide todos estes números, para, obviamente, contrapor.

Repito, mais uma vez, os dados com os quais eu estou a trabalhar são: o relatório anual relativo a 2017 e os anexos, ou seja, os estudos que sustentam as conclusões desse relatório.

Essa é uma parte da questão, porque há outra parte da questão que nós, julgo eu, estamos todos de acordo: nem que fosse uma situação que afetasse uma família açoriana, desse ponto de vista, já era uma situação que merecia e exigia uma intervenção da parte das entidades públicas.

E, portanto, eu gostava de deixar absolutamente claro que essa minha contestação, relativamente à ideia que na minha leitura resultou da intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem apenas esse objetivo: os Açores não são a pior região do País. Os Açores estão a fazer um trajeto de melhoria, enquanto algumas regiões do País fazem um trajeto em sentido contrário.

Isso não invalida, nem a urgência, nem a premência, nem a necessidade de nós tomarmos medidas em relação a um flagelo que não afeta apenas aqueles que são afetados diretamente por eles, passo a expressão, mas que tem uma envolvência muito maior em relação às famílias também deles.

Houve dois outros aspetos que aqui foram referidos no debate e sobre o quais eu gostaria também de deixar clara aquela que é a perspetiva do Governo Regional:

Já houve um tempo em que isso foi assim, ou seja, já houve um tempo em que este fenómeno da toxicodependência tinha uma componente, chamemos-lhe geográfica, muito bem definida. Hoje, já não é assim. E mesmo em termos de tipos de droga que noutras realidades têm uma identificação com determinados estratos sociais. Claro, isso não é assim. Infelizmente, e julgo que não sou mal-entendido nessa expressão, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Pelo contrário! Tem de falar com o Deputado João Paulo Ávila!

O Orador: ... infelizmente, é uma situação que abrange e que afeta todos os estratos sociais e não há na nossa Região uma área geográfica que se possa dizer que está isenta deste flagelo. Há áreas que, por um conjunto de outras circunstâncias, pelo contexto social que também as envolve, podem ser mais suscetíveis de serem afetadas por esse drama, mas há, efetivamente, um problema transversal a toda a sociedade açoriana e que, deste ponto de vista, leva e exige também da nossa parte que sejam tomadas as medidas;

Segunda questão, foi uma matéria referida pela Sra. Deputada Mónica Seidi, quanto à questão de o Governo alterar a sua posição e, no fundo, mudar de posição em relação a essas matérias. Sra. Deputada, eu gostava de descansála em relação ao seguinte: o Governo Regional alterará a sua posição sempre que for necessário!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não temos, nem uma abordagem dogmática...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Tem é de produzir efeitos práticos! Pagam estudos que dizem uma coisa e depois fazem outra!

O Orador: Por isso, Sra. Deputada, é que nós, na primeira legislatura pela qual eu sou responsável no Governo, não tínhamos uma Direção Regional de Combate às Toxicodependências, porque se entendia que isso até poderia ser uma matéria que, na perspetiva global da Direção Regional de Saúde, pudesse ser tratada. Mas, pelo facto de essa não ter sido uma boa abordagem,

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... na segunda legislatura, foi criada a Direção Regional de Combate às Toxicodependências. E assim sucessivamente. Nós alteraremos as nossas posições sempre que a realidade demonstrar que o caminho que estamos a seguir não é o melhor caminho para os Açores e para os açorianos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou seja, está a dar razão ao PSD!

O Orador: Não, não estou. Há uma diferença fundamental: é que para o PSD o grande drama é o Governo mudar de posição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! É não haver resultados! **Deputada Mónica Seidi** (PSD): Não, não! É não haver resultados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O Sr. Deputado João Bruto da Costa que se entenda com a Sra. Deputada Mónica Seidi e quando chegarem a um acordo sobre isso, a gente depois fala!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já nos entendemos! Até dissemos um aparte em coro!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Limpinho, limpinho!

O Orador: Mas naquilo que releva para esta situação, o que julgo também fundamental transmitir neste momento é o seguinte: nós reconhecemos e temos consciência do drama que esta situação significa para os indivíduos, para os açorianos que são afetados por ele, mas também para as suas famílias. Aquilo que isso significa do ponto de vista da destruição de um contexto familiar, aquilo que isso significa da destruição de perspetivas de vida, aquilo que isso significa, no fundo, de autêntico drama por que passam muitas e muitas famílias açorianas.

E nós, não sendo os donos da verdade, nem querendo sê-lo, estamos, hoje, aqui, como estivemos no passado, com a consciência de que à parte pública se exigem medidas e algumas delas foram já referidas pelo Sr. Secretário da Saúde, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Parte dessas medidas!

O Orador: ... medidas para ajudar a resolver este assunto na componente em que uma intervenção externa àqueles que são afetados por esse drama pode ajudar a resolver esse assunto. Estamos aqui como estivemos, prontos e disponíveis para, do ponto de vista da criação de parcerias, do ponto de vista daquilo que é a necessidade de não olhar a quem, também nesse domínio, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... quanto às soluções que são destinadas, que são criadas, que são mobilizadas para lidar com esse drama, aquilo que significa, no fundo, esta disponibilidade, este empenho do Governo Regional para lidar com esse assunto.

Nós podemos ter flutuações de resultados. Nós podemos ter resultados que, porventura, num ou noutro momento, nos suscitam maior preocupação. Mas há algo também que os números demonstram: esse trajeto que tem sido feito deve ser reforçado, deve intensificado no sentido de garantir a todas e a cada uma das famílias açorianas esta resposta a que têm direito. Há um caminho e um percurso de grande significado e de efeito prático que tem sido percorrido na nossa Região. Esse trajeto e esse percurso têm resultados que em parte também estes dados estatísticos que resultam de um inquérito

nacional evidenciam, sobretudo uma componente que para mim me parece particularmente clara e particularmente importante: o facto da Região estar a fazer um trajeto de melhoria, ao contrário de outras componentes do País, de outras regiões do País que não estão a ter esse trajeto de melhoria, sobretudo nos anos 2015, 2016 e 2017.

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso descansa-nos? Não, não nos descansa. Nós julgamos ter consciência da dimensão da tarefa que temos à nossa frente, mas temos também uma consciência muito clara daquilo que o melhor trabalho possível da parte do Governo, as melhores soluções possíveis que seja adequado implementar nesse domínio, aquilo que isso significa para cada uma das famílias açorianas que são afetas por esse drama. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Carlos Ferreira pede a palavra para...

Deputado Carlos Ferreira (*PSD*): Sra. Presidente, peço a palavra para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Para informar a Mesa que o Grupo Parlamentar PSD vai entregar à Mesa, para distribuição a todas as bancadas, o relatório anual de 2017 — a situação do País em matéria de drogas e toxicodependência, da responsabilidade do serviço de intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências — que revela claramente e que conclui...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...

O Orador: ... que os Açores têm maior prevalência nacional...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...

O Orador: ... no consumo de droga em todas as substâncias, ...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...

O Orador: ... em todas as idades, ...

Presidente: O Sr. Deputado já tem experiência suficiente nesta Casa...

O Orador: ... bem como ecstasy, cocaína e novas substâncias psicoativas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: ... para saber que não pode usar uma figura regimental para prolongar o debate, quando, inclusivamente, nesta fase ele já terminou! O senhor sabe disso muito bem, que já leva 3 anos como Deputado.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, podemos entregar à Mesa o relatório.

Presidente: Quando recebermos o documento, será distribuído. Uma coisa é pedir à Mesa para distribuir o relatório, outra coisa é dizer o conteúdo do relatório.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): A Sra. Presidente, ontem, prolongou o debate.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes.

Tem a palavra Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo já não dispõe de tempo, o Partido Socialista dispõe de 19 minutos e 53 segundos, o PSD dispõe de 6 minutos e 36 segundos, o CDS-PP já não dispõe de tempo, o Bloco de Esquerda dispõe de 2 minutos e 15 segundos, o PCP dispõe 6 minutos e 17 segundos e o PPM dispõe de 1 minuto e 12 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15h para dar continuidade ao debate.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares

para darmos continuidade ao debate.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Luís Maurício estava inscrito, prescindiu. Estava também

inscrito o Sr. Deputado Francisco César, que não está. Tem, assim, a palavra

o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Prescinde. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem

a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente e Membros do Governo:

Este debate de urgência fechou, na parte da manhã, com uma intervenção do

Sr. Presidente do Governo Regional que fez aquela que podemos chamar

aqui no nosso Parlamento uma intervenção protegida, ou seja, uma

intervenção em que a oposição não teve a oportunidade de apresentar, em

tempo útil, ainda durante a manhã, o contraditório. Ou seja, uma intervenção

entre algodões. E devo dizer que me preocupou muito o teor da intervenção

do Sr. Presidente do Governo Regional, porque a intervenção do Sr.

Presidente do Governo Regional desenvolveu-se no âmbito de uma tentativa

de relativizar o assunto, dizer que o assunto não é um assunto grave nos

Açores. E não fez as referências que deveria ter feito a um documento, que

é um documento fundamental e é um documento que neste momento é o

74

documento mais credível, que é o relatório anual em relação à situação do País em matéria de drogas e de toxicodependências.

Já sabemos que em relação ao estudo e ao documento referente especificamente à realidade dos Açores, esse, o Sr. Presidente do Governo Regional não o utilizou, pela simples razão que não o tem. E não o tem porque o seu Governo atrasou o processo e não desenvolveu este processo como uma prioridade.

Eu tenho muito pouco tempo para fazer referências, mas deixem-me aqui fazer duas ou três referências sobre este relatório. Olha, por exemplo, na página n.º 26 e que desmente em absoluto aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional disse, diz assim: "Por sua vez, o consumo recente de NSP é bem mais prevalente sobretudo nos Açores, 3.6% da população de 15 aos 74 anos e 6.1% na de 15 aos 34 anos."

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

E mais uma referência, não tenho tempo para mais, só para dizer: "Os aumentos dos consumos de cocaína nos Açores e na Madeira, tendencialmente superiores nos 15 a 34 anos." E, por último: "As subidas das prevalências de consumo recente de NSP em várias regiões, com particular incidência nos Açores." É isto que está aqui escrito no relatório e é este o estado da arte nesta matéria, que o Sr. Presidente do Governo Regional tentou desvalorizar, que o Sr. Presidente do Governo Regional desmentiu, quando os dados são bem evidentes! É o relatório anual de 2017, sobre o conjunto do País, que desmente em absoluto aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional disse no âmbito do final dos trabalhos desta manhã!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

norta, quarta-terra, vo de junito de A

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente. Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Para perguntar à Mesa se o Governo ainda dispõe de tempo para este debate. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo da parte da manhã.

Sras. e Srs. Deputados, de momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há inscrições ainda para participar no debate. Julgo não haver.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista é o partido, nos Açores, que efetiva e constrói as soluções para as necessidades desta matéria que nós estamos aqui a discutir. São os Governos do Partido Socialista, nos Açores, que sempre estiveram na linha da frente, em parceria com várias entidades que operacionalizam as ações de prevenção e de combate. Há parcerias profícuas nesta matéria, parcerias que levam, pela primeira vez nos Açores, a que haja mais pessoas em programas livres de drogas do que pessoas em programas de substituição.

Isso é bom! E isso está a acontecer nos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Venha mais pessoas!

O Orador: Há parcerias profícuas. Há outras mais difíceis.

Sr. Deputado Jaime Vieira, o seu discurso não cola!

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): O seu é que não cola!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Se visse a cara dos seus colegas...

O Orador: E se porventura colou, vai já descolar! Quem quer tratar, infelizmente, os açorianos com problemas de dependências como cidadãos e açorianos de segunda é o PSD e os seus autarcas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Senão, vejamos: o Partido Socialista não quer que as juntas de freguesia resolvam os problemas que não estejam na alçada das suas competências. O PS quer e entende, deve ser assim, que as juntas de freguesia sejam parceiras neste combate.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acho que o senhor se esquece das duas autarquias da ilha Terceira!

O Orador: Ninguém disse, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas insinuou!

O Orador: ... nesta Casa, que os problemas eram nestas duas freguesias mencionadas durante este debate, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... Lajes da Terceira e a freguesia de Rabo de Peixe. São dois presidentes de junta desta Casa que têm responsabilidades também nesta matéria, porque essa é uma responsabilidade de nós todos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eu acho que o Sr. Deputado se esquece dos autarcas da ilha Terceira!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: E porque é que eu, na minha intervenção, mencionei essas duas freguesias? O Sr. Deputado Jaime Viera não respondeu, não quis responder o motivo, mas ele sabe qual é o motivo. Mas eu vou esclarecer as pessoas nesta Câmara e as pessoas que nos veem.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Não vai conseguir!

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor quer é falar do PSD e não das toxicodependências!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não vai conseguir!

O Orador: Recuamos até à volta de 2014, recuamos até 2014. Sr. Deputado Jaime Vieira e Presidente de Junta de Rabo de Peixe, é verdade, ou mentira, que uma instituição utilizava a sede da junta de freguesia e onde ela própria fez às suas custas obras de adaptação do espaço para atender essas pessoas quando viessem? É verdade, ou é mentira? É verdade, ou é mentira, que depois da realização dessas obras e depois do senhor ter chegado à Junta de Freguesia essa instituição foi expulsa da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe...

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Está completamente errado!

O Orador: ... para instalações que não têm dignidade nenhuma? E mesmo nessas instalações sem dignidade nenhuma acabaram por também ser expulsas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe o que o senhor está a dizer! O senhor não tem noção do que está a dizer!

O Orador: Isso aconteceu na sua freguesia, da sua responsabilidade! Assumamos todos a nossa responsabilidade nesta matéria!

Disse.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): O senhor não tem noção do que está a dizer! Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver mais inscrições para a participação no debate. Não havendo e considerando que o

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Governo também não dispõe de tempo para fazer o encerramento, Sr. Deputado Carlos Ferreira, para encerrar o debate.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, porque estava de forma apressada, se me permite, a fazer uma interpretação em relação à qual não é o sentimento da bancada do PSD. O Sr. Deputado Carlos Ferreira vai intervir e eu vou encerrar o debate.

Muito obrigado.

Presidente: Ó Sr. Deputado Luís Maurício, eu peço desculpa, mas não entendi o alcance da sua interpelação.

Sras. e Srs. Deputados, é à Mesa que compete fazer o esclarecimento.

Eu perguntei se havia inscrições para participar no debate, várias vezes. Ninguém se inscreveu. Eu disse: o Governo, não tendo mais tempo para encerrar o debate... O Sr. Deputado Carlos Ferreira levantou a mão, deduzi que era o Sr. Deputado Carlos Ferreira que ia fazer o encerramento do debate. Sim, mas a verdade é que eu já tinha encerrado o debate e estávamos na fase do encerramento. E eu perguntei várias vezes. E o Sr. Deputado Carlos Ferreira só levantou a mão quando olhei para a bancada do PSD para saber quem é que ia encerrar, porque, logicamente, a Mesa não tem que saber quem é que vai encerrar. Lamento, Sr. Deputado Luís Maurício, mas não posso concordar com a sua interpelação. Eu já tinha encerrado o debate. Penso que foi claro para a Câmara.

Pergunto então se será o Sr. Deputado Luís Maurício a fazer o encerramento.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Sim, senhora.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria dizer, em nome da bancada do PSD, que o PSD não se reconhece no tom, nem no discurso que o Partido Socialista, através do Sr. Deputado João Paulo Ávila, aqui apresentou na análise a esta questão. Não nos identificamos, Sr. Deputado. Não nos identificamos, bancada do Partido Socialista. Achamos que este é um assunto demasiadamente sério...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: ... para que se emitam expressões com a gravidade daquelas que o Sr. Deputado João Paulo Ávila emitiu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Acusar autarcas, independentemente da força política que sejam, mas neste caso eram do PSD, de estigmatizar as suas populações, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... acusar autarcas do PSD de fomentar a descriminalização dos toxicodependentes das suas terras são, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Deputados do Partido Socialista, expressões que nós condenamos veementemente e que não reconhecemos autoridade ao Sr. Deputado João Paulo Ávila para as proferir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Queria também dizer... Aliás, o Sr. Deputado João Paulo Ávila, no encerramento deste debate, dizer que instituições tinham sido expulsas...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... de instituições autárquicas e que, pelo contrário, se tinham ido instalar em instalações, passo o pleonasmo, que não tinham as mínimas condições para funcionar representa uma dupla gravidade: ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Exatamente!

O Orador: ... uma gravidade de acusar, não é o Sr. presidente de junta, é de acusar a população de Rabo de Peixe, isso sim, pela sua intervenção discriminar aqueles que, infelizmente, estão ligados ao mundo das drogas; ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... em segundo lugar, é também grave porque o senhor assume que afinal o Governo que o seu partido suporta usa instalações sem o mínimo de condições para fazer tratamento de substituição opiácea.

Ó Sr. Deputado, o senhor antes de proferir as expressões que proferiu tem que pensar melhor na gravidade daquilo que diz, porque não nos reconhecemos naquilo que o senhor disse e, por via disso, não nos reconhecemos naquilo que o Partido Socialista aqui afirmou nesta Casa, durante este debate!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O PSD encara esta situação com responsabilidade. Entende que, não estando no Governo há 23 anos, a responsabilidade primeira da definição de uma estratégia de combate e prevenção às dependências é de quem governa. Não nos imiscuímos de apresentar as nossas propostas, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quais?

O Orador: ... fizemo-lo aqui por diferentes vezes.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, a política que tem sido seguida nos últimos 23 anos é que tem sido, ela sim, uma política de indefinições e de ziguezaguear permanente: ora se criam direções regionais de combate às dependências; ora se separam doentes que têm, sim, porque são doentes, objetivos terapêuticos completamente distintos, como o diminuir apenas e só os consumos aumentando o intervalo entre eles, como são os doentes de

baixo limiar, dos doentes de alto limiar em que se pretende a sua reinserção social total e integração na vida ativa; ora, de forma errática, 2, 3 anos depois, se decide absolutamente o contrário, se junta tudo na mesma instituição. Ora, Sras. e Srs. Deputados, isso é que constitui o exemplo real da indefinição do ziguezague e de quem não sabe o que quer relativamente às políticas de combate e prevenção às dependências!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para concluir, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós entendemos que esta é uma matéria que não é de fácil resolução. Seria irresponsável da nossa parte afirmar isso. Agora, não podemos é aceitar que, 23 anos após, o Governo não saiba para onde vai.

E nós entendemos que prevenção é o instrumento primordial de combate às dependências. Uma prevenção organizada, coordenada entre departamentos do Governo, envolvendo de forma primordial as escolas, o seu corpo docente, os alunos e os encarregados de educação. Uma política de terapêutica devidamente orientada, com substituição opiácea, devidamente coordenada, em que, de forma clara, se separem, no nosso entender e como é o entender do Dr. Luís Patrício, doentes que tenham potencialidades de reabilitação diferentes entre si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendemos que se deve lutar no sentido de integrar na vida social esses doentes. E, sobretudo, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos que estar atentos aos resultados, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: ... à monitorização de tudo aquilo que se faz, porque o que graça nos Açores é um desmando! Ninguém sabe que resultados é que as medidas implementadas pelo Governo realmente têm! Ninguém sabe! Ninguém sabe do que se passa!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O debate desta manhã desmente essas afirmações!

O Orador: E gastam-se dinheiros públicos e tomam-se medidas avulsas, relativamente às quais os resultados não são conhecidos. Não se monitoriza! Não se fiscaliza! Não se sabe realmente a eficácia daquilo que se aplica!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E temos a dizer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, que nos sentimos satisfeitos por ter trazido este tema a debate, porque se não o tivéssemos trazido, o estudo que está atrasado não seria entregue.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E o protocolo com o Instituto São João de Deus, por via até da nossa denúncia por duas vezes nesta Casa, questionando porque é que se entregava, cito, "àquela que é a única e só instituição competente nesta matéria!", ao fim e ao cabo, demonstrou não ser e o Solar da Glória vai ser finalmente entregue, por concurso público, feito de forma transparente, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: ... a uma instituição que afinal não era a única que tinha competência para a exercer!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Afinal, o Instituto São João de Deus tem competências e mostrou tê-las, ganhando o concurso para explorar o Solar da Glória em São Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

, •

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs.

Membros do Governo: ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Ajamos de forma conjunta, mas responsável, no sentido de combatermos este que é um flagelo, que não só envolve os Açores, é certo, mas também envolve os Açores, colocando-nos, infelizmente, do top do pódio a nível nacional sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Afinal já não somos os piores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para...

Deputado Francisco César (PS): Um protesto.

Presidente: Um protesto a...

Deputado Francisco César (*PS*): Protesto ao facto de o Partido Socialista ter sido acusado, por parte do líder do Grupo Parlamentar PSD, de acusar uma população de discriminar toxicodependentes.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de 3 minutos.

(*) Deputado Francisco César (PS): Muito bem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi o Partido Socialista aqui acusado de referir-se à população de Rabo de Peixe e de uma freguesia da ilha Terceira como uma freguesia que discrimina os toxicodependentes.

Deputado Jaime Vieira (*PSD*): Expulsa! Expulsa!

O Orador: Gostaria de referir que nada é mais falso do que esta afirmação! Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desminta lá o seu colega!

O Orador: Aliás, convinha retificar ou referir concretamente do que é que nós estamos a falar. Nós estivemos a discutir aqui o problema das dependências. Falamos...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E o protesto?

Deputada Mónica Seidi (PSD): E o protesto?

O Orador: Pelo amor de Deus, deixe-me terminar e a senhora depois há de perceber...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não, não! O senhor vai dizer uma data de coisas que não são protesto! Quer dizer, isto há regras!

O Orador: Nós estivemos aqui a discutir políticas de toxicodependência e o impacto destas políticas de toxicodependência junto das populações. O Governo tem...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E o protesto?

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

O Orador: Ó Sra. Presidente, vai-me deixar concluir!

Presidente: Naturalmente... Ó Sr. Deputado Francisco César...

O Orador: Ó Sra. Presidente, então, faz favor, esteja à vontade!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

A minha interrupção e que não levará a mal, com certeza, era no sentido de lembrá-lo que está no âmbito de um protesto e que a figura regimental utilizada não pode servir para dar continuidade a um debate que já terminou.

O Orador: Eu não estou a dar continuidade.

Presidente: Portanto, é nesse sentido que iria apenas alertá-lo para não fugir do âmbito do debate. Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, foi o Partido Socialista aqui acusado de se referir a duas freguesias como freguesias que expulsam toxicodependentes. Nada mais errado! O Governo tem um papel em termos de políticas de combate às dependências. E essas políticas têm resultados e trabalhos que são feitos em todas as nossas freguesias, nomeadamente na freguesia de Rabo de Peixe, nomeadamente na outra freguesia da ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Está a ver?

O Orador: E essas políticas são muitas vezes feitas por instituições em colaboração com as juntas de freguesia. E aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado é que quando nós criticamos um Governo sobre um conjunto de políticas de combate à dependência, também devemos olhar para o nosso papel, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Realmente, ó Sra. Presidente...

O Orador: ... para o papel das juntas de freguesia, que, quando chamadas a colaborar, são as primeiras a dizer: muito bem, haja tratamento para essas dependências, mas não nas minhas instalações, ...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Onde é que está o protesto, Sr. Deputado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... não na minha zona, mas, sim, fora do perímetro daquelas que são as suas freguesias. É caso para dizer, neste caso: bem prega Frei Tomás, faz o que eu digo, não faças o que eu faço.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Reconheço o esforço que o Sr. Deputado Francisco César fez...

Deputado Francisco César (PS): Devido ao barulho da sua bancada!

O Orador: Sentiu-se magoado a meio da sua intervenção e teve que a retomar. A Sra. Presidente é que lhe chamou à atenção, não foi nenhum dos Srs. deputados. Agora, reconheço o esforço da sua intervenção onde o senhor procurou dizer ou desmentir aquilo que na verdade o seu colega de bancada tinha dito e tinha afirmando. O seu colega de bancada acusou as juntas de freguesia, nomeadamente de Rabo de Peixe, de expulsar as instituições que davam apoio aos dependentes da sua freguesia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Foi isso que o Sr. Deputado João Paulo Ávila aqui afirmou. E o Sr. Deputado Francisco César tentou, à boa maneira que se lhe reconhece e com a habilidade que se lhe reconhece, contornar a expressão, enfim, eu diria infeliz, muito infeliz do Sr. Deputado João Paulo Ávila, que, aliás, esperaria que se levantasse e pedisse desculpa após ter feito a sua intervenção.

E, portanto, ó Sr. Deputado Francisco César, o nosso contraprotesto é relativamente à forma como o senhor, no seu protesto, não conseguiu desmentir aquilo que o Sr. Deputado João Paulo Ávila acusou o PSD e o presidente de junta de freguesia do PSD.

O Sr. Deputado João Paulo Ávila o que aqui disse, e repito, e nós condenamos de forma veemente, é que o Sr. Presidente de Junta de Rabo de Peixe expulsava as instituições que usavam as suas instalações...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não desmentiu!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas expulsou, ou não expulsou?

O Orador: ... para tratar os toxicodependentes. Ainda com a gravidade acrescia de o senhor ter dito que se tinham deslocado para outros locais que não tinham o mínimo de condições para fazer. Isso é que é responsabilidade política, Sr. Deputado!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não foi desmentido!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 9 da agenda: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – "Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional".

A Mesa recebeu um requerimento subscrito pelo PSD, CDS, Bloco de Esquerda, PCP e PPM. Um requerimento para que o diploma baixe novamente à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, ao abrigo do artigo 134.º do nosso Regimento, em conjugação com o artigo 87.º.

Aquilo que farei de imediato é, admitido que está o requerimento, colocá-lo à votação. Não há debate, nem também declarações de voto.

Vamos então votar este requerimento de baixa à Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi rejeitado com 28 votos do Partido Socialista; sendo que 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM votaram favoravelmente.

Presidente: Tendo sido rejeitado o requerimento, vamos então iniciar a apresentação desta iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na educação, tornou-se um lugar comum afirmar que vivemos em desconformidade, com uma escola herdada do século IX, com professores do século XX e alunos do século XXI. De todo, avesso a clichés que possuem tanto de sedutor, quanto de redutor, importa a assunção de três atitudes:

Uma atitude de veneração pela escola do século IX, que contribuiu para a alfabetização de uma parte muito substancial da humanidade, sobretudo aqui no ocidente:

Uma atitude de respeito pelos professores do século XX, agentes principais da democratização do ensino;

Uma atitude de constante descoberta da melhor forma de ensinar os alunos do século XXI.

Esta proposta de diploma intenta a conciliação de tudo isto: a escola de anteontem, os professores de ontem e os alunos de hoje.

Esta proposta é uma reforma mais ou menos profunda consoante a vontade e as necessidades das escolas.

Esta proposta não é uma revolução porque não há razão para que em nosso redor não deixemos pedra sobre pedra quando é bem sabido que são os ensinamentos do passado que melhor explicam o presente, que melhor ajudam a projetar o futuro.

Esta proposta de reforma cumpre 5 objetivos capitais:

Primeiro objetivo, a adequação do currículo às novas tendências pedagógicas, que obriga à revisão dos métodos. Através, por exemplo, de um trabalho mais prático experimental, em detrimento da memorização tradicional. Através, por exemplo, da prática da diferenciação pedagógica exigida pela diversidade do corpo estudantil da escolaridade obrigatória, para que ninguém fique, efetivamente, para trás;

Segundo objetivo, a concessão de maior autonomia na gestão do tempo e na flexibilidade do currículo. E para quê? Para a descoberta das melhores soluções para os problemas bem diferenciados das nossas 40 unidades orgânicas;

Terceiro objetivo, a relativa aproximação ao currículo nacional dada a uniformidade da avaliação externa, que é idêntica no continente e nas regiões autónomas, mas sempre realizadas em obediência a referências nacionais. Só assim nós trilharemos melhor o caminho da melhoria das classificações na Região e da aproximação à média do País;

Quarto objetivo, a conservação de referências regionais e locais para a fixação e a perpetuação da identidade. A propósito, relembre-se o alargamento da lecionação de conteúdos de história, geografia e cultura dos Açores a todos os anos do 2.º e 3.º ciclos, inclusivamente na modalidade de disciplina autónoma consoante a opção da escola;

Quinto objetivo, envolvimento da comunidade educativa no planeamento do currículo, pelo reforço do papel do aluno como centro do sistema educativo e agente das suas próprias aprendizagens, pela conversão dos professores em atores principais do desenvolvimento curricular, e pelo estímulo à participação de pais e de encarregados de educação.

Em matéria de fundamentação à escala europeia, esta proposta bebe inspiração no projeto "Educação 2030" da OCDE, que advoga a criação de currículos mais flexíveis, menos centralizados, que confiram maior autonomia às escolas para reforço de laços entre o sistema de ensino público, o mundo das empresas e a sociedade civil.

À escala nacional, esta proposta reflete os conselhos dos membros das comissões científica e coordenadora do ProSucesso, alguns deles

especialistas reputados em educação e reflete também a produção científica de investigadores sobre temas educacionais pertencentes a diversas universidades e também à Universidade dos Açores.

Ainda à escala nacional, a fundamentação desta proposta de diploma assenta em 4 âncoras essenciais:

Primeira âncora, o projeto de autonomia e flexibilidade curricular, uma iniciativa do Ministério da Educação, mas que fez a inclusão de princípios já constantes do ProSucesso;

Segunda âncora, o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, documento elaborado por uma comissão de especialistas, alguns dos quais estrangeiros, todos coordenados por Guilherme d'Oliveira Martins, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso é uma grande cabeça!

O Orador: ... que estabelece princípios, valores e áreas de competência para o desenvolvimento curricular e tudo atinente a que no termo da escolaridade obrigatória haja melhor acesso ao mercado de trabalho ou à prossecução dos estudos superiores com sucesso;

Terceira âncora, as aprendizagens essenciais, essencialmente a identificação em programas extensos de conteúdos principais, alvo de avaliação externa; Quarta e última âncora, a estratégia nacional da educação para a cidadania, que é um estímulo ao exercício da cidadania ativa e à participação democrática.

Posto isto, enumeremos as principais novidades curriculares:

No pré-escolar continua praticamente todo igual, à exceção do acréscimo dos domínios da educação física e da educação artística na área da expressão e da comunicação;

No 1.º ciclo há alterações de maior vulto, à cabeça, a criação de uma componente de estudo integrado, o mesmo é dizer apoio ao estudo, com desígnios de ensinar a estudar, isto é, de conferir autonomia. O objetivo passa

por colocar os alunos em maior pé de igualdade, já que, uma vez chegados a casa, ficam à mercê da escolarização dos pais, um facto que reverte em benefício de uns e em prejuízo de outros. Além disso, a prossecução da aprendizagem do inglês em todos os 4 anos do 1.º ciclo, mas a partir do 3.º ano com efeitos na transição de ano, porque nos primeiros 2 anos a prioridade reside na literacia do português, ou seja, na aprendizagem da leitura da língua materna e porque depois é já possível maior exigência, maior responsabilidade na aprendizagem de uma primeira língua estrageira. Também a criação das componentes de cidadania e desenvolvimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sócrates já falou nisso há 10 anos!

O Orador: ... e tecnologias da informação e da comunicação, áreas de integração curricular transversal dada a dimensão globalizante do ciclo. Ainda a lecionação da educação física por um professor especializado. Finalmente, a criação de atividades de apoio à aprendizagem de oferta obrigatória, se bem que de frequência facultativa;

Nos 2.º e 3.º ciclos há também alterações com significado, por exemplo, a criação da disciplina tecnologias da informação e comunicação, quando antes eram só ministrados conhecimentos de informática no âmbito da cidadania. Ainda a conversão da cidadania em cidadania e desenvolvimento, com referenciais próprios para conferirem maior profundidade à formação pessoal e interpessoal dos estudantes. Também a lecionação de história, geografa e cultura dos Açores em todos os anos do 2.º e do 3.º ciclos, não só no 5.º e no 8.º anos, agora de forma desagregada da cidadania nas modalidades de disciplina autónoma ou área de integração curricular transversal, consoante a opção da escola. Finalmente, a possibilidade de organização de atividades de apoio à aprendizagem.

No 2.º ciclo e só no 2.º ciclo, à semelhança do que sucede no continente, em referência à disciplina de EVT, procedeu-se à sua divisão – educação visual e educação tecnológica.

Deputado Jorge (*PSD*): O que é um erro!

O Orador: Porquê? Porque as provas de aferição são de caráter nacional, feitas pelos referenciais do continente, colocando os nossos alunos em evidente desvantagem.

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): E a história e a geografia?

O Orador: Durante 2 anos, este alerta foi-nos constantemente transmitido pela generalidade dos professores de educação visual e tecnológica, que não podiam garantir bons resultados nos Açores por serem os nossos referenciais diferentes dos continentais. Mesmo assim, pretendemos fazer melhor do que no continente. No continente, fez-se a abolição dos pares pedagógicos nas duas disciplinas. Nos Açores, manteremos o par pedagógico em educação tecnológica em turmas com mais de 15 alunos para que o nosso ensino mantenha e reforce a componente experimental, útil nas vias profissional e profissionalizante que são próprias do tempo da escolaridade obrigatória, quando muitos alunos demonstram inadaptação ao ensino teórico mais tradicional.

A forma de gestão do tempo é uma das novidades deste diploma. À luz da matriz curricular e das opções da autonomia e flexibilidade curricular, as escolas procedem à organização dos tempos letivos na unidade mais adequada: 45, 50 ou 60 minutos. Depois, a transferência de carga horária entre as componentes do currículo não é possível. Há, entretanto, uma exceção: se da divisão da carga horária de cada componente pela unidade de tempo adotada pela escola – 45, 50 ou 60 minutos – resultar uma fração de tempo inferior a um tempo letivo, essa fração sobrante pode ser imputada a qualquer componente, mesmo à própria, para reforço de disciplinas e projetos prioritários. A redistribuição dos tempos sobrantes permite às escolas tomar as decisões mais convenientes às necessidades dos alunos.

Claro que nós tomamos opções gerais. E quais foram elas? O reforço do português e da matemática, disciplinas estruturantes. O acréscimo da educação artística e tecnológica, fruto da criação de tecnologias da informação e da comunicação. E, comparativamente ao continente, fomos mais cautelosos na redução das componentes de línguas e ciências sociais e humanas. Quer isto dizer que através da redistribuição dos tempos sobrantes, podem, as escolas, estabelecer os equilíbrios mais convenientes, vincando ou atenuando as nossas próprias opções consoante as necessidades de cada comunidade escolar.

Com a necessária revisão dos métodos, a junção da autonomia das escolas com a cooperação da tutela há de traduzir-se necessariamente em progresso das aprendizagens e em benefício de quem mais importa, que são obviamente os estudantes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos, hoje, aqui, a discutir apressadamente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema

educativo regional, contra o que mandam as regras do bom-senso e da responsabilidade que um diploma desta natureza exigia.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional apresentou e quer fazer aprovar a presente proposta literalmente à socapa da comunidade educativa e remeteu à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para discussão sem que a comunidade educativa tivesse conhecimento antecipado das pretensões do Governo ou fosse amplamente chamada para a sua discussão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tal como foi lembrado por um sindicato no programa da RTP Açores "Sem Meias Palavras", a reorganização curricular operada em 2001 foi amplamente discutida nas escolas e pela comunidade educativa durante 1999 e o ano 2000, facto que permitiu o acolhimento de propostas e uma ampla divulgação de objetivos de formação de pessoal docente e de organização e adaptação das escolas ao novo paradigma de funcionamento. Esta que agora temos entre mãos foi feita e continua a ser feita, apesar do alerta do PSD na Comissão de Assuntos Sociais, nas costas dos departamentos curriculares, dos pais, dos estudantes, dos professores, enfim, da comunidade educativa, quando estas entidades passarão a ter muito mais responsabilidades na definição da organização curricular, nos resultados obtidos, nos caminhos percorridos e foram colocados à margem deste processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que mal anda o Governo Socialista a fazer à democracia? A sua maioria desfoca-os da realidade, torna-os autoritários e irresponsáveis, não havendo margem para a reflexão e para o bom-senso.

Na sequência da leitura e análise dos pareceres que foram dirigidos à Comissão de Assuntos Sociais, praticamente todos, seguramente mais de 90%, apontam para a falta de discussão que um diploma desta densidade e com as implicações que irá ter merecia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A comunidade educativa açoriana, representada nas assembleias de escola, sente-se afastada de um processo de crucial importância para as gerações vindouras que frequentarão o ensino básico na Região, quando, segundo o diploma, até serão chamados a maiores responsabilidades nas opções de cada escola.

Outro aspeto que deveria ter sido refletido é o timing, também sobejamente referido nos pareceres também por larga maioria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos em final de ano letivo, o que significa que as escolas estão mobilizadas para as provas de aferição, seguem-se as reuniões de avaliação, os exames nacionais. E o tempo de implementação de um diploma desta importância, com as alterações que provocará, por exemplo, a nível da duração dos tempos letivos, definições de oferta de escola, solicitação de recursos humanos, articulação com os restantes anos de escolaridade que não entrarão em funcionamento no próximo ano letivo, entre outros aspetos a considerar, levará a que este seja implementado de forma atabalhoada, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! É verdade!

O Orador: ... em nada contribuindo para o bom funcionamento do sistema educativo regional.

E os alunos, Sr. Secretário e Srs. Deputados do PS? Ninguém pensa nos alunos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputada Sónia Nicolau (PS): O PSD a fazer essa pergunta... É preciso ter descaramento!

O Orador: Assim, tendo em conta o que foi anteriormente referido, tal como o interesse manifestado pelas diferentes assembleias de escola que responderam em grande número ao parecer solicitado, demonstrando que este é um diploma reconhecidamente importante para a comunidade educativa regional, os Deputados do Grupo Parlamentar PSD, na Comissão de Assuntos Sociais, consideraram fundamental que fossem considerados para o efeito de diligências a solicitação de pareceres escritos aos departamentos curriculares de cada umas unidades orgânicas, às associações de pais, aos encarregados de educação e às associações de estudantes de cada escola.

Consideramos que as alterações propostas por este diploma deveriam merecer a pronúncia dos vários departamentos curriculares, dos pais e dos alunos. O PS entendeu que não. Está no seu direito. Continua, no entanto, a enganar a comunidade educativa. Pede os pareceres, mas ignora-os quando estes são dados e apontam todos ou praticamente todos no mesmo sentido. Não os quis levar em linha de conta.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: A proposta em epígrafe foi aprovada e enviada para a Assembleia Legislativa durante as interrupções letivas da Páscoa. Entre as avaliações, como já referi, finais, provas de aferição e exames nacionais, as escolas apenas terão o mês de julho para tomar as opções e reorganizaremse com horários letivos diferenciados...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os professores trabalham muito!

O Orador: ... para grupos de alunos e para manchas horárias de docentes com diferenças temporais convencionados de forma diferente. Acresce o facto de que uma parte dos alunos poderá ter um calendário letivo diferente dos restantes colegas na mesma escola.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um conjunto de unidades orgânicas iniciou, a título experimental, este processo de gestão flexível do currículo, no ano letivo transato, com um pequeno número de turmas, às quais se juntaram cerca de uma dúzia de unidades orgânicas neste ano letivo. Não se conhece qualquer avaliação deste processo piloto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, existindo essa avaliação, ela não foi publicitada publicamente. Assim, inicia-se um processo de generalização de experiências, cujos resultados não são reconhecidos pelas diversas comunidades educativas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, na ausência de quaisquer estudos, avaliações ou conclusões, pode-se optar por analisar o que é afirmado pelas comunidades educativas. É, assim, significativo que a quase totalidade dos pareceres emitidos recuse de forma liminar a implementação do projeto de flexibilidade curricular no próximo ano letivo. Sendo que a maioria das escolas se mostrou desfavorável à implementação da proposta tal como ela está redigida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sem exceção!

O Orador: Note-se que as escolas a participar no projeto a título experimental também se manifestaram através das suas assembleias de

escola e manifestaram-se contra a implementação do mesmo neste próximo ano letivo.

Da mesma forma, devia-se ter avaliado o sistema em vigência para não corrermos o risco de alterar aquilo que estava bem, que era adequado, que funcionava bem e que se devia manter, ou então de mantermos o que está mal, que era desajustado e que deveria ser alterado. Nestes termos, a probabilidade de errar é evidente e só por sorte serão adotadas as opções corretas, como referiu um dos sindicatos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As opiniões emitidas pelas assembleias de escola, com raras exceções, como eu já disse, mas, claramente, uma larga maioria, superior a 90%, dirigem-se no mesmo sentido global. A implementação de um novo modelo de gestão curricular exige ampla participação e o envolvimento de toda a comunidade educativa para que o mesmo atinja os objetivos pretendidos.

Outra conclusão: a aplicação de qualquer modelo de gestão curricular terá que ser necessariamente precedida de uma preparação atempada do ano escolar.

Outra conclusão: a impossibilidade de implementar um projeto que pretende maior autonomia sem dotar as escolas de maiores recursos.

Outra conclusão: a implementação de autonomia das escolas e a promoção de maior autonomia para os alunos não podem ser conseguidas à custa do sobretrabalho dos docentes.

Desejando o PSD mais autonomia para as escolas, consideramos que esta apenas se concretiza com a dotação e recursos humanos e financeiros que permitam a concretização do projeto educativo da escola e das opções realizadas por cada unidade orgânica em prol do sucesso educativo dos alunos e do serviço à comunidade em que está inserida.

A proposta em apresso, limitando à partida o aumento de recursos humanos, não permitirá às escolas concretizar a almejada autonomia, para além de não permitir o objetivo de aumentar a autonomia dos discentes. Será até, na maioria dos casos, um obstáculo à mesma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este diploma, além de ser cómodo para a tutela, concede uma imagem de uma hipotética democraticidade quanto à tomada de decisão, na opção por um conjunto vasto de questões. Pena é que na assunção do exercício dessa democraticidade não tenham sido consultados e envolvidos os pais e os encarregados de educação. Do mesmo modo que nesse exercício de participação não foram considerados os parceiros válidos para a construção da proposta de diploma, os sindicatos representativos dos docentes, ou até os próprios docentes.

Destas constatações é forçoso inferir-se que a proposta de diploma tem somente um caráter de aparente democraticidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, no seu programa eleitoral, defendeu o aumento da autonomia das escolas, mas não esta autonomia...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Então qual é a autonomia?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que tenta retirar responsabilidades dos decisores políticos, passando-as para as escolas e concomitantemente impõe um garrote porque não dá às escolas o meio destas a poderem exercer de forma desejável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: A autonomia proposta pelo Governo é estritamente curricular, não se reporta à organização de recursos, ou, por exemplo, à definição de projetos plurianuais de promoção do sucesso devidamente operacionalizados com objetivos e indicadores e resultados esperados ancorados no projeto

educativo de escola. Tais planos plurianuais também responsabilizariam a Secretaria no processo, do ponto de vista de providenciar e gerir recursos de acordo com as metas acordadas e devidamente monitorizadas. Esta era a nossa proposta de autonomia, tão diferente da vossa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nós não sacudíamos a água do capote. Nós temos confiança nas nossas escolas, nos nossos professores, pais e alunos. Nós o que propusemos foi sermos corresponsáveis pelos resultados obtidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Esta não passa de uma proposta economicista para o sistema educativo regional e de desresponsabilização da tutela.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos de iniciar a participação neste debate mostrando desilusão pela postura de quero, posso e mando do Governo Regional. Infelizmente, não o posso fazer pelo simples facto de estarmos já demasiado habituados a este sufocar da democracia açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP gostaria também de iniciar este debate com esperança que a bancada do Partido Socialista decidisse pela sua cabeça. Mas, infelizmente, também não a temos. Esta maioria absoluta

há muito que nos habituou a uma postura acrítica, onde tudo quanto vem do Governo que sustenta é aprovado, de preferência sem ler. Só assim se podem explicar as posições que têm sido expressas publicamente, como alguém afirmar que esta proposta teve o envolvimento de quem quer que seja. Não houve uma única declaração pública de valorização da proposta, tirando, claro a do Partido Socialista, do Governo e do Sr. Secretário.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta é, na verdade, a recuperação da reforma curricular do PSD e do CDS, imposta pelo Ministro Crato, que resultou na eliminação de 30 mil horários. Apenas com uma intenção economicista, pretende a redução de custos com pessoal docente, degradando as condições de ensino e sobrecarregando ainda mais os professores e os alunos dos Açores, o que é, para nós, inaceitável!

Mais curioso do que o Partido Socialista apoiar o PSD e o CDS-PP é recordar que, na altura, o Governo do PSD e do CDS sustentou que se tratava de racionar recursos, ou seja, aumentar a carga de trabalho e despedir para reduzir despesa.

E agora o PS acha que alguém acredita quando diz que a pretendida uniformização com o todo nacional não irá resultar na redução de docentes. Autonomia regional serve para fazer diferente. Diferente, mas melhor! A autonomia regional não é, não devia ser, para copiar o que está provado ter mau resultado!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este diploma está ferido de morte. Por um lado, é redigido de tal forma que torna impossível concretizar os objetivos pretendidos, os do sucesso escolar e do aumento da autonomia. Porque os não assumidos pelo Governo e por

esta maioria acrítica e inerte, reduzir despesa e introduzir novos e espúrios fatores de desestabilização na função docente em nome de um conceito que é muito caro aos docentes — a autonomia pedagógica, esses serão conseguidos à custa de professores e dos alunos.

A suposta intenção de dotar as escolas e os alunos de maior autonomia esbarra na própria redação da proposta, já que, e passo a citar, "não pode resultar um aumento de pessoal docente" (n.º 6, do art.º 6.º), ou ainda porque, e passo a citar, "as opções estruturantes de natureza curricular carecem de homologação por parte do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação" (n.º 5, do art.º 17.º).

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Por outro lado, não tem qualquer credibilidade por parte de quem o irá aplicar – escola. Aliás, é sintomática a intenção do Governo Regional pretender aprovar um diploma à revelia da opinião generalizada da comunidade educativa.

E, finalmente, afetando horários e condições de trabalho, não foi alvo de negociação sindical, o que coloca em questão a sua constitucionalidade!

Para o PCP, é inconcebível que uma proposta desta natureza, que implica mudanças estruturais em todo o sistema educativo regional, tenha sido apresentada no mês de abril, com intenção de ser aplicada em setembro do próprio ano. Só quem desconhece a exigência da preparação do ano letivo e do trabalho nas escolas no final do ano escolar é que pode imaginar esta possibilidade.

Para o PCP, qualquer medida que vise mudanças significativas no sistema educativo regional tem que ser submetida à análise e reflexão de todos os parceiros que compõem o sistema, com o tempo necessário para tal. Recordamos que a atual estrutura curricular teve 2 anos para análise nas

escolas! Esta teve menos de 2 meses! 2 meses! Havendo experiências piloto que se encontram a decorrer na Região, no presente ano letivo, seria de esperar um estudo sobre os seus resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

O Orador: Esta "pressa" do Governo Regional em apresentar este novo currículo é, também por isso, incompreensível.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Parece que nem o Grupo Parlamentar Partido Socialista nem o Governo Regional leram os pareceres que a Comissão de Assuntos Sociais pediu. Por isso, talvez seja bom ouvirem agora as opiniões da comunidade educativa. Vamos tentar não repetir muito, mas é difícil, porque as opiniões que saíram das escolas são um pouco repetitivas. Não, não é ironia, trata-se mesmo de uma constatação. Se calhar, ainda vão dizer que os elementos desses órgãos não saberão o que dizem. Talvez gostassem que fossem todos substituídos. O Sr. Secretário afirma que as escolas estão empenhadas e envolvidas nesse processo. Será uma opinião. Mas então vamos ver o que dizem as escolas que decidiram aderir, de forma experimental, ao modelo de flexibilidade curricular. Talvez estas sejam mais simpáticas para com a proposta.

Podemos ir a outras estruturas da nossa democracia – aos sindicatos. Tanto o SPRA como o SDPA alertam para os mesmos riscos que atrás descrevemos: falta de avaliação das experiências, pouco tempo para preparar as alterações, maior carga letiva de docentes, maior desemprego, maior desgaste dos docentes.

Há, na comunidade educativa, uma opinião largamente favorável ao aumento da autonomia. No entanto, este aumento só será conseguido com recursos adequados e o envolvimento das comunidades educativas. Estas já

demonstraram a sua vontade em participar na construção e elaboração de uma reforma da escola pública.

O Governo, ao pretender impor esta proposta, evitou o debate. E, como provamos, tem apenas uma intenção economicista de reduzir custos com o sistema educativo regional.

Por isso, deixamos o desafio: retirem o projeto, iniciem no próximo ano escolar o debate para a construção de uma nova proposta de Decreto Legislativo Regional. Deixarão uma prova de maturidade democrática e farão um serviço à educação na nossa Região. Verão que terão convosco todas as escolas, todos os docentes, pais, alunos, sindicatos e algumas forças políticas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quem quer governar não pode ter esta postura! Decidir sozinho não é governar, é impor a sua vontade! E, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, apenas agem dessa forma porque têm aqui nesta Casa uma maioria absoluta acrítica e acéfala, onde os Deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... em vez de formarem opiniões de forma livre e fundamentada, limitam-se a obedecer às ordens do chefe!

Para V. Exas, o conceito de diálogo há muito foi banido da vossa praxis e a prática do diálogo democrático não é apanágio do vosso absolutismo.

Há demasiado tempo que o Partido Socialista se escuda na sua maioria absoluta para agir desta forma, mas repararão que a vossa maioria absoluta está mais curta a cada eleição que passa.

O Governo de Vasco Cordeiro, nesta como em outras matérias de relevante interesse regional, tem assumido uma prática autoritária e de negação do

III Sessão Legislativa

Número: 98

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

diálogo democrático sustentada no poder absoluto que a maioria parlamentar acrítica do Partido Socialista lhe confere.

As escolas, os professores, os pais e os sindicatos já chumbaram esta proposta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Seria uma decisão democrática esta Casa também o fazer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Da nossa parte, daremos voz ao protesto generalizado com o voto contra. Desafiamos os Srs. Deputados do Partido Socialista a ganharem vergonha e a fazerem o mesmo.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado!...

Sr. Deputado Francisco César, pediu a palavra... para um protesto?

Deputado Francisco César (PS): Para um protesto. Será necessário justificar, Sra. Presidente?

Presidente: Um protesto a...

Tenho que lhe fazer a pergunta, mas percebe-se.

Deputado Francisco César (PS): É um protesto ao facto de termos sido chamados, entre muitas coisas, acéfalos, acríticos e sem vergonha.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Muito bem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Podemos todos ter visões opostas em democracia. Aliás, essas visões opostas são mesmo necessárias e é da dialética entre estas visões que nasce o

consenso, nascem medidas e se aprovam diplomas que podem melhorar a vida dos açorianos.

Neste debate, que nós compreendemos ser um debate que pode extremar algumas posições, nós, o Partido Socialista, já ouvidos de tudo. Fomos acusados de fazer mal à democracia pelo Partido Social Democrata. Fomos acusados de ser acéfalos e acríticos em relação a esta proposta.

Parece-me que, sendo o Partido Comunista Português, julgo, um partido democrático, quando nós discordamos, não nos insultamos. Quando nós discordamos, nós justificamos a razão pela qual discordamos e trocamos argumentos. É assim que deve ser feito em democracia. Da minha parte, o que lhe posso dizer é que o Partido Socialista, em relação a este diploma, irá votar favoravelmente, como bem sabe. E naquelas matérias em que achou que deveria ter uma postura crítica de melhorar este diploma, apresentou um conjunto de propostas de alteração que estão à sua frente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: É assim que funciona o Partido Socialista. Nós discordamos da sua posição, mas aceitamos a sua posição. Não o insultamos por causa disso. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, vai usar da palavra para um contraprotesto? Tem então 2 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

O Partido Comunista Português não retira nada daquilo que disse!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E mais, afirma que este diploma não valoriza em nada as escolas, os professores...

Deputado José Ávila (PS): Não é o diploma que está em causa, é a maneira como o senhor tratou a bancada do Partido Socialista!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Muito obrigado, Sra. presidente.

O PCP considera que este diploma não valoriza nada as escolas, nem os professores, nem os alunos! Em nada, absolutamente nada! Portanto, e continua exatamente com a mesma posição...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que começou o debate!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Força, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Bem, o Sr. Secretário Regional da Educação começou o debate, aliás à semelhança daquele que tem sido o início dos debates públicos que têm sido feitos a propósito desta proposta que vamos agora debater e votar, dizendo que estamos perante uma reforma, uma reforma que diz respeito àqueles que são os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional. E, portanto, na perspetiva do Sr. Secretário Regional da Educação, esta é uma reforma que se impõe. E

mais do que ser uma reforma que se impõe, é uma reforma que deve ser imposta às escolas.

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: E, portanto, não houve aqui qualquer espaço para dialética entre o Governo Regional, as escolas e a restante comunidade escolar. E isso era de esperar da parte de quem governa, que houvesse espaço para o diálogo. E sentimos que desta vez, aliás, talvez não só desta vez, devo recordar aquilo que aconteceu há sensivelmente 10 anos: na altura, discutia-se o mesmo diploma, claro, não com o mesmo conteúdo, mas o atual sistema que está em vigor. E, já na altura, em 2009, era então Secretária Regional da Educação, Lina Sousa Mendes, a proposta que veio aqui a esta Casa também veio um bocado à pressa, também as escolas foram ouvidas um bocadinho à pressão, a comunidade escolar também tinha sido um tanto ou quanto arredada de qualquer tipo de debate. E, portanto, aqui nesta Casa, há sensivelmente 10 anos, também se requereu a baixa à Comissão da iniciativa que então se preparava para debater e votar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E também na altura esse requerimento de baixa à Comissão foi chumbado pela maioria absoluta do Partido Socialista. E, portanto, a história repete-se sensivelmente 10 anos depois.

Deputado Francisco Coelho (PS): Esperemos que sim, que se continue a repetir!

O Orador: O que não deixa de ser estranho e ao mesmo tempo já começa a ser normal. E, portanto, nós temos novamente, agora, passados quase 10 anos, uma proposta que vem revogar aquele que é o Decreto Legislativo Regional que está em vigor, de 2010, cuja apreciação foi feita não só à pressão em sede de Comissão de Assuntos Sociais, mas também junto às

escolas. As escolas, numa altura em que para apreciar esta proposta, digamos que esta reforma, estavam e estão envolvidas em imensas atividades, estão envolvidas nas avaliações, nas provas de aferição, na preparação do próximo ano letivo, cujo o mês de julho será preponderante para o fazer. Aliás, é no mês de julho que as escolas estarão a preparar os horários, os transportes escolares. E aqui devo salientar a preparação dos horários.

Esta proposta, a ser aprovada, e parece-nos que será aprovada porque será apoiada, tal como já foi assumido pelo Deputado Francisco César, pelo Grupo Parlamentar PS, portanto, será aprovada e será depois publicada e será Decreto Legislativo Regional de certeza, portanto, as escolas terão, no mês de julho, que lidar com uma proposta que está em fase de publicação. E aquela que é uma decisão que terão de tomar, por exemplo, quanto aos horários. As escolas já nem sabem muito bem, em julho, como é que vão fazer o calendário escolar do próximo ano letivo. Será um calendário escolar organizado de forma semestral ou de forma trimestral? É verdade que têm essa opção. Podem fazê-lo de acordo com este Decreto Legislativo Regional, mas essa é uma possibilidade que, na altura, estará um tanto ou quanto indefinida.

Depois, também mais grave do que isso, se calhar, há uma série de documentos a elaborar e que devem ser elaborados pelas unidades orgânicas entre a entrada em vigor deste diploma e o próximo ano letivo. E esses documentos estarão a cargo dessas mesmas unidades orgânicas e que terão muito pouco tempo para elaborar documentos que estão previstos nesta proposta.

Falou-se aqui da necessidade de se avaliar o atual sistema. É verdade. Não houve uma avaliação sistemática da aplicação do atual sistema. Mas também me parece que não houve, e claro que o Sr. Secretário Regional terá oportunidade para desmentir se assim for, oportunidade para avaliar de

forma sistematizada aquela que foi a avaliação possível desta proposta. E digo possível porque, como já disse, foi uma proposta que foi feita à pressão, foi feita circular à pressão também pela comunidade escolar e as unidades orgânicas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quando estava tudo de férias da Páscoa!

O Orador: E seria interessante perceber que avaliação é que o Sr. Secretário faz, em primeiro lugar, do autêntico périplo que o Sr. Secretário Regional fez pelas escolas a recolher críticas e a tecer esclarecimentos junto às várias escolas. Até mesmo, e julgo que o Sr. Secretário Regional teve ocasião de assumir isso mesmo, tanto num debate televisivo, como também em entrevistas por escrito à comunicação social escrita, em que disse que se chegou a intrometer em algumas, ou pelo menos numa reunião de pais e encarregados de educação. Portanto, seria interessante conhecer, não só o resultado desse périplo pelas escolas, do Sr. Secretário Regional, como também o resultado da aplicação e alguns aspetos destes novos princípios orientadores da organização e gestão curricular em algumas turmas de algumas escolas da nossa Região. E desse processo deveria ter resultado, como eu disse, uma avaliação sistematizada conducente a alterações à proposta. E não nos parece que isso tenha acontecido. Aliás, prova de que essa avaliação deveria ter sido feita traduz-se naquela que foi a maioria de pareceres desfavoráveis. Estamos a falar em mais de 4 dezenas de pareceres, cuja a vasta maioria desses pareceres é desfavorável...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é assim!

O Orador: ... ou pelo menos coloca muitas incertezas acerca da aplicabilidade deste novo sistema.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional não se sentem minimamente incomodados pela maioria destes pareceres negativos

ou que revelam muitas incertezas acerca da aplicabilidade destas novas orientações?

Mais, os pais não foram ouvidos! Não houve nenhuma associação de pais e encarregados de educação que tenha sido ouvida! A não ser através de intromissão do Sr. Secretário Regional da Educação numa ou outra reunião. Os pais acabam por ser ouvidos unicamente de forma indireta como membros das assembleias de escola.

Ora, vamos então à proposta em concreto e àquele que é o seu conteúdo. De acordo com esta nova proposta, a autonomia da escola traduz-se essencialmente naquela que é entendida como uma flexibilização curricular e das respostas educativas. E com isso, de forma genérica, penso que ninguém nesta Casa poderá discordar. Todos nós concordamos que se deve dar mais autonomia às escolas, que se deve dar mais flexibilização curricular e também às repostas educativas e que as escolas devem ter um papel muito mais ativo e determinante naquilo que é lecionado. Disso não há dúvida.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não concorda com a proposta.

O Orador: Agora, o que parece é que essa flexibilização cessa a partir da altura em que as opções curriculares acarretam um acréscimo de pessoal. Aliás, é um chavão, é quase como uma muleta que percorre todo este documento, que por vezes aparece sempre aquela alínea que lembra, que recorda: juizinho, juizinho, se quiserem inovar demais e se essa demasiada inovação acarretar um acréscimo de pessoal, então não a podem fazer.

Portanto, até fico desconfiado e acho que há razões para isso, que esta flexibilização que se permite com este novo sistema poderá ser uma forma de, quem sabe, no futuro, remediar a falta de pessoal. Sim, porque se isto determinar que 25% do tempo letivo em cada uma das áreas curriculares poderá ser gerida da forma como cada escola entende, poderá ser um estratagema ou expediente para as escolas, quando se virem aflitas com falta

de pessoal docente, quem sabe, a partir do recurso a essa flexibilização, poderem gerir o pessoal conforme entendem. E isso não pode ser entendido como um reforço da autonomia da escola! Não é! Isso pode ser entendido, sim, como um instrumento que a tutela está a oferecer às escolas, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Claro que é!

O Orador: ... para as próprias escolas resolverem uma deficiência do próprio sistema, que devia ser uma deficiência colmatada pela própria tutela!

Além disso, nós vemos que ao nível de cada um dos ciclos de ensino existem vários problemas subjacentes a esta proposta:

E começando pelo 1.º ciclo (1.º ciclo do ensino básico, estamos aqui a falar ainda de crianças de muito tenra idade, antiga escola primária), de acordo com esta reforma, poderemos ter horários semanais de 31 horas para os alunos e alunas. Não acham isto demasiado tempo? Sr. Secretário Regional, se queremos fugir ao modelo de escola-fábrica da revolução industrial, que já está em muito ultrapassado, colar um horário escolar de 31 horas semanais, é um autêntico horário de trabalho, eu penso que é uma má prova, é uma má prática quando queremos quebrar com o paradigma da escola-fábrica;

2°. ciclo, é verdade que o tempo dedicado às expressões continua a ser o mesmo, mas é um tempo que deverá ser repartido não por entre duas disciplinas, mas por entre quatro disciplinas. Portanto, logo vemos a desvalorização que se dá às disciplinas das expressões;

3°. ciclo, a redução de horários semanais das disciplinas de ciências naturais poderá resultar na não rentabilização do investimento feito, e bem, pelo Governo Regional, em laboratórios, porque isso, essa redução de horários semanais poderá implicar que esses laboratórios possam não ser utilizados como deveriam ser utilizados.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Ó Sr. Deputado, não sabe o que está a dizer! **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Sabe, sabe!

O Orador: Outras críticas, assiste-se mais uma vez à crescente menorização da disciplina de educação física. Sim, porque se já vínhamos de um processo em que se retirava horas à disciplina de educação física, deste vez torna-se a menorizar a disciplina de educação física ao possibilitar que se retire horas de educação física para outras disciplinas. E essa é uma evidência da menorização mais uma vez feita à disciplina da educação física, o que poderá, mais, deverá ser prejudicial a alunos e alunas do nosso sistema de ensino que, infelizmente, têm cada vez mais problemas ligados à obesidade e ao sedentarismo.

Erro crasso desta reforma: mantém, mais do que manter, reafirmam aquela que foi uma inovação ou uma reação, digamos assim, do antigo Ministro Nuno Crato quando reintroduziu os cursos vocacionais no ensino básico. Não consideram, os Srs. e Sras. Deputadas e os Srs. Membros do Governo, que introduzir o ensino vocacional e cursos especializados no ensino básico é demasiado cedo? Não incomoda às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Secretários Regionais e ao Governo Regional a possibilidade de, a partir da introdução tão prematura de cursos vocacionados e especializados no ensino básico, estarmos a concorrer para um ensino dual que irá reproduzir desigualdades sociais? Essa é uma questão que também se impõe.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem, Sr. Deputado.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: A flexibilização da unidade de tempo letivo poderá também acarretar, por outro lado, um acréscimo do tempo letivo ao docente. Isso adicionado à possibilidade das próprias unidades orgânicas poderem decidir se o tempo de aula deverá ser de 45 minutos, tal e qual como está atualmente, ou de 50 minutos, ou de 60 minutos, quando, por exemplo, se for para 50 minutos e segundo contas do SPRA, essas aulas de 50 minutos poderão resultar numa perda que pode chegar a 10% dos postos de trabalho e se for

de 60 minutos, essa perda pode chegar aos 33% dos postos de trabalho.

Desafio aqui o Sr. Secretário Regional da Educação a demonstrar o contrário,

porque isso seria muito importante.

Portanto, tudo isto só vai resultar...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... naquele que é o velho paradigma de trabalhar mais, com

menos recursos, para atingir melhores resultados. E nisso o nosso Grupo

Parlamentar não alinha. Nós sabemos muito bem que resultado é que isso

terá.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para o debate.

Vou passar agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa

Regional, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

Debatemos, hoje, um diploma que quer inovar as práticas pedagógicas nas

nossas escolas. Dito de outra forma, quer melhorar o nosso sistema de

ensino.

O debate que até aqui se ouviu foi muito idêntico àquele que aconteceu em

2010. Nada de novo por parte da oposição, que contrasta com a contínua

inovação dos Governos Socialistas. Aliás, o que estes 9 anos demonstram,

após a implementação da reforma curricular de 2010, é que, perante forças

de bloqueio da oposição, contrasta um Governo apoiado pelo Partido

Socialista com medidas progressistas e que se pauta por introduzir inovações

para conduzir a melhores políticas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Senão, vejamos:

115

III Sessão Legislativa

Porque alguém desafiou pela emergência da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, hoje, temo-la;

Porque alguém desafiou pela insistência de ensino em todas as ilhas, hoje, temo-lo;

Porque alguém desafiou a existência do pré-escolar, ou de criar percursos alternativos, ou de criar uma rede valorizar, ou de introduzir o inglês no 1.º ciclo, ou de ter uma escola para todos, hoje, temos.

Só quando nos permitimos a desafiar o instalado, a fortalecer uma escola inclusiva nos Açores, só assim servimos verdadeiramente os açorianos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Aqui, hoje, devemos perguntar o que é que verdadeiramente faz sentido no que diz respeito às implementações que já estão a ser realizadas no continente e na Madeira.

Avaliando pela postura da oposição relativamente à reforma curricular de 2010 que foi implementada... aliás, curiosamente a mesma que agora não querem alterar, com os mesmo fundamentos. Os mesmo fundamentos que disseram que não, agora dizem que sim para a manter. Mas nós entendemos que devemos inovar quando há fundamentos pedagógicos para tal.

Mas isto da autonomia da flexibilidade curricular e algo novo, sem suporte pedagógico e fundamentado? Não. Para já, está a ser implementado ao nível do ensino secundário em todo o País. A nível regional, em 14 escolas que aderiram de forma voluntária e em percentagem superior ao número de escolas que aderiram no território continental em 2017.

Existe, no nosso entender, fundamentação científica, pedagógica, quer ao nível internacional e nacional, para aquela que é uma mais-valia desde logo

pela alteração de matrizes rígidas para matrizes flexíveis, respondendo a quem interessa, respondendo aos alunos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Bem sabemos que todas as reformas pecam, ora por excesso, ora por defeito: por excesso, para aqueles que entendem que tudo está bem, mas não perdem a oportunidade de criticar o sistema, criticar os resultados nacionais e internacionais; ou então por defeito, para aqueles que entendem que era preciso muito mais. O equilíbrio é sempre o mais difícil. E esta proposta de autonomia e flexibilidade curricular almeja esse mesmo equilíbrio, procurando contribuir com novas metodologias de práticas pedagógicas dos professores para com os alunos e da organização escolar. É preciso coragem para pensar em renovar o sistema, melhorando. E o passado e o presente mostram bem quem a tem.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Esta reforma permite melhorar as práticas nas nossas escolas. A maioria das nossas escolas, dos pareceres recebidos das assembleias de escola, de duas associações de pais, do representante do Conselho Nacional de Educação não colocam em causa o princípio da autonomia e flexibilidade curricular. Avaliamos atentamente e meticulosamente cada um dos pareceres recebidos, com profunda reflexão, aqueles que são a favor, os que são contra e os que, sendo a favor, realçam preocupações. Mas entendemos que não podemos atrasar as necessárias mudanças, após 10 anos da última reforma. Mas, apesar disso, aceitamos algumas das suas recomendações? Sim, porque nós ouvimos a comunidade escolar, nós lemos atentamente os pareceres que nos foram enviados. Às assembleias de escola, aos departamentos curriculares, às associações de pais, aqui deixamos o nosso reconhecimento público pela sua participação.

Esta proposta vai para além da simples transposição do nacional? Sim. De forma pioneira introduz as aprendizagens digitais, que se concretizam pela programação no 1.º e 2.º ciclos e nas TIC no 3.º ciclo. Damos aos conteúdos curriculares de história e geografia e cultura dos Açores a oportunidade de se autonomizarem de forma transversal ou como disciplina. E, por fim, incluímos nos 2.º e 3.º ciclos momentos para atividades extracurriculares.

Matrizes rígidas criam alunos maioritariamente que memorizam.

Deputado Francisco César (PS): Isso é verdade!

A Oradora: Matrizes com autonomia e flexibilidade curricular aliadas à inovação pedagógica por parte dos professores contribuem para estimular os alunos a pensar, a criar, a questionar. E é esta a sociedade que nós devemos pugnar para a ter. Nós acreditamos nesta reforma curricular e queremos contribuir, queremos ter um papel crítico, queremos dar o nosso contributo. Por isso, enriquecemos esta proposta, por exemplo, com a possibilidade de não limitação do pessoal docente no cumprimento da matriz base e pela existência de norma clarificadora quanto à avaliação. Aliás, algo, minhas senhoras e meus senhores, que, quer a avaliação interna, quer a externa, exigem uma profunda reflexão da sociedade.

Tal como em 2010, em que hoje temos melhores resultados fruto também dessa reforma e do ProSucesso, acreditamos que nos próximos anos, com esta reforma assente na autonomia e flexibilidade curricular, com o trabalho da comunidade educativa, o empenho dos alunos e uma maior participação dos pais, conseguiremos atingir o sucesso.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sucesso a que nos referimos não é só o das taxas, mas, acima de tudo, o sucesso é o da felicidade quando cada criança e jovem atinge o seu potencial, empregando as suas capacidades no melhor ensino. Na verdade, sempre,

sempre na verdade para com os açorianos, isto, sim, é o que nos move para esta reforma curricular – o melhor ensino.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu ia aproveitar justamente a presença do Sr. Presidente do Governo Regional neste debate para lhe fazer uma última solicitação, mas o Sr. Presidente do Governo Regional, exatamente no momento em que eu ia começar a minha intervenção, ausentou-se da sala.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Estava a adivinhar.

O Orador: Exemplifica bem a falta de capacidade de diálogo do Sr. Presidente do Governo Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ó Sr. Deputado!...

O Orador: ... e a falta de capacidade de ouvir o contraditório!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Não invente! Está a inventar!

O Orador: Porque o que eu lhe ia dizer vai chegar-lhe através das câmaras da RTP Açores e do nosso plenário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está a inventar, Sr. Deputado!

O Orador: O que eu lhe ia dizer era isto: eu ia-lhe dizer para ser fiel...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Eu transmito! Eu transmito!

O Orador: ... ao Programa do Governo que jurou cumprir.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Eu transmito! Pode dizer!

O Orador: Eu ia dizer-lhe, ia solicitar-lhe que fosse fiel ao Programa do Governo que jurou cumprir, este Programa do Governo no qual assenta a sua legitimidade para governar. E o que o Sr. Presidente do Governo Regional disse no Programa do Governo vale a pena lembrar, na área educativa. Diz o seguinte: "O nosso sistema educativo carece, pois, de uma reponderação, a qual deverá resultar, necessariamente, (...)", vejam bem a expressão, "(...) de um amplo debate, sem matérias interditas, uma vez que todas as componentes do sistema importam para o resultado final. Esperamos, por isso, contar com a colaboração de todas as forças políticas (...)" ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Onde é que elas estão?

O Orador: ... "(...) e dos parceiros sociais para que, apesar das naturais diferenças, se concretize um compromisso de fundo e um desígnio regional." Ora, não é isto que está a acontecer. É exatamente ao contrário. É o Partido Socialista, o Governo Socialista contra tudo e contra todos, contra o conjunto dos partidos da oposição da esquerda à direita, contra a grande maioria, a maioria esmagadora das escolas, contra a maioria esmagadora dos professores, contra a maioria esmagadora das famílias açorianas que nos fizeram chegar as suas opções. O Partido Socialista, ao contrário do que diz o programa do Governo, quer impor uma reforma contra tudo e contra todos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Apoiado!

O Orador: E devo dizer que até nalguns aspetos da reforma, contra tudo e contra todos, até contra o próprio Programa do Partido Socialista, o que quer dizer, pelo menos, que as vossas ideias, as ideias de V. Exas não estavam muito claras sobre estas matérias.

Eu não tenho muito tempo, como sabem, só tenho 10 minutos e ainda quero fazer mais uma intervenção. Não quero cometer o erro do Bloco de Esquerda que falou uma fez. Agora, já não tem contraditório.

Deputado José Ávila (PS): Os tempos são marcados nas urnas!

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte, ó Sr. Secretário, ainda se lembra, ouça, Sr. Secretário, ainda se lembra quando escreveu aqui o seguinte, no Programa do Governo, página 115, para não se perder, e diz assim: "Simplificar o referencial do Currículo Regional da Educação Básica e adaptá-lo à introdução das temáticas de história, geografia e cultura dos Açores na área de cidadania, nos 2º e 3º ciclos." O senhor, no Programa do Governo, o que dizia, de forma errada, é que vamos ensinar história, geografia e cultura dos Açores no âmbito da cidadania. Era o que o senhor dizia, não é? É o que aqui está escrito, página n.º 115!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Então, evoluímos!

O Orador: O senhor agora diz-nos assim: ah, mas agora já não penso assim. Apesar de ter dito no seu discurso. Isto foi longamente pensado e estruturado. Deve ter sido depois do Programa do Governo. Deve ter sido feito depois do Programa do Governo.

Mas, de qualquer das formas, o que o senhor nos propõe é justamente o contrário do que o senhor nos tinha anunciado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Leia a página 110, Sr. Deputado! Leia a página 110 do Programa do Governo, Sr. Deputado!

O Orador: Não resisto, e diz agora o Sr. Secretário Berto Messias: ouça, mas a gente tem outra coisa escrita noutra página. Eu também reparei nisso, ou seja, o Programa do Governo tem uma coisa escrita na página 115 e o seu contrário na página 110!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não, não! Leia a página 110!

O Orador: Ouça, ó Sr. Secretário, eu vou-lhe dizer uma coisa: isso é um autêntico tiro no pé, essa sua observação! Eu também tinha reparado nisso, que os senhores tinham escrito coisas diferentes em páginas diferentes do vosso programa eleitoral.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não, não! Não são coisas diferentes!

O Orador: Mas eu não tenho tempo para lhe dar conversa agora! Temos coisas mais importantes para lhe dizer!

Ouça, eu tenho aqui este conjunto de pareceres...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós também temos!

O Orador: ... que as escolas enviaram. E o que é que as escolas disseram? Não façam. Não façam isto. Não façam isto no mês de julho. Então, os senhores... olhe aqui no Programa do Governo: com a colaboração dos pais, dizem os senhores, ...

Deputado José Ávila (PS): O que é que o senhor disse em Comissão?

O Orador: ... os pais devem ter uma intervenção prioritária na definição currículo das suas crianças e dos seus educandos.

Deputado José Ávila (PS): O senhor já se esqueceu do que disse em Comissão?

O Orador: Eu pergunto-me: mas que tempo é que os pais vão ter? Vamos buscá-los às praias no mês de julho? Olhe, venha cá, isto vai ser mais ou menos assim. Venha aqui, deixe-se estar, deixe um bocadinho a praia...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ó Sr. Deputado, que desprestígio!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O que é que o senhor disse em Comissão? O Orador: ... e venha aqui discutir o currículo regional no mês de julho e no mês de agosto, que é quando vai ser discutido. Ah, mas nós temos esta opção para fazer. E pais até vão, alguns estarão prontos para abandonar a praia e o seu descanso e até as suas viagens que já estão marcadas. Dizem: ah, não tem problema nenhum, perco 1 000 euros ou 500 euros mas eu venho cá discutir isto. E depois chegam aqui e dizem assim: bom, a minha opinião é esta, esta e esta. E depois os senhores dizem-lhes assim: bem, eh pá, não dá. Não dá porque os horários já estão definidos. Portanto, não dá para fazer isso.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade! Discuta de forma séria!

O Orador: Não temos professores para fazer isso. Ah, mas nós queremos reforçar a aprendizagem do inglês. Não temos professores, nós já contratamos os professores. Não podemos fazer isso. Ah, mas queremos utilizar a flexibilidade, então, dos 25%. Eh pá, também não é possível porque os contratos já estão feitos. Mesmo nas condições mais otimistas de participação também não é possível! Portanto, todos os pais que lhes solicitarem e aos professores que lhes solicitarem, que se possam deslocar às escolas durante este período, também não vale a pena, porque, entretanto, os contratos já estão feitos e não será possível alterar e participar em coisa nenhuma!

Bem, eu tenho muito mais para vos dizer numa segunda intervenção. Quero ficar com algum tempo para poder desmontar mais algumas insuficiências

vistos, insistem.

de uma proposta que é uma autêntica catástrofe! E que os senhores, pelos

E o vosso líder parlamentar, ainda antes da discussão, quer dizer que nem os parceiros contam, nem a nossa opinião conta, porque o Sr. líder parlamentar disse que já tinha a sua opinião definida antes da discussão. Portanto, não

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): O que é que o senhor disse em Comissão?

O Orador: Mas eu quero ter oportunidade de vos dizer algumas coisas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vais ter porque já acabaste o tempo.

O Orador: Não acabei, não.

estamos aqui a fazer muito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A verdade é que o tempo nunca lhe deu razão noutros assuntos! A verdade é essa!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta oposição é uma oposição bondosa. É uma oposição bondosa porque está a discutir um diploma que não devia ser discutido. E, por isso, eu vou cingirme à primeira página e, portanto, não vou passar do preâmbulo. Chega-me a primeira página, porque quanto ao resto, Sr. Secretário Regional, eu devolhe dizer que este diploma foi concebido fora de tempo e, como tal, só podia resultar num parto prematuro. É isso que acontece com este diploma. Podia até sugerir aqui outro aforismo, quer dizer: tudo isto existe, tudo isto é fado, tudo isto é triste. É a sina da educação nos Açores, desde há 10 anos a esta parte.

Mas atente-se no preâmbulo, que não precisa de passar do preâmbulo para chegarmos a mais. Começa o douto preâmbulo...

Aliás, uma prévia nota: quando eu ouvi o nome de Guilherme d'Oliveira Martins, arrepiei-me. I rest my case, se foi o especialista consultado, se foi o grande especialista consultado para este diploma, que se chama Guilherme d'Oliveira Martins. Acho que quase que não me apetecia dizer mais nada.

Deputado João Vasco Costa (PS): É melhor não dizer.

O Orador: Porque, realmente, o senhor dá-me má disposição. Esse senhor, Guilherme d'Oliveira Martins, que de educação já demonstrou, há muitos anos, que não percebe *niente*, nada! Há muito tempo. Já foi Ministro da Educação e não fez nada que se aprovasse.

Então começa assim o douto diploma: "O grande desafio que se coloca à próxima geração (...)", à próxima, "(...) é que seja não só a mais qualificada (...)". Mas eu até julguei que os resultados... o Sr. Secretário Berto Messias dizia que há 10 anos estávamos errados. Afinal estávamos certos, porque esta não é a mais qualificada, vai ser a próxima. Os senhores, há 10 anos, diziam que é esta. Afinal não foi, senhor. Agora, vou-lhe dizer uma coisa, é a mais desempregada e isso nós acertamos, como acertamos novamente agora.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos **Parlamentares** (*Berto Messias*): Porquê esse tom jocoso?

O Orador: Mas eu só posso fazer uma coisa jocosa com um diploma destes! Eu não posso ser de outra maneira! Isto tem que ser... portanto, eu podia fazer aqui um drama mas não me apetece. E, portanto, apetece-me mais fazer uma coisa jocosa, não é? Porque eu acho que isto é uma coisa jocosa. Sabe porquê, Sr. Secretário? Porque é brincar com a comunidade educativa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É brincar com os pais! É brincar com os professores!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É brincar com os alunos! E, portanto, só pode ser uma intervenção jocosa. É isso que eu posso fazer, por respeito, enfim, que me merece esta Casa e até me merecem toda... porque vamos mais à frente. Portanto, este parágrafo...

E depois querem também que seja a geração "mais competente e civicamente envolvida com a comunidade". Mas não querem saber da comunidade! Os senhores não querem saber o que é que a comunidade diz! Mas querem envolver a comunidade. É logo no primeiro parágrafo. Portanto, um paradoxo absolutamente claríssimo.

Mas continuamos: "Para atingir este desiderato, (...)", isto é mesmo à Oliveira Martins, "(...) é fundamental que a escola prepare as crianças e os jovens (...)". Mas quem é a escola? É a pergunta que eu faço. Quem é a escola? É o betão que os senhores tanto apregoaram e construíram, ou são os docentes, os discentes, os pais e os alunos que os senhores não quiseram ouvir?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O que é a escola para V. Exas.? Essa é a pergunta que se impõe fazer. Mais uma contradição.

Mas eu vou continuar mais um bocadinho, porque a folha ainda não acabou. É só nesta folha, eu não passo desta folha.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Continue, Sr. Deputado! Vamos em frente! O Orador: E, portanto, indo em frente: "(...) à apropriação de um conjunto de competências pessoais e sociais mais alargado, que capacite para um mundo em constante mudança, decorrente de uma sociedade em globalização e desenvolvimento tecnológico em aceleração, com avanços técnicos e científicos." Além de Guilherme d'Oliveira Martins, só Monsieur de La Palice diria isto.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Está completamente errado!

O Orador: Vamos então a outro, saltando aqui o outro parágrafo que esse não interessa e vamos então outra vez aos "grandes". Eu gosto sempre quando um parágrafo começa por "grande". E diz assim: "O grande objetivo de transformação geracional (...)", tenho que me rir com isto. O objetivo disto é: "O grande objetivo de transformação geracional, mais do que promover a memorização (...)". Ó Sr. Secretário, mas alguém aprende sem memorizar?!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Claro que sim, Sr. Deputado!

O Orador: Alguém aprende sem memorizar?! Até me parece que este diploma não é feito para as crianças nem para os jovens, é mais para a universidade sénior, já ficam com falta de memória. Quando temos memória...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sabe qual é a fase da vida onde temos maior capacidade de memória?

O Orador: ... é quando somos mais novos e capacidade de aprender e capacidade de memorizar. Não há aprendizagem sem memória, Sras. e Srs. Deputados!

"O Governo Regional dos Açores assume, assim, como prioridade a concretização de uma política educativa (...)". Eu posso continuar, Sra. Deputada? Muito obrigado. Eu vou repetir porque eu gosto sempre de repetir. Isto é um preâmbulo tão bonito, tão bonito, tão bonito, que eu vou repetir. Portanto, "o Governo Regional dos Açores assume como prioridade a concretização de uma política educativa centrada nas pessoas (...)". Ó senhores, mas os senhores não ouviram as pessoas! Não querem saber das pessoas! Como é que a política é centrada nas pessoas? É que quando me explicarem todos esses paradoxos, só na primeira paginazinha do preâmbulo, porque se formos aos objetivos, que eu estive a ler, os grandes objetivos, então aí é de fugir e nunca mais parar. Portanto, como é que os senhores querem centrar nas pessoas sem ouvir as pessoas? "(...) e garantir a igualdade de acesso à escola (...)". Mas, que garanta? Mas isto já não existe? Não há igualdade de acesso à escola? Vêm aqui dizer de novo? Bom, eu começo a não perceber nada! "(...) promovendo o sucesso educativo (...)". Mas esta então aqui... Mas já não existe? Então e o ProSucesso? Os grandes resultados que os senhores apresentaram no ProSucesso, que o Sr. Secretário ufanamente apresentava aqui neste plenário, que está dando grandes resultados, grandes frutos. Como é que os senhores querem promover o sucesso novamente? Em "(...) igualdade de oportunidades, consciente de que há uma enorme responsabilidade na preparação da educação (...)". Mas os senhores estão há 23 anos no Governo e ainda não promoveram igualdade de oportunidades no ensino, Sr. Secretário, Sra. Deputada Sónia Nicolau, Sras. e Srs. Deputados?! Mas isto é um conjunto de generalidades que nada diz! Quer dizer, trazer isto nesta altura, quando for publicado, eu não vou... Ó Sr. Deputado, quanto a este diploma, olhe, estamos conversados. Isto realmente...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É esse o contributo do CDS. Estamos conversados!

O Orador: Não, Sr. Deputado, é o respeito pelas pessoas, é o respeito pelos alunos, é o respeito pela comunidade educativa e é o respeito pelos docentes! É isto! Ao contrário de V. Exas. que não respeitam os alunos, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade!

O Orador: ... não respeitam os docentes, não respeitam a comunidade educativa!

E vão levar as escolas a uma confusão tal quando isto for publicado... vai agora para publicação, enfim, será publicado nos finais de julho. Eu julgo que já há docentes de férias, presumo eu. Eu acho que eles ainda têm direito a férias, ou já não têm?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Vão ser chamados outra vez!

O Orador: Ou já não têm? Ou vão ser requisitados?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Vai-se interromper as férias.

O Orador: Requisição civil para virem aplicar este diploma. Eu julgo que em julho já há docentes de férias. Têm direito a tirar férias em julho. Ou não há? Ou vai ser requisição civil?

E, portanto, isto vem tarde e a más horas. Concebido muito tarde deu em parto prematuro. Não tenho mais nada a dizer sobre isso.

E claro que não podemos concordar, porque o resto é um conjunto de generalidades. E os senhores acham depois que só se deve valorizar a matemática!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Depois dessa afirmação, está tudo dito! Já percebemos a intensidade com que o senhor leu o diploma!

O Orador: É o que está aqui! Onde é que a senhora retira horas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Destroem o ensino artístico!

O Orador: E o ensino artístico, a história? A senhora leia o diploma, que se calhar não leu! E, portanto, retiram horas, acham...

Olhe, Sr. Secretário, sabe uma coisa (e ainda há países civilizados que têm um professor durante o ciclo básico todo), eu acho, já disse aqui várias vezes, a instrução primária, se um aluno, e devo-lhe dizer que poucos deles sabem, com estas inovações todas, pedagógicas, que os senhores têm, o que é preciso é que um aluno saiba escrever, ler e contar. Está a ver, Sra. Deputada? Ler,

escrever e contar, porque um aluno que chega ao 5.º ano de escolaridade sem saber ler, sem saber escrever, sem saber fazer contas...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Porque os senhores não sabem, não têm o programa e obrigam os professores a fazer aquilo que é contrário a ensinar os alunos. Os senhores não querem ensinar os alunos!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é do passado!

O Orador: E, portanto, ler, escrever e contar! Porque é triste quando se olha para um teste de um aluno do 5.º ou do 6.º ano de escolaridade e se vê que do princípio ao fim em cada frase de cinco ou seis palavras tem um erro. Isso é comum!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Às pessoas do tempo antigo também acontece isso!

O Orador: A culpa é dos professores, diz a senhora. A culpa é dos professores. A senhora é que está a dizer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não, não!

O Orador: E, portanto, a culpa é dos vossos programas que não querem a memorização e exigem que os professores façam aquilo que não têm que fazer. Portanto, respeitem a classe docente!

E sem memória, não há aprendizagem, Sra. Deputada! Sem memória não há aprendizagem! E muito menos... olhe, nem sequer na matemática, Sra. Deputada! Nem na matemática! Se não souber a regra, nunca mais resolve a equação! Não sabe a regra, não resolve a equação! E a senhora, como professora, devia saber isso! Não sou eu que lhe vou ensinar!

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Deputado está em baixo de forma!

O Orador: Não estou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Deputado aprecia o diploma só no preâmbulo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não preciso de mais!

(*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu, de repente, julguei que estava a retroceder no tempo e a assistir à primeira discussão que houve sobre reforma curricular, no ano 2001. E digo isso, porque, até nessa altura, pasme-se, aqui, houve partidos...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Exatamente!

O Orador: ... que disseram que nós não tínhamos competência própria para tomar iniciativas em matéria de reforma curricular.

E também já nessa altura, o conjunto de resistências à mudança gravitava em torno das mesmas coisas: de que isto tinha entrado tarde; que não havia pareceres que fossem suficientes ou então eles eram todos contra; que o diploma que foi aprovado na altura, já quase no final do ano e que depois só foi publicado quase em junho, não daria tempo à comunidade educativa de concretizá-lo nesse ano letivo. Por isso, *mutatis mutandis*, esta discussão existe desde 2011, mas, curiosamente, voltou a ser replicada em 2010.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

O Orador: E o único partido, eventualmente, perante estas forças, que já foram chamadas aqui de bloqueio, mas pelo menos de alguma resistência à mudança, que acentuou a sua iniciativa e a sua proatividade foi o Partido Socialista e o Governo, desde essa altura.

Aliás, se nós entendermos bem as reformas curriculares e esta primeira iniciativa de 2001, foi exatamente para ganharmos autonomia. Porquê?

Porque a Secretaria Regional da Educação e Cultura deixou de ser meramente um instrumento administrativo do sistema educativo regional, começou a agir sobre os currículos regionais e sobre a possibilidade de nós introduzirmos a mudança nas escolas.

Aliás, há outra coisa aqui que me parece ser útil realçar: é que os objetivos que são definidos para todo o mundo em matéria de educação vão sendo alterados. Isso não tem nada de mal. Reflete exatamente a dinâmica que acontece nas sociedades, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... os novos desafios, mas também as novas exigências que impedem sobre os sistemas educativos escolares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é para si!

O Orador: De resto, eu devo dizer que mesmo na universidade, onde se dá formação aos professores, eles, de facto, aprendem um conjunto de sistemas de práticas pedagógicas e educativas que vão desde os personalistas aos comportamentalistas, como já se falou, aqui, hoje, na necessidade da memória, mas há mais coisas, há os da teoria do processamento da informação para a resolução de problemas, como se vê agora, há os modelos de interação social, com os trabalhos de grupo, os trabalhos de projeto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É, mas não sabem fazer o decimal!

O Orador: Portanto, este é um sistema que não é parado no tempo! E não é aqui nem em nenhuma parte do mundo. Por isso, nós não podemos estar a funcionar, perdoe-me o Sr. Deputado Artur Lima, só com base no ler, contar e escrever, porque era a fórmula do Estado Novo, à qual se associava os "três efes", de Fátima, família e futebol.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Associava-se a mais alguém!

O Orador: Mas não é exatamente essa a nossa postura. Nós, efetivamente, temos uma postura de, neste diploma como nos outros de 2001 e de 2010,

conferir dignidade ao sistema educativo e ir acompanhando as mudanças, sem prejuízo de ficar próximo daquilo que também se passa no todo nacional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ó Sr. Deputado, não leu o diploma?

O Orador: Aliás, eu devo dizer que, ainda há pouco tempo, o ex-líder do PSD, deslocando-se a uma escola que é modelo, em São Miguel, defendeu, e bem, a flexibilidade curricular e a possibilidade de se introduzir novas disciplinas. Bom, ele, provavelmente, devia saber o que é que estava a dizer.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Mas nós pautamo-nos por outras coisas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Estado Novo é que não ouviu as pessoas!

O Orador: Hoje, como ontem, o único partido que acedeu, entendeu e compreendeu esta reforma curricular e também aqueles que eventualmente não estiveram contra... Porque eu devo realçar outra coisa aqui: o traço saliente dos pareceres que vieram para o Governo é de aceitação do princípio da reforma curricular.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Exatamente!

O Orador: E houve, de facto, algumas escolas, que não chegaram a uma dezena, que estão liminarmente contra. Mas não há reformas curriculares em que toda a gente esteja... e que se possa fazer consensos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Ó Sr. Deputado, leia os pareceres, porque o princípio geral dos pareceres é de aceitação da reforma curricular.

E depois, digo-lhe mais, o Partido Socialista, por aquilo que se está a ver aqui, é o único partido que, ao fim e ao cabo, acabou por compreender e ler os pareceres, porque foi o único partido que, até hoje, apresentou aqui propostas de alteração!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Por isso, a vossa postura é a postura do costume! É de estar contra! É de pegar na espuma das insatisfações! É de pegar nas coisas mais fáceis! Nós estamos aqui para modificar a sociedade açoriana com os professores! E se isso foi verdade em momentos críticos e cruciais, como da revalorização da carreira, que os senhores, há poucos meses, não acreditaram e até vilipendiaram o Governo dizendo que eram as coisas mais aberrantes do tratamento aos professores, e nós olhávamos para eles, como olhávamos hoje, e dissemos que não tínhamos problemas nem eleitorais nem pedagógicos nem científicos com a nossa avaliação, seja quando for e em que momento for.

E voltamos, hoje, aqui, a dizer que esta reforma curricular é para aumentar...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O público não pode manifestar-se! O Orador: ... não só a capacidade de as escolas poderem ter maior democracia, mas podermos gerar uma mudança útil nesse sistema! E cá estaremos, sempre, com uma atitude dinâmica de reformular aquilo que for

importante reformular e emendar à mão se isso for possível!

Agora, nós não temos é uma atitude de sermos contra porque somos contra e não apresentamos propostas e por isso não ouvimos nenhum dos pareceres. Porque o único partido que ouviu a comunidade educativa e os pareceres foi quem apresentou propostas de alteração para esta reforma curricular!

Figuem V. Exas. com o vosso caráter retrógrado em matéria educacional, que nós avançamos para o futuro dos Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Shame on you!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor acha que é o único que sabe ler e nós é que somos retrógrados?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: a maior parte das escolas, é evidente, a maior parte dos professores, estamos a favor da flexibilidade escolar! Não há nenhuma dúvida em relação a esta matéria! Mas não desta flexibilidade escolar!! Não desta flexibilidade!!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Porque não foi discutida!! Porque não foi dialogada!! Foi imposta contra as famílias, contra a escola, contra os professores!!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É isso que está em discussão, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem que se acalmar!

O Orador: Estou calmo! Estou muito calmo!

Presidente: Não parece, Sr. Deputado. Não parece. Tenha calma, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem tem que se acalmar é aquela bancada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quem tem que se acalmar, Sra. Presidente, é aquela bancada!

Presidente: O Sr. Deputado está a fazer uma intervenção ou uma interpelação à Mesa?

O Orador: É uma intervenção sobre o diploma. Exatamente.

Enquanto o Sr. Deputado José Contente falou no tom que quis e entendeu, no seu direito, e disse o que quis e entendeu, discordando, enfim... Mas ele até concorda com aquilo que eu disse, que eu sei que o Sr. Deputado concorda. Mas pronto, não o pode é dizer, mas eu não tenho esse problema, Sr. Deputado.

Eu acho que um aluno... o senhor invente-lhe o método que quiser...

Diga, Sr. Deputado Francisco Coelho, para eu poder ouvir, que eu gosto muito de lhe responder pela consideração eu tenho por si. Porque eu dou-lhe outro exemplo além do que o Sr. Deputado José Contente disse, eu arranjolhe outro exemplo se for necessário.

Deputado Francisco Coelho (PS): Alterações ao preâmbulo!

O Orador: E, portanto, quando os alunos, inventem o método que quiserem, não sabem ler e escrever, não sabem fazer contas, eu não sei o que é que se ensina. Não sei.

Mas, Sr. Deputado Paulo Estêvão...

E, portanto, é necessário a gestão curricular que a comunidade educativa quer. E que fique bem claro: não é esta! Não é esta gestão curricular! É outra! Esta é feita em cima do joelho! Foi tardiamente concebida e acabou, naturalmente, em parto prematuro. E contra a sociedade e contra a comunidade educativa!

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade o que está a dizer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós assistimos, aqui, pela parte do Partido Socialista, pela voz do Deputado José Contente, a uma grave acusação aos açorianos, aos pais, às famílias, aos professores. O Sr. Deputado José Contente disse que o PS quer mudar a sociedade açoriana, mas não quer mudar a sociedade açoriana ouvindo os açorianos! Neste caso específico disse que os partidos da oposição eram retrógrados. Então os pais, os professores, os alunos, todos aqueles que através dos seus pareceres disseram que queriam ser ouvidos, são também retrógrados, porque mais de 90%....

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 90%

O Orador: ... dos pareceres das escolas apontavam nesse sentido. Apontavam no sentido de que esta é uma reforma feita nas costas da comunidade educativa, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Está lá escrito!

O Orador: ... uma reforma feita à pressa e que não está em condições de ser implementada em setembro do próximo ano letivo.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas são a favor ou são contra?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado José Contente, a acusação de retrógrados que fez aos partidos da oposição é também acusação feita aos pais e à comunidade educativa.

O PSD não é contra a mudança. O PSD, como foi recordado desse lado, é a favor da autonomia e da flexibilidade curricular, mas não é esta que está aqui a ser proposta.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas não fez nenhuma proposta!

O Orador: E nunca sem a discutir escola a escola, ao longo de longos meses, com os professores, com a comunidade educativa no geral.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Segunda questão que eu queria dizer e que também, ao fim e ao cabo, está relacionada com essa: o Sr. Deputado, líder da bancada, disse que eu tinha acusado o PS de estar a fazer um mau serviço à democracia. E é verdade. É uma acusação que eu fiz e que volto a repetir. E que é bastante sustentada por aquilo que está escrito nos pareceres que nos chegaram das escolas.

Queria pôr agora uma questão que se relaciona com a pressa e vou citar um antigo líder do PS, António José Seguro, quando dizia: "Qual é a pressa? Qual é a pressa?" Eu também, e nós aqui do PSD, não conseguimos perceber qual é a pressa de aprovar este diploma à pressa, passo a repetição. Qual é a pressa? Porque é que este diploma não está, ao longo de um ano letivo, nas escolas em discussão, recolhendo contributos de toda a comunidade educativa e depois, no final, então, ser discutido nesta Casa e ser aprovado. Qual é a pressa? Qual é a pressa de fazer isto a 1 mês do final do ano letivo? Qual é a pressa de fazer isto a um pouco mais de 1 mês do fim do ano letivo? Não conseguimos perceber!

Deputado João Vasco Costa (PS): Era a meio do ano letivo!

O Orador: Depois, queria também aqui sinalizar que alguns... O Sr. Deputado José Contente falou aqui que nós não tínhamos lido os pareceres. Eu li-os todos, Sr. Deputado! Eu li os pareceres todos! Só o Partido Socialista é que leu... Peguei aqui num dos que tenho aqui, logo o primeiro que tinha aqui por cima, de uma escola básica integrada: "Não há conhecimento do modelo de avaliação em vigor. Não é apresentada qualquer fundamentação

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

científico-pedagógica, nomeadamente estudos, pareceres, ou mesmo linha

de pensamento cientifico-pedagógico que sustente a alteração. Desconhece-

se que tenham sido consultadas as associações de pais e encarregados de

educação, bem como sindicatos, na construção da proposta." Elas apontam

quase todas neste sentido desta linguagem. Podem não dizer todas

exatamente o que aqui está, mas até outras são bastante mais contundentes

na linguagem que abordam.

Outra aqui, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não seja seletivo na análise!

O Orador: ... outra escola de outra ilha, uma escola básica e secundária: "O

tempo para reflexão e debate sobre a proposta é obviamente escasso,

sobretudo considerando que as escolas vivem no mês de maio um período

intenso de trabalho. A falta de tempo de consolidação e apropriação das

alterações que se propõem levará muitas escolas a não operarem as

mudanças efetivas e verdadeiras na gestão do currículo, diminuindo o

impacto da melhoria do sistema educativo regional que eventualmente se

pretende obter com este Decreto Legislativo." Continua esta escola e

continuam as escolas todas a falar nisto.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (*PS*): E o que é que isso tem?

O Orador: E continuo eu sem perceber qual é a pressa de aprovar isto e

implementar isto à pressa.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

139

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Eu começava apenas por dizer aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse e secundando-me nas suas palavras: as escolas que emitiram parecer, tirando efetivamente 8, todas as outras 20 das 40 assembleias não são contra o princípio da autonomia e flexibilidade curricular.

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Nem nós!

A Oradora: O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse isso e tem toda a razão!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São contra esta proposta!

A Oradora: Eu não vou aqui enunciar escola a escola, mas, por exemplo, uma que diz que "da leitura deste projeto de legislação, seleciona-se um conjunto de princípios orientadores que constituem um claro benefício para o sistema educativo regional." Como tantas outras dizem.

O que é que o Partido Socialista fez e é isto que, aqui, nós queremos dizer? O Partido Socialista fez, como, com certeza, outros Srs. Deputados aqui fizeram, lemos os pareceres. E os pareceres o que dizem é que efetivamente não são contra, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que é muito bom! Estão muito felizes!

A Oradora: ... tirando alguns, não são contra o princípio da autonomia curricular.

E o que é que o Partido Socialista fez, como um partido responsável? Apresentou um conjunto de propostas

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: O que é que os outros partidos, legitimamente estão contra esta proposta apresentada pelo Governo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Votamos contra! Nós não queremos isto aprovado nestas circunstâncias!

A Oradora: Apresentam zero! Até agora, que me tenha chegado de propostas de alteração. Estas são as duas diferenças entre o Partido Socialista e os partidos da oposição.

Bem, quanto a uma questão que nos parece importante e de uma forma transversal, acho que se tentou aqui, quase de uma forma um pouco ingénua, atestar uma incapacidade aos pais, aos professores, aos alunos, que afinal vão receber este diploma e não vão conseguir implementar. Isso é um atestado de incapacidade que estão a passar aos professores! E nós não o fazemos. Porque há aqui uma questão que os Srs. Deputados, se calhar, deixaram passar: em julho de 2017, foi publicada uma legislação, como alguns bem sabem, de experiência pedagógica. E nós tivemos, logo no momento, 5 escolas que implementaram. E essas 5 escolas negligenciaram as suas competências e as suas responsabilidades? Não sabiam que tinham que implementar aquele diploma? Mas o que é que os senhores aqui estão a fazer? Estão a dizer que, ao fim e ao cabo, os professores não são capazes de implementar este diploma? Que os alunos não são capazes de implementar esse diploma? É isso que aqui estão a dizer? É porque eu quero saber se efetivamente é isto que aqui estão a dizer.

Bem, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, eu sei que não tem tempo, tentou aqui deixar passar uma mensagem de que, de certa forma, este diploma poderia, em algum momento, suscitar uma redução de pessoal docente numa ou outra... Ó Sr. Deputado, eu sei porque nós conversamos à parte deste hemiciclo e tenho por si enorme consideração, leu a proposta e sabe tão bem quanto eu que os 25% de flexibilidade estão por componente, a não ser que excedam, após a aplicação da equação, o limite. Estão sempre dentro daquela componente curricular. E, portanto, isso não pode acontecer, não é? Parece-

me que há aqui uma leitura errada da sua parte e que importava, e muito, esclarecer.

Quanto à questão da fundamentação, bem, vamos então à fundamentação. Eu e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na Terceira, tivemos o agrado de comprar a mesma revista e partilhamos, não sei se se recorda, com certeza, desta, compramos os dois numa visita de um grupo de trabalho. O Sr. Deputado comprou. Eu tinha comprado antes. E falamos, entre outras coisas, que estava aqui a questão de inovar. Através do quê? Da autonomia e flexibilidade curricular, entre outras situações. Com certeza se lembra, porque eu lembro-me perfeitamente disso, numa visita do grupo de trabalho. Fundamentação:

Primeira, construir a autonomia e flexibilização curricular. Cá está, um trabalho de Cristina Palmeirão e José Matias Alves, não deixam qualquer dúvida os nomes, sobre a autonomia e flexibilidade curricular;

O perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória em pleno século XXI, que fala efetivamente da necessidade de adaptar a autonomia e flexibilidade curricular;

Um que eu aqui recordo, a excelente intervenção da Deputada Rute Gregório, que também fez uma intervenção que não acreditava no contar, ler e escrever, mas, sim, nisto. E foi isto que a Sra. Deputada, na altura, falou.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: E isto é o que atesta para o caminho da autonomia e flexibilidade curricular – a educação em 2030;

Vamos falar sobre um estudo que a OCDE fez sobre a autonomia e flexibilidade curricular. Mas onde, Srs. Deputados? Aqui em Portugal. Aqui em Portugal foi feito um estudo. Está aqui. Quem quiser ler sobre autonomia e flexibilidade curricular, sobre o que este diploma atesta, sobre o que este diploma coloca em letra de lei, vá ler os documentos pedagógicos;

Mais, o Conselho Nacional de Educação, que emite um parecer total sobre autonomia e flexibilidade curricular;

Mais, o concelho de Bruxelas... a comunicação da Comissão Europeia que vem dizer quais são as competências dos jovens para o século XXI, atestando à flexibilidade curricular e que vai muito para além do ler, contar e escrever. Mais um;

Mais, o Jornal Oficial da União Europeia, que vem aqui dizer como é que os nossos jovens se devem adaptar à escola, à nova escola e que vai muito, muito para além do saber contar e escrever;

Mais, o ProSucesso, que não estando na autonomia e flexibilidade curricular, está na autonomia pedagógica.

E podia-lhe dar aqui todo um outro conjunto de fundamentação pedagógica. Nós não estamos aqui a navegar em águas turvas! Nós sabemos muito bem que o modelo que aqui estamos a implementar foi, durante 2 anos, implementado em 14 escolas da nossa Região. Nós sabemos perfeitamente disso!

Mas quero aqui relembrar, por fim, nesta intervenção, há pouco, há uma coisa que nós já aqui percebemos, ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): E a avaliação?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a avaliação?

A Oradora: ... em 2001 e 2010, a oposição foi contra qualquer inovação e agora esta nova alteração, aquela que foi contra a introdução também é contra a sua anulação. Portanto, os senhores entendam-se e saibam lá o que é que querem!

Sr. Deputado Jorge Jorge, pareceu-me que na sua primeira intervenção disse algo deste género e eu peço desculpa se não o disser por palavras suas, mas ficará, com certeza, o conteúdo, o Sr. Deputado Jorge Jorge disse qualquer coisa deste género: que em 2001, na reforma que na altura aconteceu, houve,

digamos, uma intervenção da sociedade (com certeza não foram nessas palavras), uma participação ativa. E, realmente, eu concordo consigo, mas eu gostava de lhe recordar aqui as palavras do Diário de Sessão, do Sr. Deputado Joaquim Machado, que, à data, sobre este mesmo assunto, dizia assim: "Tinha razão o PSD quando preconizou que a proposta do Governo ficasse retida na Comissão de Assuntos Sociais para ali se promover a audição de parceiros educativos e a reflexão que uma matéria tão estruturante exige." Ó minhas Sras. e Srs. Deputados do PSD, decidam-se! Houve ou não houve reflexão? Ou afinal os senhores são sempre a força do contra? Os senhores são sempre a força do contra! Essa é que é a grande questão! Os Srs. Deputados do PSD, referia-me ao PSD, logicamente, porque estava a ler o Diário de Sessões, do PSD. O Sr. Deputado diz que houve e o Sr. Deputado Joaquim Machado tinha dito que não.

Portanto, o que nós aqui concluímos, claramente, é que o PSD está sempre contra!

Deputada Mónica Seidi (PSD): É como a senhora! A senhora também está sempre contra!

A Oradora: Mas não apresenta nenhuma proposta estrutural para o sistema educativo regional!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, devo-lhe dizer que estou calmíssimo. Estou é neste debate com paixão. Paixão de quem começou a dar aulas há 30 anos. É esta a minha paixão. Diz a Sra. Deputada: quem é que está a favor da flexibilização?

Estamos todos! Quem é que está a favor desta flexibilização? Muito poucos, Sra. Deputada!

Deputado Carlos Silva (PS): Mostre a sua proposta!

O Orador: Aí é que está a diferença, Sra. Deputada! O que as escolas lhes disseram é que estamos a favor da flexibilização, mas não estamos a favor desta flexibilização e não estamos a favor da forma como os senhores querem introduzir a flexibilização nas escolas dos Açores, sem diálogo, sem que existam condições para que isso possa funcionar e colocando enormes dificuldades à escola.

Diz a Sra. Deputada que está contra o paradigma do ler, escrever e contar. Muito bem! Nós também estamos! Mas digo-vos uma coisa: o vosso modelo de flexibilização escolar aproxima-se deste paradigma do ler, escrever e contar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sem memória!

O Orador: Sabe porquê, Sra. Deputada? Vou-lhe dizer porquê. Porque os senhores destroem o ensino artístico, Sra. Deputada!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: E isso é aproximar de ler, escrever e contar! Porque os senhores destroem as ciências sociais, o ensino das ciências sociais e isso é aproximar do ler, escrever e contar, Sra. Deputada! Os senhores destroem o diálogo na comunidade educativa e isso é aproximar desse modelo de Estado Novo que os senhores estavam a condenar! Porque o Estado Novo não negociava nada, impunha tudo. E é isso que os senhores fazem! E, finalmente, destruir o sistema de formação de professores nas nossas escolas, como os senhores fizerem, isso é aproximar do sistema do ler, escrever e contar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente** (*PS*): Eu já, uma vez, aqui disse que, sem prejuízo do calor das minhas intervenções, há uma coisa que os senhores nunca me vão acusar, que é desconsiderar seja qualquer uma das Sras. e Srs. Deputados. Mas, obviamente, sob o ponto de vista do combate das ideias, isso nunca ninguém me vai calar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor tem muito boas ideias, é?

O Orador: E queria dizer que neste debate foi exatamente a mesma coisa. O que o Partido Socialista veio aqui dizer mais uma vez é que, já em 2001 e 2010, tinha havido, de facto, resistências. Aliás, houve um partido mesmo que, se pronunciando sobre a reforma de 2001, disse: vamos esperar que ela seja ilegal. Por isso é que nós aludimos ao facto (não foi o CDS) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não foi, não!

O Orador: ... de haver algumas forças, porque, às vezes, não estão contra, não querem é mesmo que faça nada. Porque até queriam que não houvesse capacidade da Secretaria Regional e do Governo Regional de ter meios de propor alterações aos currículos escolares para que se pudesse implementar também outra forma de avanço na nossa autonomia.

E nós acabamos também por ver que, hoje, aqui, houve uma situação que para nós é clara: podem estar contra, mas nós sabemos que esta ideia é uma ideia avançada, que é uma ideia que, independentemente de eu ter chamado à colação o ler, escrever e contar, há outros objetivos, resolução de problemas, há uma dinâmica para as novas tecnologias de informação (aliás, a literacia digital já estava na anterior reforma) e por isso há uma postura do Partido Socialista no sentido de avançar com os novos objetivos que, de tempos em tempos, vão também acontecendo na sociedade. Para nós, a sociedade e os objetivos que ela põe são dinâmicos. Por isso é que há organizações internacionais que de vez em quando vão alterando os seus

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

objetivos e vão alterando os objetivos por causa das dinâmicas societárias. E nós entendemos que esta reforma se aproxima, naturalmente, disso.

E, portanto, nós não entramos um pouco de dizer que nós estaríamos contra os pais, por isso não ouvimos. Nós entendemos que ouvimos a comunidade educativa, por uma razão simples: fizemos propostas de alteração que têm a ver, em conta, com algumas coisas dos pareceres.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mas também sabemos que consensos totais em matéria de mudanças e de reformas nunca vai haver. Mas fica o nosso contributo que é um contributo sério, fundamentado e que nós pensamos que vai ser útil ao sistema educativo regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para o debate.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Prescindo.

Presidente: Prescinde. Sendo assim, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas intervenções aqui tidas houve três assuntos que foram repetidamente afirmados: um assunto correlacionado com a audição, maior ou menor, a que este diploma esteve sujeito; um assunto correlacionado com os pareceres oriundos das escolas e respetivas assembleias; um assunto correlacionado com a falta ou a escassez de tempo para aplicar esta legislação. Vou-me cingir, portanto, a estas questões.

Foi dito aqui, por diversas pessoas, que a última alteração curricular ocorreu em 2010. Digo eu que passado uma década é tempo suficiente para se

produzir uma alteração legislativa. Isto quer dizer que este não é seguramente um ato de precipitação.

Mais, a atual proposta de alteração vem inclusivamente da anterior legislatura e vem da anterior legislatura de um tempo em que eu percorri todas as 40 unidades orgânicas do sistema educativo regional, não sei se algum outro Secretário Regional o terá feito, estabelecendo diálogo com os principais agentes do nosso sistema educativo, particularmente com os professores e com eles conversando sobre os problemas que impediam a obtenção de melhores resultados.

Esta proposta, já foi dito, equivale à generalização do modelo que está em funcionamento nos Açores há 2 anos. Primeiro, portanto, em 4 escolas, agora em muitas mais. Este simples acréscimo na transição de 2017/18 para 2018/19 é um indício de obtenção de sucesso.

Mais, um modelo de matrizes semelhante a este funciona no continente, também na Madeira, há mais tempo. No continente, já foi alvo de avaliação por parte da OCDE e a avaliação foi positiva. Quer isto também significar que isto não é experimentalismo, jamais terá havido uma reforma tão testada. Neste ano de 2019, obviamente que a proposta foi mais discutida. Na impossibilidade que tive de a apresentar no Conselho Coordenador do Sistema Educativo, apenas os princípios porque os detalhes ainda não estavam preparados, fi-lo logo depois, ainda em fevereiro, ao visitar uma das nossas unidades orgânicas, concretamente a Escola Secundária Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, num ato de entrega de diplomas de mérito.

Mais recentemente, a proposta foi mais discutida e foi discutida pela mais vasta assembleia de agentes educativos de que eu tenho memória.

Deputado Jorge *(PSD)*: Não foi nada! Foi apresentada!

O Orador: Foi na Terceira, foi em São Miguel, junto dos presidentes dos conselhos executivos, dos presidentes das assembleias de escola, dos

presidentes dos conselhos pedagógicos, dos coordenadores dos departamentos de psicologia e orientação e dos coordenadores do ProSucesso de todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional. Além disso, em visitas estatutárias do Governo às diferentes ilhas, eu tenho reunido com todas as associações de estudantes e de pais e de encarregados de educação, falando sobre todas as questões que inquietam o nosso quotidiano escolar. Só neste no de 2019, essas reuniões já se realizaram em 5 ilhas: no Corvo, nas Flores, em São Jorge, na Graciosa e em Santa Maria. É certo que, efetivamente, em São Miguel, sem qualquer convite, me intrometi numa reunião de pais, não registando oposição aos princípios desta proposta. Com críticas, sim. Mas com críticas, inclusivamente, diversas. Enquanto uns deslumbravam autonomia a mais, outros viam autonomia a menos. Significa que esta proposta será possivelmente relativamente equilibrada.

Mais, há 2 semanas atrás, tive participação no programa "Sem Meias Palavras", da RTP Açores, onde se abordou a reforma curricular do ensino básico. Debati com todos os convidados que a RTP escolheu, sendo eles atentos, críticos, acutilantes, nomeadamente dois presidentes dos dois sindicatos que atuam na Região, um presidente de uma comissão de pais e encarregados de educação. Quer isto também significar que o conhecimento e o debate das propostas de alteração curricular extravasaram mesmo os muros, portanto, das escolas, atingindo toda a comunidade açoriana. De resto, a discussão prossegue no âmbito parlamentar, esteve na CAS, na audição pública por ela promovida e agora neste plenário desta Assembleia. Diria que, historicamente, esta é a mais testada alteração curricular do ensino básico. Diria que, historicamente, esta é a mais conhecida alteração curricular do ensino básico.

Alguns partidos e concretamente o PCP, introduziu aqui a questão dos sindicatos. Talvez na génese da falsa convicção acerca da insuficiência da apresentação e do debate desta proposta possa estar a inexistência de negociação sindical. Aliás, uma negociação reivindicada, mas, por sinal, com muito pouca insistência pelas associações representativas da classe docente. A aprovação desta proposta pelo Governo Regional dos Açores não implica a negociação sindical obrigatória porque as novas matrizes respeitam na integra a duração da componente letiva estabelecida no estatuto da carreira docente.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não diga isso!

O Orador: O pessoal docente do pré-escolar e do 1.º ciclo mantém uma componente letiva de 25 horas semanais. O pessoal docente do 2.º e do 3.º ciclos mantém uma componente letiva de 22 horas semanais.

Mais, a definição pelas unidades orgânicas da unidade de tempo letivo para a organização da carga horária constante das matrizes não equivale à alteração do horário de trabalho semanal de 35 horas, também estatuído no ECD. Por isso, não havia enquadramento legal que justificasse uma negociação sindical.

Relativamente aos pareceres das escolas, a apregoada oposição das escolas às novas matrizes curriculares, também não é, de todo, verdadeira. Com efeito, lidos os pareceres emitidos pelas unidades orgânicas, não ressalta oposição de vulto, não ressalta praticamente oposição alguma de fundo aos princípios da autonomia e da flexibilidade curricular orientadores desta proposta. A este propósito, paradigmática é por exemplo a posição inequivocamente de concordância do representante açoriano junto do Conselho Nacional de Educação, que convive com os mais atualizados debates sobre a educação em Portugal e na Europa.

Além disso, são muitas as escolas, já foi aqui salientado, que salientam a bondade de muito enunciados. Há uma básica e secundária que alude ao que considera bastante positivo para a unidade orgânica dispor da flexibilidade da gestão curricular, flexibilidade essa que poderá favorecer a desejada autonomia das escolas. Uma secundária proclama que os princípios orientadores do documento são muito válidos, logo vale a pena correr os riscos necessários para que a escola cumpra a sua missão. Poderia dar mais exemplos. Além disso, outras escolas aludem às vantagens de medidas mais concretas, casos do apoio educativo universal para o 1.º ciclo, ou da criação de uma disciplina autónoma de tecnologias da informação e da comunicação no 2.º e no 3.º ciclos.

Claro que da apreciação da proposta de DLR, pelos órgãos das escolas, ressalta, naturalmente, uma diversidade de críticas. Por exemplo, críticas à insuficiência da audição, de todo questionáveis após a consulta das assembleias de escola que reúnem as representações de todos os corpos da comunidade escolar. Por exemplo, críticas oriundas do setor sindical a expressar alguns interesses corporativos. Por exemplo, críticas a um suposto economicismo ameaçador da disponibilidade de recursos humanos e técnicos, entretanto, que são adequados ao desempenho da missão das instituições e que hão de ajudar a cumprir esta matriz.

De resto, vislumbra-se o receio sobre a aprovação deste diploma, eventualmente um receio legítimo no termo de um ano letivo e a ter aplicabilidade no começo de um novo ano letivo. A propósito, relembro que a nova legislação será aplicada gradualmente, contemplando no próximo ano somente o pré-escolar, o 1.º, o 5.º e o 7.º anos de escolaridade.

Acrescente-se ainda que as lideranças escolares têm sido alvo de uma aturada e também especializada formação que as habilita para a implementação dos nossos normativos.

iioru, quaru ieru, ee ue jame ue 2012

Da análise dos pareceres e da consideração das críticas e dos reparos, ressalto, entretanto, uma preocupação: a incidência de muitas das intenções mais nos interesses dos professores, menos nos interesses dos alunos. É preciso lutar contra esta inversão de tendência por ser o estudante o centro, a essência de todo o sistema educativo, também do sistema educativo açoriano.

Ainda sobre a questão, portanto, de haver tempo ou não haver tempo, a dificuldade, senão mesmo a impossibilidade de colocar em execução esta proposta de reforma curricular num tão curto espaço de tempo é, digo sem qualquer receio, uma falsa questão. A propósito, relembre-se que o dito 55, o Decreto-Lei sobre a autonomia e flexibilidade curricular foi aplicado em todo o ensino secundário no País e nas Regiões Autónomas. Foi publicado no ano passado pelo Governo da República, no mês de agosto, entrando em vigor no mês imediato de setembro, sem quaisquer convulsões e, da nossa parte, com o devido acompanhamento da Direção Regional da Educação, que procedeu aos ajustamentos necessários e fará sempre isso, fruto do relativo aperto do calendário, também porque nem tudo se faz nem se pode fazer de repente e de uma só vez. Quer isto dizer que aqui nos Açores e em referência à reforma curricular do ensino básico, nós dispomos de bastante mais tempo, que garante uma aplicabilidade mais tranquila. Com efeito, as unidades orgânicas têm conhecimento da proposta, que, a ser aprovada, não será decerto subvertida, pois foi devidamente apresentada a todas as lideranças escolares, que vêm beneficiando, há cerca de ano, de adequada formação para a sua implementação.

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Apresentada!

O Orador: Há aqui mais duas ou três questões que eu gostaria, portanto, de refletir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ó Sr. Secretário, deixe estar! A gente vota a favor! Pare! Já está bom!

O Orador: Disseram aqui que no 1.º ciclo a carga horária aumentava, a carga horária ia para 30 horas ou algo semelhante. No 1.º ciclo, a carga horária não é alterada: 25 horas por semana, 22 e meia se contarmos com os 5 intervalos de 30 minutos por dia. No 2.º ciclo, no 5.º e no 6.º anos, há um aumento de 10 minutos, uma coisa residual. No 3.º ciclo, 7.º, 8.º, 9.º, poderão dizer que há mais 140 minutos, mas esses 140 minutos não serão verdadeiros. E não serão verdadeiros porque também, a partir de agora, com esta alteração, já se justifica menos a proliferação de créditos horários existentes no passado.

O Sr. Deputado Jorge Jorge perguntou qual era a pressa. Qual era pressa que nós tínhamos em fazer isto...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Qual era a pressa? A pressa é de alinhar o sistema educativo dos Açores, é de alinhar o comportamento quotidiano dos nossos agentes educativos nas escolas com aquilo, portanto, que se faz no exterior e que é considerado, portanto, o mais adequado aos tempos que correm.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Creio, mesmo para acabar, que os Srs. Deputados ainda vão estar a favor desta proposta. Vão estar a favor desta proposta quando, daqui a alguns anos, ela tiver que ser alterada e o Partido Socialista voltar a apresentar uma nova!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito pouco tempo e neste pouco tempo é difícil desmentir tudo o que foi dito e que é falso por parte do Sr. Secretário da Educação. Mas vou aqui desmentir algumas coisas.

Bem, diz o Sr. Secretário: eu falei com uma multidão de professores, eu tive a oportunidade de falar para uma multidão de líderes. Bom, falar é diferente de ouvir e, sobretudo, também de ler. Foi o que o senhor não fez. O senhor não ouviu ninguém e o senhor não leu ninguém!

Agora, eu gostava de lhe dizer também o seguinte: dá como exemplo um programa televisivo, diz o senhor, em que debateu com muita gente. Eram três! Eu vi o programa. Eram três pessoas! Estavam três pessoas na televisão! E o que o senhor se esqueceu de dizer foi o seguinte: é que destes três... desculpe, está o moderador também e o senhor, portanto, são cinco. São cinco. Eram três os interlocutores que V. Exa. tinha. Bom, mas nesses três, o senhor disse assim: eu debati com eles. Sim. E o que é que eles disseram? Estou contra! Estou contra! O senhor esqueceu-se de dizer isso! Esse debate é porque ao senhor só lhe interessa é dizer o seguinte: eu falei. E o que lhe disseram? E o que o senhor ouviu?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os três disseram-lhe que estavam em desacordo absoluto com a proposta! Mas isso, ao senhor, não lhe interessa!

E, depois, eu gostava de lhe dizer: ler, escrever e contar. Bom, pelo menos contar...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário, faz-lhe falta saber contar. Deixe-me só este exercício: então, se o senhor tem 22 tempos de 45 minutos e passa para 50 minutos, quantos tempos letivos a mais tem? Quantos minutos a mais tem do tempo letivo? 110! É fácil de fazer as contas, não é?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Outra vez a fazer contas mal feitas!

O Orador: Mais 110. Diz o senhor: não, não têm mais tempo letivo. Mas se optarem por 50 minutos, quantos é que são? 110.

Uma última conta, Sra. ... professora, ia dizer eu.

Presidente: É quase, Sr. Deputado. É quase.

O Orador: Sra. Presidente. Mais uma última conta: então, e se forem 60 minutos, também é o mesmo? O Sr. Secretário diz o seguinte: não, é o mesmo tempo. Se derem 60, são 22... Então estes 60 vezes 22, se contabilizarmos a diferença em relação aos 45 atuais, quantos minutos por semana a mais davam os professores? Davam mais 330 minutos! É significativo, Sr. Secretário! 330 minutos!

E diz o senhor: falar com os sindicatos, aumentando-lhe o tempo.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino mesmo. E diz o senhor: não é necessário falar com os sindicatos. Podemos aumentar o tempo de trabalho dos professores à vontade, porque neste País pode-se aumentar o tempo de trabalho dos professores e dos outros profissionais e não é preciso falar com os sindicatos. Não é preciso nenhuma reforma.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: Ó Sr. Secretário, como estas, isto está cheio de propostas que não têm sentido absolutamente nenhum. E o que o senhor fez foi faltar à verdade, faltar à verdade, faltar à verdade...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o senhor também!

O Orador: ... ao longo do seu discurso, o tempo todo, em relação a todas as questões!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós fomos aqui acusados de não termos feito ou não termos trazido a esta Casa nenhuma proposta. É falso! Nós, no início deste debate, os partidos da oposição apresentaram uma proposta para que o documento baixasse novamente à discussão, que fosse para ser discutido. Uma proposta que resulta...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Isso não é uma proposta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu estou a marcar os segundos, vão ser descontados.

Presidente: O Sr. Deputado sabe bem o que é isso.

Deputado José Contente (*PS*): O Sr. Deputado pode ser mais rigoroso, uma proposta é para fazer propostas!

O Orador: Exatamente! Uma proposta que resulta daquela que foi a auscultação e que foi a vontade manifestada pelas assembleias de escola, que este não era o timing de implementação, que queriam ser ouvidos e que queriam discutir este diploma com tempo.

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto tempo?

O Orador: Queria realçar que o PSD é a favor da autonomia e da flexibilidade curricular, mas é contra esta flexibilidade curricular e é contra esta autonomia que é proposta neste documento. Uma autonomia que apenas responsabiliza a escola, que lhe passa o ónus e que exige a toda a comunidade escolar que se responsabilize por aquilo que vier a ser a decisão em cada uma

das escolas, mas não lhes dá a ferramenta para que eles possam executar o seu projeto de escola.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E de acordo também com aquilo que está nos pareceres, somos contra este timing. É uma pressa. Mas a pressa é exatamente de economicismo.

Como disse e muito bem o Deputado Paulo Estêvão, sempre que uma escola reclame, por exemplo, mais recursos humanos, lá estará a Direção Regional a dizer: não, em vez de serem 45, passem para 50 ou para 60 que já têm os recursos humanos bastantes aí na escola. É este economicismo que esta proposta reflete.

Sr. Secretário, dizer que se discutiu esta proposta amplamente nas escolas dos Açores é falso, Sr. Secretário!

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): O senhor leu a proposta de alteração? Não leu as propostas de alteração!

O Orador: Discutir esta proposta numa entrega de diplomas de mérito numa escola secundária e básica?! Isto é que é a discussão?! O Sr. Secretário foi a uma escola no âmbito de uma entrega de diplomas de mérito e lá discutiu esta proposta nesse âmbito?! Pelo amor de Deus, Sr. Secretário!

No encontro do ProSucesso, com os executivos, com os psicólogos, não foi nada discutido. Foi apresentado em PowerPoint, não foi discutido!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Não uso PowerPoint!

O Orador: Mas não foi só o Sr. Secretário, o Sr. Diretor também estava e, portanto, também lhe passou a palavra. Não foi discutido, foi apresentado! Não foi discutido! Aliás, o Sr. Secretário, agora mais no fim do seu discurso,

disse que aos presidentes do executivo já lhes tinham sido apresenta, há algum tempo, esta proposta. Portanto, foi apresentada, não foi discutida!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade! Muito bem!

O Orador: Depois, também já aqui foi referido, há, obviamente, algumas linhas que são preocupantes neste diploma, por exemplo: há uma grande... aqui foi dito destruição, eu não digo destruição, mas há uma grande perda de importância das ciências sociais e humanas, por exemplo. Há, há!

Sr. Secretário, eu não consigo compreender o porquê do fim do par pedagógico. Eu, ainda na semana passada, reuni com a associação de professores de educação visual e tecnológica, que tinham um abaixoassinado com bastantes assinaturas, largas dezenas, de várias ilhas dos Açores e que estão completamente contra isto!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já estiveram a favor!

O Orador: Existam outras disciplinas, Sr. Secretário, há outras disciplinas que têm provas de aferição em conjunto e as disciplinas não estão em conjunto. Portanto, isso não é um argumento. Posso falar, por exemplo, da história e da geografia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O ensino artístico, a mesma coisa.

E também já aqui falado e também grave, o fim do desdobramento obrigatório entre ciências da natureza e a físico-química.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Até pode haver mais desdobramentos e mais disciplinas!

O Orador: Isso era bastante importante nas escolas. Cá está, este fim deste desdobramento é também ele uma medida economicista.

E termino, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, como comecei ou quase comecei: o PSD é a favor da flexibilidade curricular, é a favor da autonomia das escolas, mas não é favor do que está aqui neste diploma!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Por ser do PS.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não é desta porque é do PS e do Governo! O Orador: E muito menos do timing que está aqui em causa. É um tempo muito curto. E também não percebemos porquê a teimosia de não querer ouvir as escolas. Não é as assembleias das escolas, é ouvir os pedagógicos, os departamentos curriculares, os pais e os alunos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma coisa é a assembleia da escola, outra coisa são os conselhos pedagógicos e os departamentos curriculares.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo nesta intervenção.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Era só uma questão porque eu figuei agui confusa com a intervenção do Sr. Deputado Jorge Jorge, pode-me ter passado e por isso pergunto à Mesa se eventualmente foi entregue algum Projeto de Decreto Legislativo Regional para alteração do Currículo de Educação Básica dos Açores, por parte do PSD.

Muito obrigada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora aí está! É uma pergunta importante! Presidente: Não, não entrou, Sra. Deputada.

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ia citar Manuel Alegre, mas não vale a pena.

Ó Sr. Deputado José Contente, disse V. Exa. aqui que os partidos não apresentaram propostas de alteração ao diploma. Não apresentaram propostas?! Ó Sr. Deputado José Contente, eu devo-lhe dizer que nós apresentamos a melhor proposta, aqui, hoje, que foi, todos nós, a proposta para esse diploma, e que foi chumbada por V. Exas., descer à Comissão para voltar a ser discutido! Isto é que foi a melhor proposta aqui apresentada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Quanto às propostas que os senhores apresentaram, é mais do mesmo: ora corrige ali, ora acrescenta aqui, ora tira, ora põe! Em bom português, as vossas propostas foram de corta e cose e mais nada!

Deputado José Contente (PS): Não sabem o que querem!

O Orador: Agora, a proposta realmente estruturante e fundamentada foi a nossa: retirem o diploma, levem-no à Comissão, vamos ouvir a comunidade,

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... vamos ouvir os docentes e aí, depois, vamos votar o diploma. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições, mas também seria difícil, porque, para além do CDS, mais ninguém tem tempo. Ainda tem tempo.

Por isso, não havendo inscrições, vamos então passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação na generalidade. A proposta foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 19 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Eu deduzo que, pelo debate e pela própria votação na generalidade, o sentido de voto será igual para todos os artigos. E, portanto, aqueles... Será? Não? Pronto, então vamos votar artigo a artigo. Para facilitar, era só para podermos acelerar aqui a votação.

Vamos então iniciar pelo artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao artigo 2.°.

Pede a palavra para, Sra. Deputada...

Não tem tempo.

Deputado Francisco César (PS): Nem para a especialidade?

Presidente: Não, é tempo global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar a proposta de alteração para o artigo 2.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e com os votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos agora então votar o artigo 2.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso fazer a votação conjunta do artigo 3.º e 4.º. Não. Então está à votação o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 4.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 5.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 6.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 6.º da proposta com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 2 votos de abstenção do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PCP.

Presidente: Artigo 7.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista; 19 contra do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, do Partido Socialista, ao artigo 8.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos do Partido Socialista e 2 do Bloco de Esquerda; e teve votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 8.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; 19 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 9.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do Partido Socialista e 2 do Bloco de Esquerda; e teve como votos contra 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 9.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; tendo como votos contra 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; e abstenção, 2 votos do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Do 10.° ao 14.°, por nós, pode ser votado em conjunto.

Presidente: Do 10.° ao 14.°?

O Orador: Sim.

Presidente: De qualquer forma, terei sempre que fazer a votação separada do 11.º porque tem uma proposta de alteração.

Vamos então votar o artigo 10.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Este é o 10.°.

Vamos repetir a votação do 10.º então.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; teve votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 11.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e teve votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 11.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos agora votar em conjunto, conforme indicação...

Há pouco, eu fiz a votação... só para esclarecer a Câmara, o 11.º tinha que ser votado também separadamente porque incluía uma proposta de alteração que tinha sido aprovada. Por isso é que não fiz a votação conjunta. Agora, sim, vou fazer a votação em conjunto do 12.º ao 14.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; com votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Pergunto ao Bloco de Esquerda se entre o 15.º e o 19.º não haverá assim nenhum grupo de artigos que possam votar em conjunto?

Deputado António Lima (BE): Até ao 17.°

Presidente: Até ao 16.°?

Deputado António Lima (BE): 17.°.

Presidente: 17.°. Ok. Sempre são 3.

Está então à votação o artigo 15.°, 16.° e 17.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS; a abstenção do Bloco de Esquerda, 2 votos; 19 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: É melhor dizer no microfone, peço desculpa, não estou a ouvir.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Era para referir que até ao 20.° também pode ser em grupo. Do 18.º ao 20.º.

Presidente: Vai ser o 18.º e o 19.º porque temos um aditamento pelo meio.

Portanto, está então à votação conjunta os artigos 18.º e 19.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PS, artigo 19-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e teve votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 20.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 21.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS; votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; e 2 votos de abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está agora à votação o artigo 21.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista; e teve votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista; e votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Os anexos a este diploma, que são 4, já foram aprovados pela aprovação do n.º 2 do artigo 1.º. Por isso, escuso de fazer aqui a sua votação. Por isso, passamos de imediato para a votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação final global. O projeto foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista; tendo votos contra, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a algo que não acontece ou acontece em muito poucos parlamentos democráticos do mundo e acontece em muito poucos parlamentos da União Europeia, que é um governo impor uma reforma de grande importância no âmbito educativo, sozinho, contra os outros agentes políticos, contra a grande maioria, a maioria esmagadora das escolas. Isto não se faz assim, porque uma reforma democrática, uma reforma que se quer com resultados, em que todos se possam empenhar, em que todos se possam rever é uma reforma que implica capacidade de diálogo, capacidade de ouvir os outros, capacidade de discutir com os outros, com capacidade de aceitar propostas de outros agentes educativos, de outros agentes políticos.

Aliás, é isto mesmo que está em vigor no Programa do Governo deste Governo. O que o Programa do Governo dizia e diz em relação a esta matéria é que tem que existir a capacidade para ouvir os outros agentes políticos e que as reformas têm que ser feitas ouvindo os agentes políticos e ouvindo os outros agentes educativos. E foi isso que não foi feito. E nestas condições é óbvio que a Representação Parlamentar do PPM não estava em condições de votar favoravelmente.

Mais do que isso, não é hábito em nenhum sistema democrático que se façam reformas educativas com um só partido contra todos os outros. Aliás, o que acontece e que a maior parte dos sistemas democráticos procuram é que exista uma ampla maioria, de pelo menos dois terços, para formalizar uma alteração tão significativa nos diversos sistemas educativos. Porque se há algo que prejudica muito os sistemas educativos é a instabilidade, é a falta de aceitação em relação a este tipo de reformas. Porque o importante quando

se quer mudar alguma coisa na sociedade é conseguir agregar toda a gente, conseguir agregar do ponto de vista de um projeto educativo em que todos se revejam, em que grande parte da sociedade açoriana se possa rever e em que todos remem para o mesmo destino, que é procurar que o nosso sistema educativo seja um sistema educativo com sucesso, um sistema educativo que supere as dificuldades de muitas das nossas famílias, dos nossos alunos e dando-lhes uma coisa fundamental, que é a igualdade de oportunidades.

Eu não vou levar muito tempo. A discussão foi cansativa. Estamos todos cansados. Mas é fundamental voltar a referir o seguinte: esta proposta, não só e relação às suas propostas concretas de flexibilidade... esta proposta de flexibilidade, o PPM tem uma profunda discordância em relação a muitos pontos. Não vou aqui enumerar, tive oportunidade de o fazer ao longo do debate, mas há algo que é fundamental também: é que esta reforma não tem condições absolutamente nenhumas para ser implementada nas condições em vai ser, em plenas férias de verão, evidentemente não permitindo que todos os agentes possam decidir de uma forma informada e que as escolas tenham uma ampla participação, porque o que era desejável em modelos de flexibilidade educativa é que todos participem. Os alunos, quando esta reforma for implementada, já não estão na escola. Os pais também não. Uma parte dos professores também não. Este modelo implementado desta forma é uma contradição absoluta, porque o modelo de flexibilidade escolar é um modelo que implica a participação da comunidade. É uma condição sine qua non, é uma condição absolutamente necessária em qualquer modelo de flexibilidade. Digam-me um modelo de flexibilidade que não conte com a participação da comunidade educativa. A comunidade educativa já não está nas escolas neste período em que será implementada.

Porque a questão é a seguinte e é uma medida e é algo que deve ser muito pensado cada vez que uma escola adaptar uma matriz curricular, porque

vamos ter mais horas, vamos ter mais tempos letivos nesta ou naquela disciplina. Porquê? É preciso encontrar uma explicação racional e pedagógica! É preciso pensar e refletir bastante! É preciso verificar os prós e os contras! É preciso ouvir as opiniões das pessoas antes de tomar uma decisão tão importante em relação à definição do currículo, em relação à definição concreta da matriz! É necessário ouvir muita gente! Não é só porque acho que... ah, é importante... porque aqui os ventos têm som de 40 km/h. Não! São matérias de enorme complexidade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

São matérias em que é necessário ter informação e agir com sentido de responsabilidade e com muita informação e ouvindo muita gente! E é isto que não vai ser feito. Esta reforma é uma tragédia para o sistema educativo açoriano! Vai provocar conflitos nas nossas escolas! Vai provocar um arranque do ano letivo muito problemático! E todos, todos os problemas que nós vamos ter são da absoluta responsabilidade do Partido Socialista e do Governo e em especial do Sr. Presidente do Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra este documento porque este é um documento que logo à partida nasce torto e, como diz o ditado popular, o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

Deputado Jorge Jorge (PS): Isso é uma frase muito simpática!

O Orador: Muito simpática!

É um documento que surge no final de um ano letivo para ser implementado já no início do próximo ano letivo. É um documento também que surge, não

sei se com o objetivo de o Sr. Secretário fazer prova de vida política, depois de ter sido desautorizado na questão da carreira docente, quase a 1 ano do final da legislatura.

É um documento aprovado à pressa e nós percebemos, como dissemos, qual é a pressa. A não ser, como também dissemos, a pressa de começar a economizar na educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo e o Partido Socialista não tiveram interesse em ouvir os pais, os alunos, os professores, os departamentos curriculares. Não teve interesse em refletir, parar para refletir, mesmo depois daquilo que foram os pareceres das assembleias de escola em que, como aqui assinalamos, mais de 90% disseram: este não é o timing, queremos ser ouvidos. O Governo e o Partido Socialista não consideraram isso e não quiseram que este documento voltasse à Comissão e voltasse para ser discutido com quem deveria ter sido discutido.

Depois, votamos contra também porque o PSD, apesar de ser favorável à autonomia e à flexibilização curricular, é contra esta autonomia e esta flexibilização curricular. Esta é uma autonomia que passa a responsabilidade para a escola, para a comunidade educativa e que desresponsabiliza a Secretaria e a Direção Regional da Educação. O nosso era contrato assinado por duas partes, era uma corresponsabilização que nós propúnhamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não sacudíamos a água do capote. Outra frase muito interessante, Sr. Deputado.

Qualquer mudança política e educativa reclamaria a participação de todos os agentes educativos e deveria ter sido precedida de um amplo debate e alargado atempadamente junto dos pais, dos professores, dos alunos, enfim, da comunidade educativa.

As mudanças propostas, que alteram significativamente a estrutura organizacional das unidades orgânicas na Região Autónoma dos Açores, por si só exigiriam que estas estratégias fossem mobilizadoras na reflexão e na análise que assim exigiam, a fim de que nessa reflexão, nessa análise, nessa troca de ideias pudessem ser quebradas as resistências à mudança e se pudessem promover redes de cooperação.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não poderia, nunca, votar favoravelmente aquela que foi uma proposta que nos foi apresentada aqui de forma unilateral, fechada a quaisquer propostas de alteração que pudessem vir, inclusive, e isso é que importava, da comunidade educativa.

E também votamos contra porque a comunidade educativa não teve tempo para fazer uma apreciação mais rigorosa, mais aprofundada desta proposta. E esse também foi um expediente que o proponente, neste caso o Governo Regional, utilizou para fechar esta proposta – a falta de tempo.

E, portanto, perante pareceres com sérias reservas e esses pareceres mereceram sérias reservas porque não tinham tempo para uma análise mais aprofundada, perante estes pareceres, não faria qualquer sentido, da nossa parte, fazer quaisquer propostas de alteração.

E também votamos contra esta proposta porque, mediante aquele que foi o desafio que nós lançamos ao Sr. Secretário Regional da Educação para desmontar ou desmentir aqueles que foram cálculos apresentados pelo SPRA e que dão conta daquela que poderá ser uma perda em termos de postos de trabalho que resultaria daquela que era a flexibilização da unidade do tempo

letivo, em que, e torno a repetir, se essas unidades de tempo letivo passassem, por exemplo, para 50 minutos, isso poderia resultar na perda de 10% de postos de trabalho e se resultassem num aumento para 60 minutos, poderíamos estar a assistir ou poderíamos vir a assistir a perdas até 33% dos postos de trabalho. E o Sr. Secretário Regional da Educação não conseguiu ou não quis desmentir, desconstruir estas contas. E talvez apresentar novas contas que pudessem, quem sabe, depois fazer a diferença e merecer, quem sabe, até mesmo o voto favorável de algum Grupo ou Representação Parlamentar. Mas o Sr. Secretário Regional da Educação não entendeu fazer esse exercício e preferiu talvez repetir argumentos já estafados que vieram e vinham de outros cenários, como por exemplo um programa televisivo ou até mesmo de entrevistas concedidas à imprensa escrita na Região.

E também não poderíamos, nunca, votar a favor de uma proposta que reafirma a aposta num ensino vocacional, porque, na nossa perspetiva, é demasiado prematuro quando ocorre no ensino básico.

Mais ainda, esta é uma marca do Ministro Nuno Crato e foi uma marca que foi apagada, felizmente, decorrente da última reforma feita no continente e que os senhores e as senhoras tanto elogiaram aqui neste debate.

Portanto, não se compreende porque é que não expurgaram pelo menos esta componente do ensino vocacional do currículo do ensino básico. E por isso mesmo, também por isto, nós nunca poderíamos votar a favor desta proposta. Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, para uma declaração de voto.

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta proposta do Governo sobre a autonomia e flexibilidade curricular, dando origem a um novo Currículo Regional de Educação Básica porque acreditamos, desde logo, que o trabalho que, hoje, aqui, nos foi apresentado e estudado em sede de Comissão não foi um trabalho que começou há 2 ou há 3 meses, é um trabalho já de muitos anos de um Governo de proximidade com as entidades e comunidades educativas e que, com certeza, traz aportes bastantes interessantes e que contribuíram, com certeza, para esta proposta que, hoje, nós, aqui, analisamos.

Eu própria, enquanto Deputada deste Grupo Parlamentar, tive oportunidade, em sede de grupo de trabalho, falar sobre matérias que, hoje, estão aqui nesta reforma curricular, assim como outros Deputados desta Casa, que, inclusive, votaram a favor desse mesmo relatório.

O presente, que reporta à proposta que aqui está, nós votamos convictamente porque sabemos que esta proposta é uma proposta que garante a adequação ao currículo, retirando as matrizes fixas, passando para matrizes dinâmicas, um trabalho dinâmico.

Votamos a favor porque iremos garantir a diferenciação pedagógica.

Votamos a favor porque sabemos que estamos a conceder autonomia às escolas e que elas são capazes de, efetivamente, fazer valer essa mesma autonomia.

Votamos a favor porque vemos que o tempo e o currículo exigido para a implementação desta proposta tem, da parte do Grupo Parlamentar, toda a confiança possível.

Votamos porque temos aqui uma nova componente na área das aprendizagens digitais e isso coloca-nos como uma região pioneira, comparando, porventura, ao Reino Unido, aos Estados Unidos da América e Austrália onde têm um ensino, desde o 1.º ciclo, na área da programação.

Votamos também a favor porque aqui dá-se à disciplina de história, geografia

e cultura dos Açores uma nova forma de intervenção.

Votamos a favor porque temos um conjunto de componentes de diferentes entidades, pareceres, fundamentos, OCDE e pareceres nacionais que validam

esta opção pedagógica.

Votamos a favor porque lemos os pareceres e dos cerca de mais de 40 pareceres, 28 assembleias de escola. Atendemos àquilo que nos parecia justo, ou seja, atendemos à não limitação de contratação docente e à clarificação da avaliação. E por essa razão o Partido Socialista votou a favor, apresentou

propostas e melhorou a proposta aqui apresentada.

Nós temos a certeza, a total convicção, hoje, amanhã e sempre quando for necessário, que aqueles que geram a mudança nunca se deixam ultrapassar por ela. E, desta forma, continuaremos a servir os açorianos para aquilo que nós acreditamos que é verdadeiramente importante e é o que nos move – uma sociedade progressista e humanista.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel, para...

Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*): Declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS é a favor da reforma do ensino, é a favor da autonomia e flexibilidade curricular, mas não nestes termos. Não sem ouvir a comunidade escolar e

sem ter em conta a posição e a visão da comunidade escolar.

177

E, portanto, nós votamos contra porque consideramos que este diploma deveria ter baixado à Comissão para que houvesse oportunidade de ouvir a comunidade escolar.

E estranhamos que o Partido Socialista, que se diz estar sempre ao lado dos açorianos, não tenha querido ouvir a comunidade escolar e ouvir os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 10 para as 19h.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas.

(Neste momento, a Sra. Deputada Marta Couto e o Sr. Deputado Jorge Jorge ocupam, na Mesa, os lugares de Secretários)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Luís Maurício, pediu a palavra para uma interpelação, julgo eu. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Eu vou pedir aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

XI Legislatura

III Sessão Legislativa Horta, quarta-feira, 05 de junho de 2019

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um intervalo regimental. E, considerando o nosso horário, vamos também interromper os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 04 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

O redator, André Silva

Número: 98